

UNESP
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“Júlio de Mesquita Filho”

FACULDADE DE HISTÓRIA, DIREITO E SERVIÇO SOCIAL
CAMPUS DE FRANCA

Franca - SP
2006

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Rita de Cássia Camargo Brandão

**“O Serviço Social no Brasil: A Reinstrumentalização
Necessária”**

Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de História, Direito e Serviço Social da UNESP – Campus de Franca, como requisito para a obtenção do título de **Doutora em Serviço Social**. Área de Concentração: Serviço Social: Trabalho e Sociedade.
Linha de Pesquisa: Serviço Social e Formação Profissional.

Orientador: Prof. Dr. Pe. Mário José Filho.

Franca - SP

2006

Brandão, Rita de Cássia Camargo

O Serviço Social no Brasil: A reinstrumentalização necessária /
Rita de Cássia Camargo Brandão. - Franca: UNESP, 2006.

Tese – Doutorado – Serviço Social – Faculdade de Historia,
Direito e Serviço Social – UNESP.

1 – Serviço Social – Metodologia. 2. Serviço Social – História –
Brasil. 3. Instrumentalidade – Serviço Social. 4. Serviço Social
Profissão.

CDD – 361.0018

Rita de Cássia Camargo Brandão

**“O Serviço Social no Brasil: A Reinstrumentalização
Necessária”**

**UNESP
FRANCA
2006**

Rita de Cássia Camargo Brandão

COMISSÃO JULGADORA

Tese para obtenção do Título de Doutora

Presidente e Orientador: Prof. Dr. Mário José Filho

2º Examinador

3º Examinador

4º Examinador

5º Examinador

Franca (SP), ____ de ____ de ____

*Aqueles que fazem de verdade a minha vida
acontecer: Gabriel e André, meus filhos.*

Agradecimentos

Ao *Marcus*, companheiro e amigo, meus mais profundos agradecimentos, pela co-autoria desta tese, pela importância neste processo, estímulo, afeto, orientação e pela generosidade de confiar e me fazer acreditar que eu seria capaz de concretizar este trabalho.

Aos meus filhos, *Gabriel e André*, que desde a graduação até a este estudo caminham comigo de mãos dadas, estimulando, facilitando alguns caminhos, abrindo outros e torcendo sempre. Tudo que sou, sinto e faço não existiria sem o amor de vocês.

Ao *Prof. Mário José*, pela orientação, pertinências e impertinências e pela acolhida numa fase difícil da minha vida profissional. Meus sinceros agradecimentos pelo apoio incondicional desde o início. Fica minha admiração pela serenidade, confiança e respeito com que conduziu a supervisão deste trabalho.

À *Prof^a. Cláudia Cozac*, pelo carinho, atenção e amizade sempre.

À *Vera Otero*, irmã de coração, pelo afeto, disponibilidade e revisão desse trabalho, apesar de sua longa jornada diária de trabalho.

À *Vera Sobral*, meus sinceros agradecimentos pela correção desse trabalho.

À *Fabiana* (minha filha postíça), que em todos momentos buscou apoiar e dividir as tarefas deste estudo, com o mais profundo zelo.

À *minha mãe* “mulher fortaleza” que me ensinou a ser forte em momentos difíceis, dócil quando a vida assim manda, determinada quando necessário e foi capaz de plantar na minha vida os princípios e valores que carrego comigo hoje e sempre. Pelas manifestações de amor e carinho durante toda a minha vida e por tudo que me ensinou e até hoje ensina.

Ao *meu irmão* pela nobreza de caráter que o acompanha durante toda a sua vida e com esta mesma nobreza conduz esta situação difícil que a todos nós atinge.

À *Maria Paula*, pelo respeito e carinho e por sempre ter cuidado da nossa amizade, da nossa história, dos meninos e dos nossos sonhos.

Aos meus amigos de todas as horas que certamente sem o apoio, a atenção e disponibilidade essa tese não teria acontecido: *Carlinhos, Vanda Caum, Cristina Lellis, Luquinha, Regina Furlan e Eliane Vecchi*.

Agradecimentos especiais aos sujeitos dessa pesquisa que com grande disponibilidade e peito aberto tornaram possível esse trabalho.



A memória do meu pai e da minha irmã...saudades.

RESUMO

Este trabalho visa contribuir para os estudos sobre a instrumentalidade profissional dos Assistentes Sociais na perspectiva do seu significado histórico-social, da sua dimensão técnica e para a reflexão sobre conteúdos, metodologias, habilidades e atitudes. Quando bem articulados, estes elementos expressam a concepção do Assistente Social, inserido coerentemente em sua profissão e contextualizado no mundo em que vive. Para este entendimento apresentamos um breve histórico da profissão, desde a sua gênese (décadas de 1920 e 1930) até chegar aos anos 1990. Esta retrospectiva se fez necessária para que se possa compreender, ainda que de modo rápido, a relação entre o positivismo, a fenomenologia, a dialética e o Serviço Social brasileiro no âmbito do agir profissional no Brasil nos dias de hoje. O Serviço Social desenvolve ações instrumentais como exigências da sua forma de inserção na divisão social e técnica do trabalho e alocação nos espaços sócio-institucionais da ordem capitalista dos monopólios. Estas ações são amparadas por uma modalidade de razão e paralelamente requisitadas por ela. Dado o caráter que ocupa na constituição da profissão. A instrumentalidade denota a “razão de ser” do Serviço Social produzida e reproduzida pelo racionalismo formal-abstrato das formas de existência e consciência dos homens nas sociedades contemporâneas. Este caráter instrumental, se, por um lado, constitui a funcionalidade para a qual a sociedade convoca o profissional por outro lado, é o que lhe possibilita a passagem das teorias às práticas constituindo sua razão de ser meta maior é fazer uma reflexão sobre a profissão em questões como a sua concepção e seus valores uma vez que tais elementos constroem, delimitam e dão concretude à ação profissional. A instrumentalidade no bojo da ação do Assistente Social é um mecanismo que permite identificar a dimensão que o conjunto do instrumental técnico ocupa no contexto geral das práticas assistenciais. Fica então a indagação: Por que não cumpre este papel? Quais os fatores que determinam essa contradição? Seria um problema de dificuldade na leitura do seu determinismo sócio-histórico ou uma lacuna na metodologia do Serviço Social? Acreditamos que as bases para a discussão desta questão estão aqui pontuadas.

Palavras-chave: Serviço Social, Instrumentalidade, Técnicas, Intervenção Profissional.

ABSTRACT

ABSTRACT

This research is an attempt at contributing to the understanding of the professional instrumentality of the Social Work in Brazil, in the perspective of its social and historical meaning and in the contents of its technical dimension. It is also an enquiry on contents, methodologies, skills, abilities and attitudes of the professionals that work in this field. When all these elements are well articulated, they can express the concepts and define the procedures and instruments to adequately deal with the unequal distribution of opportunities in this country. The research is aimed at showing a brief historical survey of the profession in Social Work, since its genesis back in the years 20's and 30's in Brazil until the 90's. This retrospective is necessary for the understanding, though done briefly, the relationship between Positivism, Dialectic and Marxism in the establishment of the Brazilian Social Work and the meaning of social intervention in Brazil today. The social workers develop instrumental actions as a requirement for their insertion in the technical and social division of work as well as for its absorption in the world of work in the frame of the social institutions of the capitalist world. These actions are supported by a modality of reason and at the same time required by the capitalist order. Given the social position that occupies in the professional set up, the instrumentality denotes the reason of being of the Social Work, which is an important part of man's consciousness in the contemporary society. Nevertheless, the demands for the professional action are also important means through which the theories channel the practical intervention. Thus, the main aim of this work is to carry out a discussion on professional questions such as concepts, values and procedures underlying the adequate choice among the different approaches targeted at transforming this unequal world in something more socially acceptable. The question is to identify the real dimension of the technical instrumentality, handled by the social service and to define the general context in which the social workers act. The question that has been raised is why the Social Work does not play the role that is expected and hoped for? What are the factors that determine this contradiction? Is there a problem of misunderstanding of the socio-historical context in which it is inserted? Or else, there is an important gap in the methodological development of the Social Work. These questions are launched here and the bases for this discussion are put forward in this thesis.

Key words: Social Work, Instrumentality, Techniques, Social Intervention.

RÉSUMÉ

RÉSUMÉ

Ce travail vise à contribuer aux études relatives aux instruments utilisés par les Assistants Sociaux dans leur cadre professionnel. Ils se situent dans la perspective de leur signification socio-historique, dans leur dimension technique, pour alimenter une réflexion sur la teneur, les méthodes, le savoir-faire ainsi que les attitudes à adopter pour leur mise à l'œuvre. Bien articulés les uns aux autres, ces éléments rendent compte d'une conception de l'Assistant Social, harmonieusement inséré dans sa profession et bien cadré dans le monde dans lequel il vit. Dans cette acception, nous présentons une courte histoire de la profession, depuis sa genèse (décade de 1920 à 1930) jusqu'au début des années 1990. Cette rétrospective est rendue nécessaire pour qu'on puisse comprendre, bien que de façon rapide, la relation entre le positivisme, la dialectique, le marxisme et le Service d'Action Sociale Brésilien avec l'ambition d'agir efficacement dans le Brésil actuel. Le Service d'Action Sociale développe des moyens concrets en réponse à son modèle de segmentation de la société, à ses méthodes de travail et à la disponibilité d'espaces socio-institutionnels dans le système capitaliste des monopoles. Ces actions sont étayées par des moyens rationnels qui sont, parallèlement, requis par elles. Etant donné le caractère pris par la constitution de la profession, et les moyens qui sont en réalité la « raison d'être » du Service d'Action Sociale, elle produit et reproduit sous la forme d'un rationalisme formalisé de façon abstraite les formes d'existence et de conscience des êtres humains des sociétés contemporaines. D'un côté, cet aspect technique s'est constitué en un mode de fonctionnement dans lequel la société sollicite le professionnel et, d'un autre côté, sa raison d'être se justifie par la possibilité de passer de la théorie à la pratique. L'objectif ultime est de procéder à une réflexion sur la profession sur des points tels que sa conception et ses valeurs, une fois que tels éléments constituent, délimitent et rendent concrets l'action professionnelle. Les moyens techniques, au cœur de l'action de l'Assistant Social, forgent un mécanisme qui permet d'identifier l'importance que l'ensemble des moyens techniques utilisés par le Service d'Action Sociale prend dans le cadre général de la pratique de l'assistance. Une question se pose alors : pourquoi ne remplit-il pas cet office ? Quels sont les facteurs qui déterminent cette contradiction ? Seraient-ils les fruits d'une difficulté à déchiffrer son déterminisme socio-historique ou d'une lacune dans les méthodes du Service d'Action Sociale? Voici ce que sont les points sur lesquels se fonde la discussion.

Mots-clés: Service Social, Instrumentalité, Techniques, Intervention Sociale.

CRÉDITOS DAS FIGURAS DE ABERTURA DOS CAPÍTULOS

Capítulo I - **Melting Clock** - Salvador Dali

Capitulo II – **Descobrimento do Brasil** - Candido Portinari

Capitulo III – **“True art is made noble and religious by the mind producing it”-**
Michelangelo

Capitulo IV– **EFCB Estrada de Ferro Central do Brasil** -Tarsila do Amaral

Capitulo V - **Village Street and Stairs with Figures** – Vincent van Gogh

Capitulo VI - **Battle of the Angels: Fortissimo** – Séraphin Soudbinine e Jean Dunand

Conclusões – **"Child with Top"**– Candido Portinari

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	18
CAPÍTULO I. O Início da Instrumentalidade.....	22
1.1 O Trabalho.....	22
1.2 O Papel da Instrumentalidade.....	25
1.3 O Papel Mediador da Instrumentalidade.....	27
CAPÍTULO II. A Trajetória do Serviço Social No Brasil.....	32
2.1 O Início.....	33
2.2 A Era Vargas.....	35
2.3 A Doutrinação do Serviço Social e a Influência Européia.....	41
2.4 A Influência Norte-Americana.....	43
2.5 A Reconceituação do Serviço Social no Brasil.....	48
CAPÍTULO III. Referencial Filosófico.....	57
3.1 O Positivismo.....	58
3.2 A Fenomenologia.....	61
3.3 A Dialética.....	66
CAPÍTULO IV. Percurso Metodológico.....	70
4.1 Determinante Metodológico.....	71
4.2 Os Sujeitos.....	76
4.3. A Entrevista.....	76
4.4 O Método.....	78
CAPÍTULO V. A Questão dos Métodos, dos Instrumentos e das Técnicas.....	83
5.1 Os Métodos.....	84
5.2 Instrumentos e Técnicas.....	94
5.2.1 A Entrevista.....	95
5.2.2 A Reunião.....	100
5.2.3 A Visita Domiciliar.....	101
5.2.4 Estudo Social.....	101
5.2.5 Relatório Social.....	103
5.3 Mediação como Instrumento de Trabalho.....	104

CAPÍTULO VI. Análise e Discussão dos Resultados.....	111
6.1 Impacto do discurso na prática profissional.....	112
CONCLUSÕES.....	139
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	151

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

A idéia dessa tese nasceu a partir da nossa prática profissional como uma necessidade de reflexão sobre questões em torno da instrumentalidade no bojo da ação do Assistente Social. Esta introdução é um roteiro do que apresentamos ao longo da tese. Iniciamos com a construção do objeto de estudo, delineando a temática escolhida. A reflexão que procuramos fazer está apoiada em abordagens que dão sustentação à análise teórico-metodológica. Nosso objetivo é oferecer uma contribuição ao debate da dimensão operativa do Serviço Social, enfatizando a visão do profissional, sua ação interventiva e as concepções acerca das bases teóricas que norteiam a profissão.

As reflexões que se apresentam são uma tentativa de contribuição ao repensar do papel dos instrumentos e técnicas na ação profissional do Assistente Social. Do ponto de vista metodológico trabalhamos com pesquisa bibliográfica, recorrendo aos métodos de análise de discurso para interpretar as entrevistas coletadas. Como optamos por trabalhar com essas técnicas, elaboramos roteiros abertos para colher os depoimentos. Após ouvi-los e transcrevê-los, os depoimentos foram lidos, relidos, comparados com as anotações adicionais que fizemos durante as entrevistas; em seguida foram novamente ouvidos para captarmos as nuances e inflexões de voz que pudessem ser significativas para a compreensão dos discursos. O tratamento do material buscou seguir os passos da pesquisa qualitativa: descrição, análise temática e interpretação.

Optamos por um tratamento que recuperasse aquilo que foi legitimado historicamente nas práticas da profissão. Por esta razão, utilizamos como referencial analítico o que podemos chamar de método histórico-crítico.

A estrutura da tese contém a introdução ao tema partindo do conceito do processo do trabalho e chegando à consciência participativa do homem. Analisamos também a estreita ligação entre o pensamento e a ação visto que o homem para satisfação de suas necessidades concretas não aceita o mundo como ele é e busca sempre transformá-lo. É nesse processo de atividades concretas que ao agir ele se percebe e conhece, bem como se conhece agindo. É a partir dos instrumentos que a relação entre o homem e a natureza deixa de ser direta e imediata. O aparecimento de instrumentos mais aperfeiçoados modifica o tipo de relação entre o homem e a natureza e nesse sentido é um índice revelador do desenvolvimento de sua força de trabalho e de seu domínio sobre a natureza. Assim, quaisquer que sejam os instrumentos de que se valha para transformar a matéria é, sem dúvida, o homem quem os fabrica e utiliza. É ele quem, em última instância, se valendo dos instrumentos atua sobre as

matérias e as transforma de acordo com suas necessidades. Refletir sobre a instrumentalidade no bojo da ação do Assistente Social é um modo de identificar a dimensão que o conjunto do referido instrumental técnico utilizado pelo Serviço Social ocupa no contexto geral das práticas assistenciais.

Em seguida, descrevemos o percurso histórico do Serviço Social e a influência da Primeira Guerra mundial a partir da qual a força da classe trabalhadora organiza-se para garantir o atendimento de suas necessidades. Analisamos a gênese do Serviço Social que surgiu em um momento histórico com forte vinculação à ação da Igreja católica e com ligação da profissão ao Estado. Desta maneira, o Serviço Social acompanhou o processo de agudização econômica e social e o fortalecimento do populismo como alternativa para manipulação dos trabalhadores e da sua vinculação aos interesses dominantes. Assim, o início da profissionalização do Serviço Social está intimamente relacionado aos movimentos religiosos e estatais ligados à Questão Social que visavam a garantia de privilégios específicos de cada setor.

A origem do Serviço Social na militância católica marca profundamente seu conteúdo profissional. O Serviço Social se desenvolveu enquanto profissão sob a égide do desenvolvimento capitalista industrial e da expansão urbana com a influência franco-belga até ceder à influência norte-americana.

Passamos pelo início do chamado "Movimento de Reconceituação" que surgiu a partir de fortes questionamentos feitos por alguns profissionais sobre as práticas, compromissos e consciência social dos Assistentes Sociais. Este movimento rejeitou o modelo importado dos EUA, passando a vincular a prática profissional aos interesses populares e rejeitou o trabalho institucional. A partir de então, resgatou-se no Serviço Social a necessidade de articular a teoria e a prática através de metodologias próprias e de dialogar com as Ciências Sociais. Com isso, foi possível propor um projeto da categoria para a sociedade.

No tópico seguinte buscamos a conceituação das linhas filosóficas que influenciaram o Serviço Social bem como discorremos sobre as bases filosóficas responsáveis pela formação do Assistente Social. Prosseguimos com o capítulo IV no qual expomos, através de pesquisa bibliográfica, os métodos e as técnicas mais utilizadas pelo Assistente Social antes e pós-movimento de Reconceituação. Observa-se que as referências indicadas são marcantes no sentido que ocorreram anteriormente ao movimento de Reconceituação. Insistimos em citá-las como forma de chamar a atenção do leitor uma vez que após o movimento de reconceituação a literatura oferece poucos títulos. Dada essa escassez de

material o Serviço Social acaba se utilizando de referenciais teóricos de outras disciplinas. A seguir, discorreremos sobre o percurso metodológico, mostrando o referencial teórico, as técnicas de investigação de análise dos dados, assim como o campo de estudo e seus sujeitos.

Finalmente, apresentamos uma análise global dos resultados na ótica dos objetivos que nortearam esta tese. Na análise dos resultados buscamos fazer uma interpretação orientada pela técnica de análise dos discursos. Por último, ressaltamos na discussão desse trabalho os pontos que definimos como conclusões, mas que, na realidade, devem ser considerados mais apropriadamente como uma reflexão crítica sobre o agir profissional no Serviço Social.

O INÍCIO DA INSTRUMENTALIDADE

1.1 – O Trabalho



Segundo Engels, o trabalho é o fundamento da vida humana: a natureza oferece materiais e o trabalho os transforma em riqueza. O passo decisivo na transformação do macaco em homem deu-se pela diferenciação entre as funções dos pés (caminhar) e das mãos (firmarem-se em galhos). Passando a assumir uma postura mais ereta, os macacos foram ficando com as

mãos mais livres, desempenhando funções cada vez mais diferenciadas tais como apanhar e segurar alimentos, construir ninhos em árvores, empunhar paus e pedras como mecanismos de defesa.

Pode-se dizer que a mão do homem desenvolveu-se através de milhares de anos de trabalho e, portanto, entende-se que a mão não é apenas o órgão do trabalho, mas também produto dele. Não sendo a mão uma parte independente do corpo, os benefícios proporcionados por ela repercutiram em todo o desenvolvimento do indivíduo.

A cada novo progresso (avanço do homem no domínio da natureza) decorrido do trabalho (desenvolvimento da mão) o homem foi alargando seus horizontes. Multiplicaram-se as circunstâncias de atividades em comum (auxílio mútuo). O desenvolvimento do trabalho contribuiu para a consolidação dos laços societários e para o aparecimento da linguagem, a qual, em um processo de mão dupla, favoreceu e refinou os mecanismos de execução do trabalho.

O trabalho primeiro e depois a palavra articulada foram os principais fatores que atuaram no desenvolvimento gradual do cérebro do macaco e do homem. O trabalho e a linguagem permitiram o desenvolvimento dos sentidos, a evolução do pensamento, da consciência, da socialização, da capacidade de discernimento e abstração. Estes fatores por sua vez incidiam na qualidade do trabalho e da linguagem, imprimindo-lhes um processo evolutivo constante. Em síntese, o desenvolvimento da linguagem no ser humano deu-se

concomitantemente, com a construção do ser social, inserido e integrado no seu meio através de suas experiências passadas e perspectivas futuras (BRANDÃO, 2000).

Começamos a falar em trabalho a partir do surgimento de instrumentos elaborados e fabricados na pré-história como os instrumentos de caça, da pesca e da defesa. Com a caça e a pesca o homem passou a adotar uma dieta carnívora, que continha elementos fundamentais para o desenvolvimento do cérebro. A cooperação entre os órgãos da linguagem, cérebro e habilidades manuais contribuiu para o desenvolvimento da humanidade como um todo, levando os homens a executarem operações complexas e a atingir objetivos mais elevados. O trabalho foi se diversificando, aperfeiçoando-se a cada geração. A agricultura surgiu como alternativa à caça e à pesca, e mais tarde surgiram a fiação, a tecelagem, a manipulação de metais, a olaria e a navegação. Simultaneamente, surgiram o comércio e os ofícios (profissões), as artes e as ciências.

Com a evolução do trabalho (criações produzidas pelo cérebro humano) as produções mais simples, resultado das atividades manuais, foram deixadas em segundo plano. Já na família primitiva começou a aparecer a divisão entre o pensar e o fazer: a cabeça que planejava o trabalho sujeitava mãos alheias a realizarem o que era projetado. Marx enunciou os componentes do processo de trabalho e, a partir deles, o objeto de seu estudo refere-se à questão dos instrumentos de trabalho. Verificamos que raramente Marx utiliza o termo “técnica” em sua obra, mas, nem por isso ele deixa de trabalhá-la quando fala de trabalho, indústria, forças produtivas, etc. De fato, a análise marxista da produção se concentra no processo de trabalho, no qual as matérias primas são transformadas pela atividade humana consciente passando assim a produzir valores-de-uso. Marx ressalta que é a tecnologia e não a natureza, que tem importância fundamental.

Verifica-se, então, que no processo de desenvolvimento do trabalho humano a consciência participa ativamente, uma vez que elabora finalidades e produz conhecimento. Assim, acaba por existir uma relação íntima entre o pensamento e a ação, pois que o homem, para satisfazer suas necessidades concretas, não aceita o mundo tal como ele é, daí a necessidade de transformá-lo. É nesse processo de atividades concretas, onde ele estabelece sua consciência elaborando, organizando suas ações e prevendo o significado de seus atos em que ao mesmo tempo, posiciona social e politicamente no meio em que vive (BRANDÃO, 2004).

O homem transforma o objeto obedecendo às finalidades, valendo-se, para tanto, de instrumentos (meio através do qual se mensura determinado fenômeno ou se obtém dados numa pesquisa) que ele mesmo usa e fabrica, onde a razão que elabora o próprio uso e

fabricação destes instrumentos reforça o trabalho humano. Assim, ao falarmos de instrumentos de trabalho - condição material e objetiva do processo de trabalho - devemos estar atentos à sua interação com o trabalho humano, de forma que o instrumento apareça também humanizado, tanto por seu uso quanto por sua fabricação. Disso decorre que da interação indivíduo e seu meio resultou instrumentos que passaram a ser um novo elemento neste processo, estabelecendo uma tríade que deve evoluir visando, homem-meio-instrumentos, ao bem estar da humanidade.

Esta humanização do instrumento não pode ser concebida num sentido abstrato, mas sim, como expressão tanto de uma determinada relação entre homem e a natureza como das condições sociais em que os homens produzem (relações de produção). É a partir dos instrumentos que a relação entre o homem e a natureza deixa de ser direta e imediata. O aparecimento de melhores e mais elaborados instrumentos modifica o tipo de relação entre o homem e a natureza. Nesse sentido, o instrumental utilizado é um índice revelador do desenvolvimento de sua força de trabalho e de seu domínio sobre o meio. Assim, quaisquer que sejam os instrumentos de que se valha para transformar a matéria conforme suas finalidades, o homem os fabrica e utiliza para, em última instância, atuar sobre a matéria e a transformar de acordo com suas necessidades, ou seja, torná-lo sua instrumentalidade. Do ponto de vista filosófico, considera-se o valor de uma ação em função das suas conseqüências.

1.2 – O Papel da Instrumentalidade

O tema instrumentalidade é de grande relevância, devido à sua complexidade e às várias vertentes que dela se originam. Através do seu estudo, recorreremos a vários aspectos do exercício profissional e da intervenção na realidade. Entretanto, como colocado anteriormente para compreender é preciso também apreender o processo de formação do conhecimento humano e da própria ciência. Edgar Morin (2000) parte do princípio da superação da fragmentação dos vários aspectos do conhecimento. Através desta premissa, indica a necessidade do rompimento do saber parcelado. Entendendo que a ciência é uma aventura, sempre está em constante modificação, contestando as próprias estruturas do pensamento, fazendo uma articulação entre as partes e a totalidade em uma relação dialógica baseada na generalização da incerteza e na multidimensionalidade. O autor critica a ciência tradicional que separa o objeto do seu espaço, segunda a qual, o objeto se define sozinho sem se relacionar com o seu ambiente. Na sua concepção, na relação neste princípio surge uma nova visão entre mundo e sujeito, cita o sujeito como capaz de se transformar, de alterar a

realidade e ser por ela modificado. Esta capacidade significa, autonomia, reflexão e consciência, resgatando o caráter de movimento presente nesta relação.

Nos anos de 1990 a prática dos Assistentes Sociais vem sendo discutida predominantemente a partir da instrumentalidade. No âmbito da divisão sóciotécnica a lógica da razão instrumental tem prevalecido no contexto da prática profissional desde o surgimento da profissão e do trabalho.

Refletir questões como a concepção, os valores e a instrumentalidade no bojo da ação do Assistente Social é também um modo de identificar a dimensão que o conjunto do instrumental técnico utilizado pelo Serviço Social ocupa no contexto geral das práticas assistenciais.

Ao discutir que a lógica da razão instrumental determinou uma racionalidade, significa dizer que esta constitui-se, portanto, de um conjunto de atividades e funções, não se importando nem com a correção dos meios, nem com a legitimidade da ação.

Se for correto que o valor do trabalho do Assistente Social reside na sua utilidade social, que é medida em termos das respostas concretas que venham a produzir uma alteração imediata na realidade empírica, ao se converter num trabalho em geral, cujo valor reside na forma social que adquire, o seu resultado final, passa a ser o dependente da forma de realizá-lo. Em outras palavras, se o produto final do trabalho do Assistente Social consiste em provocar transformações no cotidiano dos segmentos que o procuram, os instrumentos e técnicas a serem utilizados podem variar, porém devem estar adequados para proporcionar os resultados concretos esperados. Para tanto, as ações instrumentais – mobilização de meios para o alcance de objetivos imediatos – são, necessárias, mas não suficientes. Netto (1996) indica, contudo, que não pode prescindir de um conjunto de informações, conhecimentos e habilidades que o instrumentalize.

A instrumentalidade do Serviço Social é o espaço onde a profissão se consolida e se materializa, permitindo a união das dimensões instrumental, técnica, política, pedagógica e intelectual da intervenção profissional. Essa visão integrada entre os diversos elementos possibilita que os processos e práticas sociais sejam traduzidos em ações técnicas e politicamente comprometidas. Salienta-se, ainda, a importância de agir metodologicamente, com base no conhecimento do objeto sobre o qual se trabalha, a fim de estabelecer as estratégias da ação profissional com vistas à construção de uma instrumentalidade eficiente e ética para o contexto político atual.

Netto (1994) indica que a situação atual que aloca os Assistentes Sociais como prestadores de serviços, executores de atividades finalísticas, visa descaracterizar a

profissão como um trabalho e a exclui da intermediação direta da relação capital-trabalho. Além disso, esta prática obscurece a natureza política da profissão, limitando sua intervenção a ações instrumentais, determinando a própria representação que os profissionais têm das suas funções. De acordo com o mesmo autor, é preciso romper com o hiato entre o passado conservador do Serviço Social e os indicativos práticos de uma nova racionalidade e instrumentalidade.

Segundo Guerra (1999) a passagem da teoria à prática é possibilitada pelo caráter instrumental das ações profissionais. Para a autora a instrumentalidade fundamenta a razão de ser do Serviço Social como campo de mediação e como referenciais de novos norteadores. A partir destes, os padrões de uma nova racionalidade e ações instrumentais passam a se estabelecer.

As ações profissionais constituem-se de um arsenal de conhecimentos, informações, técnicas e habilidades que estão subjacentes às práticas do Assistente Social. Com estes elementos, essas práticas ganham um *modus faciendi* e se materializam como o resultado do que está sendo executado com base em um plano genérico de atuação, que se define e se modela em um quadro de correlação de forças de diversas naturezas.

Para os profissionais que têm a prática como fundamento da determinação das suas ações, as teorias não passam de construções abstratas. Entretanto, é necessário construir um quadro explicativo do objeto que contemple um conjunto de técnicas e instrumentos de valor operacional que sirvam de referenciais aos profissionais que reconhecem as teorias como processos de reconstrução da realidade. As teorias devem ser vinculadas a determinados projetos de sociedade, a visões de homem e mundo e da própria sociedade. Partindo dessas concepções, o profissional assume uma posição, bem como assume determinados métodos de conhecimento e análise da sociedade. Para tanto, uma outra categoria entra em cena, a mediação.

1.3 – O Papel Mediador da Instrumentalidade

Através da mediação fundada no pensamento dialético, busca-se reconstruir o movimento do real e construir cognitivamente as conexões entre o universal e o singular.

Pontes (1995) indica que consiste em estabelecer as relações entre as grandes determinações sociais e as suas formas de expressões singulares no contexto particular dos complexos sociais. Implica na revelação da dinâmica do imediato e do factível que recobre cada singularidade e com sua complexidade. Esta perspectiva metodológica,

calcada na dialética do singular-universal-particular, não está restrita apenas à dimensão cognitiva. Relaciona-se também à intervenção profissional, uma vez que articula conhecimento e ação.

Há, pois, uma razão de ser no Serviço Social, estreitamente vinculada tanto às condições que gestaram sua institucionalização e àquelas por meio das quais a profissão é reconhecida e requisitada. Mas há uma razão de conhecer o Serviço Social como tendo uma postura sistemática e coerente de compreensão racional da profissão. Ambas, em razão de ser e razão de conhecer, constituem-se pólos de uma mesma configuração. Assim compreendida a razão de estudar, o Serviço Social ultrapassa os limites históricos, tanto pela sua forma de aparecer, quanto pela funcionalidade que lhe é atribuída na divisão social e técnica do trabalho.

Neste sentido, as racionalidades do Serviço Social podem ser tomadas como um conduto de passagem e eixo articulador entre teorias e práticas. Se há várias racionalidades no Serviço Social com níveis e graus de abrangência distintos que adquirem maior ou menor ponderação em determinados momentos da trajetória histórica da profissão, então porque esta intervenção, de modo geral, vem se traduzindo por ações terminais de um fazer pragmático, repetitivo e imediatista. Após a análise exposta, há que se repensar o processo das “relações sociais” definidas nas relações de produção no sistema capitalista, no qual o plano econômico subordina os demais em última instância. Nele o trabalho do Assistente Social atende ao interesse de valorização do capital, que secundariamente responde a demandas do trabalho, através do atendimento das necessidades da população. A prática profissional a partir da compreensão das contradições que constituem o móvel básico da história, pode viabilizar estratégias em favor das classes trabalhadoras, desde que antes sejam atendidos os interesses da própria burguesia. Vale a pena questionar se o Assistente Social é, objetivamente, um agente de reprodução da força de trabalho. Neste caso, então, e a partir da análise aqui feita, o Serviço Social nada mais faz do que atender ao capital? Neste contexto, Guerra (2000) coloca quatro reflexões fundamentais:

- O Serviço Social desenvolve ações instrumentais como exigências da sua forma de inserção na divisão social e técnica do trabalho e alocação nos espaços sócio-institucionais. Estas ações são, ao mesmo tempo, amparadas por uma modalidade de razão e requisitadas por ela. Tal caráter instrumental se, por um lado, constitui a funcionalidade para a qual a sociedade convoca o profissional, a sua razão de ser, por outro, é o que lhe possibilita a passagem da teoria à prática;

- A função de mediação que a instrumentalidade do Serviço Social deve incorporar padrões de racionalidade subjacentes às teorias e métodos pelos quais os agentes apreendem os fenômenos da realidade. É a partir dessas (re) construções mentais que os profissionais dão forma às suas ações nos processos e relações com os quais se defrontam na intervenção profissional;
- O fazer do Assistente Social é dado pela sua instrumentalidade. Esta dimensão da profissão é a mais desenvolvida, capaz de designar os processos que se manifestam no âmbito da ação;

A argumentação da autora demonstra que a complexidade e a diversidade alcançadas pela intervenção profissional, no sentido de atender às demandas e requisições originadas das classes sociais, colocam a dimensão instrumental como a mais desenvolvida da profissão e, portanto, capaz de indicar as condições e possibilidades da mesma.

Se a intervenção encontra-se num plano objetivamente central para o conhecimento e reconhecimento dos modos de realização da prática profissional, há que se considerar que essas ações não ocorreram sem seus agentes. Estes, por sua vez, possuem não apenas uma forma de ver o mundo. Fundamentada em uma dada formação acadêmica, intelectual, cívica e pessoal, mas também atuam como mediadores nas ações e formas de compreensão dos profissionais sobre as relações sociais que confrontam.

É importante situar o debate sobre o uso de técnicas (conjunto de procedimentos organizados baseados num conhecimento científico correspondente) em Serviço Social de forma integrada com as questões teórico-metodológicas utilizadas pela profissão. O Assistente Social apreende o significado e as contradições existentes na realidade através de sua ação, utilizando para tais instrumentos.

A matéria-prima da intervenção profissional é composta por múltiplas determinações, heterogêneas e contraditórias, que se movimentam, se alteram e se transformam em outras. A forma de inserção da profissão na divisão social e técnica do trabalho relaciona-se com determinações mais gerais do modo de produção capitalista. De fato, as fragmentações que a divisão do trabalho acarreta nos processos de trabalho, recolocadas na sociedade como um todo, colidem com a exigência do profissional em encontrar a sua especificidade. Essa ausência, por sua vez, se expressa nas indefinições sobre o que é e o que faz o Serviço Social.

Guerra (1999) questiona a forma mistificada de compreender a intervenção profissional pela dinâmica da realidade, já que o modo predominante de apreender os processos sociais é a forma material pela qual as coisas se expressam. Nesse sentido, não é

possível determinar a consciência do Assistente Social pela vinculação direta entre as condições objetivas sob as quais a intervenção profissional se estabelece e a “forma” que adquire. Isto significa que as dificuldades inerentes à intervenção profissional, a despeito de dar-lhes feições específicas, obedece à lógica de constituição da sociedade capitalista, na qual, a substituição do conteúdo pela forma e a transformação do essencial em acessório, são condições necessárias à manutenção dessa ordem social.

Segundo Martinelli e Koumrouyan (1994) o instrumental é considerado como um conjunto articulado de instrumentos e técnicas que permitem a operacionalização da ação profissional. Nessa concepção é possível atribuir-se ao instrumento a natureza de estratégia ou tática, por meio da qual se realiza a ação, e à técnica, fundamentalmente é a habilidade no uso do instrumental. Disso decorre que o espaço da criatividade no uso do instrumental reside exatamente no uso da habilidade técnica, portanto reside no agente. Decorre, também, que o instrumental não é nem o instrumento nem a técnica, tomados isoladamente, mas ambos, organicamente articulados em uma unidade dialética (entrevista, relatório, visita, reunião, observação participante).

De acordo com Guerra (2000) a legitimidade tanto da profissão quanto do referencial teórico-metodológico e ídeo-político marxiano encontra-se fundamentada nas respostas materiais concretas formuladas pelos profissionais às demandas tradicionais e emergentes. Estas respostas, por sua vez, referem-se à produção do conhecimento – sobre os objetos, sobre a realidade, sobre a população, sobre a instrumentalidade do Serviço Social, no interior da qual se delimita e se escolhe o instrumental técnico-operativo a ser utilizado. Referem-se também à intervenção objetiva nas variáveis da realidade social com o intuito de alterá-las e deve ser capaz de: 1) iluminar as finalidades profissionais; 2) de permitir a escolha dos meios e instrumentos adequados à realização do projeto; 3) de mobilizar as condições objetivas, enfim, deve permitir a concretização das finalidades profissionais.

Os Assistentes Sociais ao acionarem a razão e a vontade na escolha dos procedimentos técnicos e ético-políticos, dentre eles o instrumental técnico-operativo, o fazem no âmbito de um projeto profissional. Isto permite que a profissão supere a dimensão eminentemente instrumental necessária resposta de maneira crítica e consciente às demandas que lhe são postas. As competências técnicas e política, necessárias para o avanço da profissão em suas diversas dimensões técnica, ético-política, intelectual e formativa, são alcançadas através do aprimoramento profissional.

Para uma reflexão técnica nas ações profissionais do Assistente Social, é necessário o entendimento fundamentado em bases teóricas do significado dos instrumentos,

dos objetivos da ação que serão utilizados e as bases filosóficas que deles se originam e a interlocução destes para a construção da intervenção profissional.

No capítulo II faremos uma viagem na trajetória histórica do Serviço Social no Brasil, seu desenvolvimento, origem e influências teóricas, buscando identificar elementos indispensáveis para a compreensão da utilização dos instrumentais, alicerçados numa perspectiva metodológica.

CAPÍTULO 2

A TRAJETÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

2.1 - O Início



O Serviço Social no Brasil surgiu em um momento histórico com forte vinculação à ação da Igreja. Um dos relatos fidedignos dessa condição sustenta que "tendo suas bases nas formas de assistência social que se desenvolvem com a mobilização do movimento leigo pela Igreja Católica, a partir da segunda metade da década de 1920, o reconhecimento do Serviço Social, enquanto profissão institucionalizada, só ocorrerá quando a Igreja Católica, enquanto instituição social, organizar-se para assumir um papel ativo na chamada questão social" (RAICHELIS, 1988).

Para a autora, o surgimento do Serviço Social caminha com a mobilização da Igreja na busca do resgate de seus interesses e privilégios corporativos através de uma influência normativa. O reordenamento da Igreja foi concretizado a partir da constituição do chamado "Bloco Católico", que lança pessoas à época vinculadas à Igreja, na militância tanto intelectual quanto política, adotando como premissas: uma doutrina social totalitária; um projeto de desenvolvimento harmônico para a sociedade; o capitalismo transfigurado e recristianizado aparece como concorrente do socialismo, na luta pela conquista e o enquadramento das classes subalternas. Observamos que a identidade inicial do Serviço Social está caracterizada pelo conteúdo doutrinário e confessional da Igreja, sendo que sua emergência é ampliada a partir da criação das primeiras escolas, que visavam à profissionalização da assistência e o seu tutelamento pelo aparato religioso.

O Serviço Social, nascido da Revolução Industrial e legitimado no Brasil na década de 1930, passou por diferentes períodos que marcaram profundamente o cenário profissional. Esta constatação decorre do fato de que as bases da inserção do Serviço Social no Brasil estão relacionadas à dinâmica das relações sociais determinadas historicamente na sociedade brasileira, a partir de um processo cumulativo de fatos e eventos ocorridos nos âmbitos social, político, econômico e religioso.

Lima (1982) indica que o século XX no Brasil trouxe as condições necessárias para o rompimento do modelo agrário-exportador vigente até então e o início da industrialização em consequência da organização da classe trabalhadora. É sabido que até o início do século passado a economia brasileira e sua exportação estavam centradas na produção de café, principalmente, no eixo São Paulo - Minas Gerais. Em decorrência da hegemonia econômica destes estados a primeira república esteve centralizada também, no âmbito político através da adoção de um sistema de rodízio na escolha de presidentes do país, conhecida como política do café-com-leite, que conservava um grupo restrito no poder, fazendo com que Minas e São Paulo passassem a monopolizar as escolhas dos dirigentes da nação.

Havia uma hegemonia, no âmbito nacional, dos grandes latifundiários e uma alta concentração da população nas zonas rurais. Resultados das repercussões da Primeira Guerra Mundial, principalmente, a diminuição das exportações, a necessidade de incremento dos setores industriais e a expansão dos movimentos migratórios das zonas rurais para as urbanas, o país iniciou o seu processo de modernização que gerou, entre outros fatores, o agravamento das tensões sociais.

Pela primeira vez, ficava evidenciada a força da classe trabalhadora em organizar-se para garantir atendimento de suas necessidades, desencadeadas pelo modelo industrial e pela sua expansão nas zonas urbanas e do reconhecimento pelas classes hegemônicas da necessidade de controlá-la. Estabelecia-se no cenário político brasileiro a efetiva e tensa luta entre diferentes classes sociais. Em face deste início de organização trabalhadora, as oligarquias desencadearam movimentos de repressão e reconheceram pela primeira vez, a importância do trato da Questão Social, entendida como a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia" (IAMAMOTO, apud Netto, 1994).

2.2 – A Era Vargas

O cenário mundial conviveu com uma séria crise econômica gerada pelo "crack" da bolsa de valores de Nova York (1929) que repercutiu fortemente na política brasileira. Paralelamente, a Revolução de 30 no Brasil veio garantir uma nova política, substituindo o domínio dos grandes latifundiários (nos âmbitos regionais) pela forte liderança presidencialista de Getúlio Vargas, quando da instauração do populismo. Lima (1982) neste contexto, coloca que a Revolução de 30 já encontrou um clima favorável para uma legislação social no Brasil que vinha se esboçando desde a década anterior e que se reafirmou com a criação do Ministério do Trabalho.

O Estado assumiu, então, uma organização corporativista e passa a tutelar as relações de trabalho, regulando a vida econômica, política e social, intervindo nos movimentos populares, que eram entendidos como excessos revolucionários. Determina uma legislação que busca conciliar os interesses contraditórios entre capital e trabalho e impede a livre negociação entre o patrão e o empregado. Fica evidenciada a busca pela harmonia social, na criação de projetos políticos sustentados no amparo e na proteção do trabalhador. Evidentemente, esta nova política estatal buscava atender a burguesia industrial que emergia em substituição às oligarquias rurais, procurando atender algumas reivindicações dos trabalhadores, visando à harmonia social e à garantia do pleno desenvolvimento urbano e industrial.

O conjunto de leis sociais implementadas pelo Estado Novo nessa época pressupõe o reconhecimento político da classe trabalhadora e a necessidade de atendimento de seus interesses. Historicamente, a questão social recebe uma nova configuração e passa a ser vista como o centro das contradições sociais.

Por outro lado, há que se salientar a ligação da profissão ao Estado, em decorrência da agudização da crise econômica e social, do fortalecimento do populismo como alternativa para manipulação dos trabalhadores e da sua vinculação aos interesses dominantes. Assim, o início da profissionalização do Serviço Social está intimamente relacionado aos

movimentos religiosos e estatais voltados ao atendimento da questão social e visando à garantia de privilégios específicos de cada setor.

Neste cenário o que se constata é que as respostas vêm do Estado e da Igreja; o primeiro busca consolidar-se politicamente, garantindo a paz política e a segunda pretende resgatar seu poder e reconquistar privilégios nesta nova sociedade. A questão social no Brasil, segundo Arlete Lima (1982), tem como referência a década de 1920, estando ligada ao desenvolvimento do capitalismo nacional e ao desequilíbrio de natureza estrutural. Nesta época, o problema do operariado era considerado um problema de polícia e não de ordem social, sendo necessária a repressão para a manutenção da ordem na sociedade.

Considerando a necessidade de rever o sistema político da época, surgiram novas alianças que redefiniram uma nova conjuntura. Assim, em 1930, Getúlio Vargas, líder civil do movimento armado da oposição, assume, então, a Presidência da República e inicia uma nova era política no Brasil, passando a utilizar mecanismos de conciliação, pois tinha como objetivo impor-se como autoridade e contornar a crise econômica no país. Foi então, a partir de 1930, com o governo de Vargas, que teve início uma ampla implantação de uma Política Social, através de leis trabalhistas como a CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas) em 1943, institutos de aposentadorias e pensões e o salário mínimo.

A Era Vargas, de 1930 a 1945, foi um período caracterizado por redefinições políticas. O Brasil passava por grandes mudanças tanto nas relações entre as classes sociais como na organização do Estado, passando a haver uma centralização do Estado. O Governo Vargas mudou a política econômica, priorizando a industrialização, o nacionalismo econômico e a intervenção do Estado na economia. Neste período ocorre então uma mudança de um país agrícola-comercial e oligárquico para um país agrícola-industrial, com novas relações entre o capital e o trabalho. O Estado passa a atuar como agente político no processo de industrialização do país, a respeitar a iniciativa privada e a atender reivindicações populares pelo bem-estar social. Vargas implanta uma política de manipulação de massa, através de promessas de atendimento parcial de suas reivindicações, com o objetivo de evitar conflitos e as lutas de classe, de controlar a classe operária e impedir a influência

comunista. O trabalhador perde o direito de fazer greve e os sindicatos passam a ser manipulados por pelegos.

A indústria tem a supremacia do capital nacional. O Governo libera o aumento de tarifas, emite dinheiro, tendo como aliado poderoso desse processo a guerra mundial. O país deixa de importar bens e passa a produzir internamente, o que é denominado pelos teóricos da área como "Substituição de Importações".

Ao mesmo tempo em que há uma centralização política em torno do Estado, há uma desmobilização da sociedade civil. O Estado passa a incluir a sociedade civil organizada no seu projeto político, neutralizando-a. As associações de classes são colocadas sob o controle estatal. Como consequência da centralização do Estado há o inchaço do aparelho estatal.

A oligarquia continua dominando depois de 1930, mas não mais sozinha. Junto a ela os tenentes e pessoas da classe média passam a compor a burocracia estatal. A economia, que até 1930 era deixada livre para determinar as leis do mercado sem a interferência do Estado, a não ser para defender o preço do café por solicitação dos próprios cafeicultores, passa a sofrer mecanismos de controle e ficar sob a intervenção do Estado. O governo cria institutos, autarquias e conselhos técnicos que passam a dirigir a política econômica. A interferência do Estado na economia demonstra que o Brasil deixa de adotar idéias do liberalismo e passa a ter um Estado intervencionista e centralizador. O contexto sócio-econômico do período de 1920-1930 favoreceu uma abertura para o "social". O governo de Vargas é caracterizado por um período em que há uma "preocupação" do Estado com os problemas sociais. Cria-se o Ministério do Trabalho e instituições assistenciais públicas e/ou particulares com subvenções do Estado. Pensa-se que através da intervenção do Estado pode-se amenizar as reivindicações da população trabalhadora.

Após a revolução constitucionalista de 1932, na qual os paulistas exigiam uma nova constituição, dentre outras solicitações, Vargas aceita promulgar uma nova Constituição Federal, elaborada com base na constituição alemã que previa regime presidencial, voto secreto e feminino, ensino primário gratuito, jornada de trabalho de oito

horas, descanso semanal remunerado de trabalho, proibição de trabalho a menores de 14 anos e assistência pública. O Serviço Social, em seu início, não só representou o discurso da sociedade da época, como se identificou com ele. Intrinsecamente relacionado com o Estado paternalista de Vargas e preocupado com a questão social tinha o objetivo de reduzir os “males sociais”, através de seus efeitos.

O governo estabelece o Estado Novo, radicaliza a ditadura com a concentração dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e restringe as liberdades individuais. Uma nova Constituição de 1937, é imposta por Vargas. É uma Constituição similar à constituição fascista da Polônia que propõe a absoluta centralização pelo governo Federal e a supressão da autonomia dos estados.

O Estado Novo de 1937 a 1945 corresponde a um momento partidário da luta de classes no país. A questão social passa de uma orientação liberal para uma atuação intervencionista do Estado que mediava as partes envolvidas. Além da passagem da orientação liberal para a intervencionista, outra proposta vem embutida nessa: a de uma ideologia da outorga. Essa nova ideologia tem como base a visão de inoperância e insuficiência histórica do proletariado no Brasil. Desta forma, o Estado deveria suprir com favores e legislações as conquistas que o proletariado seria incapaz de conseguir por conta própria. Desse modo, a classe operária que antes era vista como ameaça, deveria desistir de ter organizações autônomas, de ter partido, para receber os benefícios que o Estado daria a ela. Como base de troca ou como pacto, o Estado outorga leis sociais e recebe uma classe operária domesticada que desiste de reivindicações de greves ou de movimentos. Com essa proposta de pacto, de acordo entre as partes, a opressão e a dominação ficam camufladas.

Com a criação do Ministério do Trabalho iniciam-se várias mudanças trabalhistas. O Ministério do Trabalho, de caráter intervencionista, passa a intervir nas questões de contrato de trabalho e as relações entre trabalho e capital, deixam de ser assunto apenas da esfera privada e passam, a ser consideradas de interesse do próprio Estado. Verifica-se a implantação de várias legislações trabalhistas.

Mas, de acordo com o desenvolvimento das forças produtivas e divisão do trabalho, modifica-se também o grau de exploração dessas forças de trabalho, bem como a maneira de agir da classe dominante em relação às questões sociais. Passa-se da caridade tradicional para a centralização e racionalização da atividade assistencial e da prestação de serviços sociais pelo Estado, que passa a atuar sobre as seqüelas da exploração do trabalho. É importante frisar que a evolução da questão social apresenta: um contexto influenciado pela classe trabalhadora e suas lutas e conquistas constantes; várias maneiras de interpretar e agir na questão social propostas pela classe dominante e apoiada pelo Estado. Como iniciou-se um controle cada vez maior do Estado junto à sociedade civil, o Serviço Social afirmou-se como profissão integrada ao setor público e às organizações patronais privadas, o que evidencia a profissão enquanto parte integrante do aparato estatal e o profissional como assalariado à serviço do Estado (LIMA, 1982).

Neste período triplica a quantidade de sindicatos reconhecidos pelo Estado e ocorre uma expansão do sindicalismo oficial. As reivindicações da classe operária passam a ser canalizadas para esse aparato sindical. Este procedimento impede os sindicatos de se desenvolverem independente e politicamente, levando uma desmobilização, despolitização na quanto a organização da classe operária.

Dessa forma, o Estado Novo teve como objetivo principal a despolitização da sociedade, sobretudo do operariado, uma vez que as classes operárias continuaram a atuar através do Estado. A classe operária só tinha como opção aceitar a ação do Ministério do Trabalho na perspectiva da colaboração entre as classes ou ser enquadrado como questão de polícia. Surge daí um novo conceito de trabalhador e de trabalho. O trabalhador despolitizado, disciplinado, produtivo, que ganha o prêmio do operário do ano (SILVA, 1995).

A legislação social passa a atingir de forma distinta aos patrões e aos operários. Os patrões são favorecidos pela justiça do trabalho, enquanto os operários proibidos de fazer greve, tendo atrelado seus sindicatos ao Estado, passam a competir de forma desigual na luta pelos direitos de classe, tendo como contrapartida o ganho do capital.

Em 29 de outubro de 1945 Vargas é deposto com o povo clamando pela redemocratização do país. Estabeleceram-se eleições livres e o vencedor foi o General Eurico Gaspar Dutra que sai vitorioso das urnas.

Este cenário de mudanças políticas, econômicas e sociais também teve seus reflexos no sistema religioso da época. Um relato histórico breve é feito aqui, porque terá influência na organização descrita mais na frente. Após a elaboração da constituição brasileira de 1891, que propõe a separação da Igreja e o Estado e as encíclicas papais, *Rerum Novarum* e a Quadragésimo Ano, a Igreja inicia um caminho de aproximação entre o clero e os leigos. Com a Carta Pastoral de 1916, Dom Leme, bispo de Recife, conclama os padres a se aproximarem do laicato, num retorno às bases, atuando juntamente com os fiéis na Questão Social. Esta, por sua vez, além de receber atenção do Estado, passa a ser foco de preocupação, também, da Igreja Católica, que passa a intensificar o trabalho de mobilização de católicos leigos: visava a difusão do pensamento social da Igreja. Portanto, a ação controladora do governo sobre os movimentos operários encontra apoio nas elites políticas, militares, como também da igreja temerosa da penetração comunista.

Neste contexto histórico e impulsionado pela influência da Igreja Católica, o início da formação para o Serviço Social teve como base fundamental o doutrinário e a moral. Portanto, o elemento vocacional aliado ao catolicismo, configura o perfil inicial a ser formado para o exercício do Serviço Social.

Em 1936 a primeira escola de Serviço Social no Brasil foi fundada em São Paulo, estimulada pelo interesse de um grupo de jovens católicas que, durante um curso de formação social, idealizou a criação de um Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) que resultou posteriormente na fundação dessa escola. As bases para a criação dessa escola foram fundamentadas na orientação da Escola de Serviço Social de Bruxelas e, por isto, a influência européia (franco-belga), sob orientação tomista, é a primeira repercussão doutrinária na formação dos Assistentes Sociais brasileiros.

2.3 – A Doutrinação do Serviço Social e a Influência Européia

A influência européia no processo de formação social brasileiro, através da igreja católica e de seus organismos, era tão marcante que assume a forma de doutrinação, tendo como referência fundamental o evangelho com forte influência positivista.

Prevalecem as características fundamentais do Tomismo, coesão doutrinal, plenitude, docilidade ao real, respeito à tradição, possibilidade de progresso, subserviência à autoridade e ao Estado. Tudo isso justifica a posição inicial do Serviço Social brasileiro do não questionamento da ordem vigente e de buscar, sempre, apenas, reformar a sociedade, melhorando conseqüentemente a ordem vigente.

O Serviço Social, como profissão, converteu-se numa das frentes mobilizadas pela Igreja Católica para o desenvolvimento da formação doutrinária e social do laicato, qualificando seus intelectuais para a recuperação moral do operário, visando afastá-lo das influências maléficas dos ideais socialistas e do liberalismo econômico. Por meio da Ação Social a Igreja procura fortalecer sua influência ideológica e reconquistar os privilégios perdidos pela crescente laicização da sociedade no bojo das relações que estabelece com o Estado. Nesses moldes, encarrega-se durante muito tempo da formação dos Assistentes Sociais.

O conservadorismo católico que caracterizou os anos iniciais do Serviço Social brasileiro começa, especialmente, a partir dos anos 1940, a ser tecnificado ao entrar em contato com o Serviço Social norte-americano e ter suas propostas de trabalho permeadas pelo caráter conservador da teoria social positivista. Esta reorientação da profissão que exige a qualificação e sistematização de seu espaço sócio - ocupacional tem como objetivo atender às novas configurações do desenvolvimento capitalista e, conseqüentemente, às requisições de um Estado que começa a implementar políticas sociais. Nesse contexto, a legitimação do profissional, expressa em seu assalariamento e ocupação de um espaço na divisão sóciotécnica do trabalho, vai colocar o Serviço Social brasileiro diante da matriz positivista, na perspectiva de ampliar seus referenciais técnicos para a profissão.

Esta orientação funcionalista é absorvida pelo Serviço Social, configurando propostas de trabalho ajustadoras e um perfil manipulatório, voltado para o aperfeiçoamento dos instrumentos e técnicas para a intervenção, com a busca de padrões de eficiência, sofisticação de modelos de análise, diagnóstico e planejamento, enfim uma tecnificação da ação profissional que é acompanhada de uma crescente burocratização das atividades institucionais (YASBEK, 1999).

Os serviços sociais, tanto nas agências públicas como privadas, foram permeados pela influência racional e organizacional e por uma visão mais crítica em relação ao espírito profissional e à competência técnica na prestação de serviços. A noção de bem-estar individual ou administração de pessoal contemplava os direitos dos trabalhadores e as responsabilidades do empregador, à medida que influenciou a formação de uma sociedade sob a ética rigorosa do puritanismo.

O protestantismo, marca dominante nesse período e como concepção dominante nas ciências e do pragmatismo como método, concorreu para formar uma sociedade exemplar, sob o espírito do evangelho. A influência do protestantismo também se fez sentir pela imagem assistencial da igreja como fonte de apoio psicológico, pelos centros comunitários, pelas visitas domiciliares típicas das missões e até pela liberalidade do dízimo que possibilitava aos homens de negócio fornecerem apoio financeiro às organizações privadas e fundações.

O caráter de utilidade social era fortalecido pelo rótulo: “Esmola não, um amigo”. Toda essa influência marcou histórica e culturalmente a trajetória do Serviço Social na América Latina e abriu espaços para a análise dos indícios ou resquícios do protestantismo no exercício profissional do Serviço Social.

Para compreendermos o Serviço Social enquanto profissão torna-se necessário inserir essa prática nas relações sociais que lhe atribuem um determinado significado. Certo é que o Serviço Social desenvolveu-se enquanto profissão sob a égide do sistema capitalista industrial e da expansão urbana, contexto que afirmou a hegemonia do

capital industrial e financeiro, de onde surge a denominada “questão social” do profissional especializado.

Diante da contradição entre proletariado e burguesia, o Estado passa a intervir diretamente nas relações entre o empresariado e a classe trabalhadora, criando legislação social e trabalhista específicas, além de gerir a organização e prestação de serviços sociais, enquanto enfrentamento da questão social, posto que havia uma forte preocupação com a manutenção da classe trabalhadora. A expansão da noção de cidadania muito colaborou para a expansão dos serviços sociais no século XX, à medida que o Estado assume os encargos sociais face à sociedade civil, mesmo porque os serviços sociais representam expressão concreta dos direitos sociais do cidadão, embora se dirija àqueles que necessitam vender sua força de trabalho para sobreviver.

Não se pode pensar a profissão como se acabasse em si mesma e como seus efeitos sociais fossem responsabilidade exclusiva do profissional. O significado social da profissão somente será revelado se considerarmos a atividade profissional envolvida na implementação de políticas sociais, embora se torne conflituoso, no sentido de que o Estado é considerado um dos maiores empregadores de Assistentes Sociais no Brasil.

2.4 – A Influência Norte-Americana.

A partir da década de 1940, a influência franco-belga vai ceder o lugar à norte-americana. A Segunda Guerra Mundial levou os Estados Unidos a uma situação de supremacia em relação aos países europeus, fomentando seu interesse pelos países da América Latina. Esse fato intensificou a influência norte-americana no Serviço Social brasileiro. A Conferência Nacional do Serviço Social, em 1941, iniciou esse intercâmbio. Muitos diretores de escolas de Serviço Social da América Latina foram convidados oficialmente pelo governo dos Estados Unidos para lá fazerem cursos e bolsas de estudos foram oferecidas aos Assistentes Sociais brasileiros.

A Segunda Guerra Mundial afrouxou um pouco o controle das metrópoles e possibilitou a ocorrência algumas modificações no processo de industrialização dos países dependentes. Setores antes desenvolvidos passam a subdesenvolvidos e, no Brasil, a produção de bens de consumo para atender a um setor pequeno da população contribui ainda mais para a concentração da renda. Faleiros (1998) refere-se a esse processo concentrador e excedente como círculo vicioso da riqueza, sinônimo de mais-valia. Além disso, durante esse período, governos ditatoriais e populistas coexistem com as reivindicações oriundas das classes urbanas, agrupando em torno da industrialização e ocasionando uma crescente urbanização. O cenário da América Latina, no século XX, é o da exploração capitalista dos excedentes econômicos, ocasionando um declínio contínuo no intercâmbio da América Latina com as metrópoles. De qualquer forma, o poder econômico, o trabalho qualificado e a mudança em todo o sistema institucional atingiram tal prosperidade que se firmou hegemonicamente ao lado do processo técnico da agricultura e do comércio americano.

O ideal de democracia e justiça social pregado por Jane Addams e as idéias da filantropia científica de Mary Richmond eram desafios apresentados pelos reformadores particulares e pelos mais esclarecidos moralizadores dos anos progressistas. No entanto, de forma geral, as soluções políticas para os problemas sociais não foram satisfatórias, desde a ótica da camada da elite sofisticada, até a dos imigrantes humildes.

Para garantir a dominação, os Estados Unidos instituíram certos mecanismos de ajuda e cooperação por meio de organismos internacionais, que culminaram com a Aliança para o Progresso. A partir de 1945, com o supremo domínio norte-americano sobre o mercado industrial e da produção, surge uma nova divisão industrial do trabalho como imposição de um sistema que sela a aliança com a América-Latina que dessa oferecer matéria-prima e mercado para seus produtos manufaturados (PINTO, 1986).

Por volta de 1940, o Serviço Social começa a receber a influência norte-americana que é um dos frutos da hegemonia econômica daquele país no Bloco Ocidental, resultando na sua ascensão política, ideológica e cultural. A aproximação do Brasil com os Estados Unidos da América - EUA foi resultante da supremacia americana, com relação à

européia, decorrente do Pós - Segunda Guerra Mundial. Também decorreu da política de boa vizinhança que representou uma tentativa americana de alcançar maior penetração comercial na América Latina e se fortaleceu à medida que o governo americano injetou recursos nos programas de industrialização do governo brasileiro (PINTO, 1986). A influência norteamericana se fazia notar através da igreja e do Estado na formação do Assistente Social.

Em 1946 é criada a ABESS (Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social) entidade civil, de âmbito nacional, sem fins lucrativos e que, de acordo com Pinto (1986) até a década de 1960, preocupou-se com a formação profissional do Assistente Social na perspectiva cristã. Dessa forma, de 1941 a 1957, o panorama do ensino e da profissão, no Brasil modificou-se. A intervenção no campo das reformas institucionais era facilitada pela origem do Assistente Social: quanto mais próxima fosse do poder econômico e político, maiores possibilidades teriam de realizar a tarefa destinada. Não só aos assistentes sociais, mas também a todos os que participavam do apostolado da Igreja e militavam nessa tarefa era dada atenção preferencial. Tal fato já era visível e percebido em trechos da encíclica papal.

Castro (2000) coloca que com a exigência de qualificação acadêmica, religiosa e técnica para atender a demanda profissional, as escolas de Serviço Social prepararam e formaram um contingente de Assistentes Sociais imbuídos de todos os bons valores sociais e religiosos, orientados para a melhoria dos costumes. A função do profissional em Serviço Social era atuar junto à família operária, intervindo em seus valores e nas instituições, visando a sua reforma.

Rodrigues (1994) sintetiza que os círculos de estudos da Ação Católica representavam um recurso pedagógico, tanto para o profissional como para os monitores. As reuniões aconteciam para reflexão e debates sobre os grandes temas, ou seja, sobre os que permitiam conhecer as bases sobre as quais todo o projeto de formação profissional no Serviço Social se produzia. A prática profissional colocava o professor em contato com a realidade social e cotidiana, permitindo-lhe colocar os conhecimentos teóricos em prática. A preocupação com a transmissão de conhecimentos era permeada por uma doutrina cristã e a prática do professor era fundamental para desempenhar a função docente.

Em princípio, a única metodologia utilizada na prática didático-pedagógica no ensino de Serviço Social era a mesma da qual se valia a ação católica, chamados círculos de estudos. A estruturação do Serviço Social enquanto profissão contou, inicialmente, com duas bases que acionaram a formação acadêmica e profissional: a filosofia, como suporte de formação moral e a preocupação com a cientificidade, na busca de uma metodologia própria. Propostas eram incorporadas, gradativamente, emergindo da própria prática profissional, o relato de experiências de outros profissionais, análises de relatórios elaborados em instituições, leitura de textos, além dos conhecimentos emanados dos pensadores cristãos. Fontes norte-americanas serviam cada vez mais de base ao desempenho profissional. De fato a partir de 1945, o Serviço Social assumiu com força total o modelo funcional implantado pelos Estados Unidos. E se afastou do doutrinário da Igreja Católica que predominava nos fins da década de 30 e no início da década de 40.

As teorias de Caso, Grupo e Comunidade compuseram a tríade metodológica que orientou o Serviço Social na busca da integração do homem ao meio social em que vivia. Inicialmente, a influência americana ocorreu com a difusão da base técnica dos métodos de caso, grupo e comunidade. Posteriormente, com a proposta do Desenvolvimento de Comunidade, como técnicas e como campo de intervenção profissional. Esse estreitamento das relações entre Brasil-EUA repercutiu no Serviço Social através da intensificação de intercâmbios de Assistentes Sociais brasileiros que buscavam a ampliação de seus estudos naquele país. Nesse período, a ênfase na formação profissional ainda estava sustentada na visão terapêutica e na concepção de que a questão social era um desajustamento social. Com a influência americana emergiu a perspectiva funcionalista, que a princípio era aliada ao neotomismo cristão e que teve como consequência reforço da postura terapêutica, tratamento às feridas sociais, nas linhas da Psicologia e da Psiquiatria da época, levando-se em conta os desajustamentos sociais (PINTO, 1986).

De acordo com Castro (2000) o Desenvolvimento de Comunidade ainda está presente no Serviço Social de hoje. Traduzem-se na utilização sistemática do poder de iniciativa e cooperação dos indivíduos e das comunidades locais visando ao desenvolvimento

nacional, participação voluntária, baseada na tomada de consciência sobre a necessidade de acelerar o desenvolvimento; participação solidária, no sentido de pertencer à comunidade; participação orgânica, no sentido de organização coletiva e responsável; participação dinâmica, no sentido de que o individual e o social se afastem da marginalidade e do subdesenvolvimento.

Caracterizada pelo empirismo, a literatura do Serviço Social procura explicar o comportamento do indivíduo pelos modelos organicistas de Dewey. A ação técnica do Assistente Social acabava por imprimir um suposto descomprometimento no agir profissional, uma dicotomia teoria-prática que, na verdade, trazia embutida a ideologia dominante.

Aguiar (1985) ressalta que o perfil do aluno que se formava nos cursos de Serviço Social era de caráter religioso e idealista. Os conteúdos teóricos concentravam-se nos princípios filosóficos humanistas e eram articulados à prática na tentativa de superar a aparente dicotomia. A preocupação em articular teoria e prática se construía numa perspectiva cristã de homem. Assim, a intervenção na sociedade tinha em vista torná-la mais justa e fraterna, como expressão do bem comum. Nos currículos predominavam as tarefas de aconselhamento. O objetivo era aliviar as tensões sociais, visando à recondução dos desviados como capital humano necessário à industrialização e ao progresso. Igreja, Estado e empresariado vão se constituindo no campo de trabalho do Assistente Social.

Ainda que fique evidenciada a influência ideológica, de natureza positivista, na formação para o Serviço Social, durante a década de 1950 e início da década de 1960, o Serviço Social incorpora a política desenvolvimentista no ensino. Esta política enfatizou a aceleração econômica, incentivada pela industrialização e modernização capitaneada pelos Estados Unidos. Ao Serviço Social caberia contribuir no aprimoramento do ser humano, mesmo que o país convivesse com a existência de setores subdesenvolvidos.

O desenvolvimento de comunidade era uma estratégia lançada para garantir a prosperidade, o progresso social e a hegemonia da ideologia americana (capitalismo). Esta política visava preservar o mundo livre de ideologias não-democráticas. Parte do pressuposto

de que as populações pobres têm maior receptividade ao comunismo. Então, é preciso melhorar e desenvolver o sistema capitalista. Daí, a busca de estratégias, uma das quais foi a implantação de programas de Desenvolvimento de Comunidade (AGUIAR, 1985). Foi na esteira do desenvolvimentismo que o Serviço Social produziu as condições necessárias para sua legitimação como profissão na sociedade brasileira. Deste modo, a profissão traz uma herança relacionada ao atendimento de interesses dominantes, à manipulação do trabalhador e à reprodução social. Esta situação tem sido geradora de contradições para a prática profissional, pois a configuração historicamente assumida pelos profissionais coloca-os a serviço do capital, embora o ideário de categoria fosse o de articulação com os dominados.

Convivendo com as contradições oriundas de seu legado tipicamente assistencial e de sua legitimação por parte das classes dominantes, o Serviço Social teve sua identidade atribuída pelo capitalismo, o que significou a ausência de identidade profissional. Não reunindo condições para realizar o percurso em direção a uma consciência crítica, política, a profissão não consegue igualmente, até mesmo por seus limites corporativistas, participar da prática política da classe operária, sendo absorvida pela tecnoburocracia da sociedade do capital (MARTINELLI, 1989).

2.5 - A Reconceituação do Serviço Social no Brasil.

A partir da identificação da sua ligação à classe dominante, grupos organizados de Assistentes Sociais começaram a promover encontros sistemáticos, no âmbito latino-americano, para discutir o papel do Serviço Social. Estava desencadeado o chamado movimento de reconceituação. Este movimento surge a partir de fortes questionamentos, por parte de alguns profissionais, sobre a prática profissional, o compromisso e a consciência social de seus agentes. O movimento pretendia rever o projeto profissional e redefini-lo a partir da realidade vivenciada, caracterizando-se por um processo de revisão crítica que questionava a orientação positivista-funcionalista, que visava à adaptação do homem ao meio social, no que se refere ao objeto, objetivos, ideologia e método (PINTO, 1988).

Podemos dizer que, pelas vias da reconceituação, o Serviço Social deu sinal de sua contemporaneidade e renovação. Esta contemporaneidade, por sua vez, apontou para questionamentos significativos no processo de formação profissional vigente até o período. Assim, de uma formação que visava alcançar os objetivos dominantes, surgiu a necessidade de rever o Serviço Social nesta nova realidade, caracterizada pela abertura democrática e da sua vinculação com a classe considerada dominada. O movimento de reconceituação foi sua resposta na mais ampla revisão já ocorrida na trajetória dessa profissão.

Alguns patamares do movimento de reconceituação podem ser identificados. Em primeiro lugar, o reconhecimento e a busca de compreensão dos rumos peculiares do desenvolvimento latino-americano em sua relação de dependência com os países “cêntricos”. Em segundo lugar, verificam-se os esforços empreendidos para a reconstrução do próprio Serviço Social, da criação de um projeto profissional abrangente e atento às características latino-americanas, em contraposição ao tradicionalismo. Em terceiro lugar, uma explícita politização da ação profissional, solidária com a “libertação dos oprimidos” e comprometida com a transformação social. Em quarto lugar, a necessidade de se atribuir um estatuto científico ao Serviço Social lança-o no campo dos embates epistemológicos, metodológicos e das ideologias. Todos estes fatores canalizam para a reestruturação da formação profissional, articulando ensino, pesquisa e prática profissional, exigindo da Universidade o exercício da crítica (SILVA, 1985).

A descoberta do marxismo pelo Serviço Social latino-americano contribuiu decisivamente para um processo de ruptura teórica e prática com a tradição profissional, as tentativas de atuar com concepções marxistas foram, também, responsáveis por inúmeros equívocos e impasses de ordem teórica, política e profissional. Foram transferidas da militância política para a prática profissional, uma relação de identidade entre ambas. A aproximação redundou no chamamento dos profissionais ao compromisso político. Mostrava-se, em si, insuficiente para desvelar tanto a herança intelectual do Serviço Social como sua prática no jogo das relações de poder econômico e nas relações do Estado com o movimento das classes sociais.

Fizeram com que se estabelecesse uma tensão entre os propósitos políticos anunciados e os recursos teórico-metodológicos acionados para iluminá-los; entre pretensões político -profissionais progressistas e os resultados efetivamente obtidos.

A herança do movimento de reconceituação foi de continuidade e ruptura. Assim, o Serviço Social orientando-se por princípios humanitários, reaparecem, sob roupagens novas e progressistas, no marxismo da reconceituação, acentua o lado mau das relações sociais capitalistas resultando nesse arranjo teórico-doutrinário, que dá o tom do conservadorismo profissional, elo esse que faz com que a reconceituação não ultrapasse o estágio de uma busca de ruptura com o passado profissional (CELATS, 1991).

A expressão do movimento de reconceituação do Serviço Social no Brasil é bem representada pelo esforço de construção da vertente modernizadora da prática profissional. Essa vertente modernizadora do Serviço Social busca seus fundamentos, principalmente, na sociologia, via positivismo e funcionalismo, com superação dos vínculos da profissão com a Doutrina Social da Igreja. As bases de legitimação permanecem ligadas aos setores dominantes da sociedade e ao Estado, via implementação de políticas sociais e participação em programas de desenvolvimento de comunidade, configurando ações em nível micro e macro social.

Observa-se que o movimento de reconceituação do Serviço Social, a partir da perspectiva hegemônica no contexto da América Latina, impõe aos Assistentes Sociais a necessidade de ruptura com o caráter conservador que deu origem à profissão, calcado no atrelamento às demandas e interesses institucionais e coloca, como exigência, a necessidade de construção de uma nova proposta de ação profissional, tendo em vista as demandas e os interesses dos setores populares que constituem, majoritariamente, a sujeitola do Serviço Social.

A literatura ressalta duas expressões históricas, sendo a primeira de base ainda estrutural-funcionalista representada pela vertente modernizadora cuja inquietação maior seria o aprimoramento técnico-metodológico dos profissionais, de modo a capacitá-los a contribuir para o projeto desenvolvimentista em voga. A outra expressão histórica, que

começa a se estruturar na Segunda metade da década de 1970 e é representada pela busca da construção de um Projeto Profissional. Ambas se expressam no esforço do deslocamento das bases teóricas do estrutural-funcionalismo, que parte da feição conservadora da profissão, para uma aproximação com a tradição marxista, implicando na busca da renovação teórico-metodológica da ação profissional.

O que importa ressaltar, em termos da concepção e do desenvolvimento histórico do movimento de reconceituação do Serviço Social no Brasil, é o avanço da reflexão em torno da adequação às exigências conjunturais. A profissão passa a adotar o método dialético, o que lhe permite ampliar a concepção de realidade social e “negar a ação individualizada”. Silva, (1985) coloca que concebendo o homem na sua relação com outros homens, inserido numa sociedade em que estão presentes conflitos, desigualdades e problemas sociais que fazem parte do contexto global dessa sociedade e, a partir dessa visão, redimensionar a sua prática a fim de formular alternativas de ação condizentes às proposições do homem enquanto sujeito histórico, isto é, instala-se a luta pela superação das relações sociais dominantes.

Estudos acerca do movimento de reconceituação do Serviço Social frisam a importância de compreendê-lo enquanto processo que impulsiona a categoria repensar questões emergentes e favorecer a construção de sua nova identidade profissional.

Coube aos profissionais do Serviço Social a superação das limitações e dos equívocos, em um permanente esforço de reconstrução histórica da profissão. Este foi o verdadeiro significado desse movimento, que se contrapôs a uma visão fechada e hermética e assumiu um entendimento do marxismo como um processo de construção histórica, que preconiza uma ampliação conceitual a partir das exigências conjunturais.

Não obstante, ao estabelecer uma relação com o marxismo os Assistentes Sociais em sua prática profissional revelam uma falta de compreensão de seus elementos fundamentais, representados pelo método crítico-dialético, pela teoria do valor-trabalho e pelas perspectivas da transformação social. Mais especificamente, um despreparo

na utilização do método dialético que se pauta pelo movimento do abstrato ao concreto, criando a necessidade de reconstrução de categorias a partir das diferentes realidades sociais.

Entendemos que a atualização que se impõe ao Serviço Social deve considerar a inserção da profissão no momento histórico atual, sem perder de vista as possibilidades de desenvolvimento de uma prática profissional que vem tentando se firmar e se legitimizar, a partir de uma perspectiva de crítica às sociedades marcadas pela exclusão social e econômica da maioria das populações.

A partir da década dos anos 1980 o que se verifica é uma leitura da Assistência Social sob a ótica da cidadania e do direito enquanto espaço de resgate do protagonismo das classes populares situada no contexto das relações sociais e, como tal, espaço privilegiado da prática dos Assistentes Sociais. Isto significa o entendimento das políticas sociais, na perspectiva de um espaço onde se identificam forças contraditórias, podendo contribuir para o fortalecimento dos processos organizativos dos setores populares, enquanto formas de realização de direitos sociais e enquanto formas concretas de acesso a bens e serviços. Trata-se de um espaço político de luta por uma cidadania coletiva (FALEIROS, 2006).

Neste período foram lançados os alicerces mais sólidos para as análises da historicidade da profissão, em suas relações com o Estado e o movimento das classes sociais, detectando nessas relações as particularidades da profissionalização do Serviço Social sob diversos pontos de vista. Foi feita, ainda, uma ampla reconstituição histórica da sua evolução no país, sob diferentes angulações. A história foi tomada não apenas como reconstituição do passado, mas como elemento essencial para se compreender os determinantes e efeitos da prática profissional na sociedade brasileira atual, de modo a tornar possível o direcionamento dessa prática na perspectiva de reforço ao processo de construção da democracia e da cidadania dos trabalhadores, preservando e ampliando seus direitos sociais.

A partir deste período, no qual ocorreu uma crise econômica recessiva, surge uma nova configuração da sociedade, com profundas transformações culturais e nas relações de trabalho, concomitantemente, à luta dos setores organizados por direitos

democráticos. Tais transformações ressoam nas práticas sociais em geral e nas profissionais. No caso do Serviço Social, esse quadro trouxe avanços no processo de renovação que já havia iniciado nas últimas duas décadas. Essa atualização ocorreu no âmbito do ensino e da produção do conhecimento, da organização da categoria e do próprio exercício da profissão. Aprofundou-se a concepção de aliança com os usuários do Serviço Social idéias de compromisso com os valores da liberdade, democracia, cidadania e direitos sociais.

O mundo globalizado nos anos de 1980 e 1990 trouxe um período adverso para as políticas sociais, criando um campo fértil para o neoliberalismo. Eclodiram as bases dos sistemas de proteção social e redirecionaram as intervenções do estado em relação à questão social. Nestes anos as políticas públicas foram objeto de reordenamento, subordinadas às políticas de estabilização da economia. A opção neoliberal na área social passa pelo apelo à filantropia e à solidariedade da sociedade civil, criando programas seletivos e focalizados de combate à pobreza, no âmbito do estado.

A profissão enfrenta o desafio de decifrar algumas lógicas do sistema social contemporâneo relacionadas ao mundo do trabalho e aos processos desestruturadores dos meios de proteção social e da política social em geral. Essas lógicas reiteram as desigualdades e constroem formas despolidizadas de abordagem da questão social. No que diz respeito à formação profissional do Assistente Social, o debate centrou-se na revisão curricular, buscando sintonizá-la com a renovação profissional, tendo como temas principais: a direção social da profissão, o mercado de trabalho, as perspectivas teórico-metodológicas e a realidade social brasileira.

A direção social que passa a orientar a profissão tem como referência a relação orgânica com o projeto das classes subalternas, reafirmada no código de ética. A prática profissional é, então, percebida no contexto das relações de classe da sociedade brasileira, fundamentando a formação na realidade social.

O debate também vem permeado pelo movimento de precarização e de mudanças no mercado de trabalho, devido à desregulamentação dos mercados de trabalho de modo geral. Tal quadro altera as profissões, redefine as suas demandas, monopólios de

competências e as próprias relações de trabalho. Iniciam-se os processos de terceirização, contratos parciais, temporários, a redução de postos de trabalho com a emergência de outros possíveis postos chamado de terceiro setor. Instala-se a exigência de novos conhecimentos técnicos operativos, ao lado do declínio da ética do trabalho e do restabelecimento exacerbado dos valores da competitividade e do individualismo. Vale ressaltar que a reestruturação dos mercados de trabalho no capitalismo contemporâneo vem se fazendo via rupturas, apartheid e degradação humana.

A partir do movimento de reconceituação do Serviço Social, resgatou-se para a profissão a necessidade de articular a teoria e a prática através de metodologias próprias, de diálogos com as Ciências Sociais e de propostas de um projeto da categoria para a sociedade. Fatos sinalizaram sua contemporaneidade e renovação. Esta contemporaneidade, por sua vez, apontou para questionamentos significativos no processo de formação profissional vigente até aquele momento.

A reconceituação foi um marco decisivo no desencadeamento do processo de revisão crítica do Serviço Social. Foi um fenômeno tipicamente latino-americano de contestação ao tradicionalismo profissional.

Assim, de uma formação que visava manter os objetivos dominantes, surgiu a necessidade de rever o Serviço Social nesta nova realidade, agora caracterizada pela abertura democrática, permitindo vinculação da profissão com a classe considerada dominada.

Contudo, não foram todos os profissionais que aderiram ao movimento e, por isto, a reconceituação deixou um forte "divisor de águas" no Serviço Social. Abriu-se um grande espaço para as várias formas de entender e intervir na realidade.

De fato o embate com o Serviço Social tradicional reverteu em uma modernização da profissão que atualiza então a sua herança conservadora. Verificou-se uma mudança no discurso, nos métodos de ação e nos rumos da prática profissional.

A partir de 1979 verifica-se que as publicações nacionais ou mesmo a literatura latino-americana não foram suficientes para subsidiar as novas inquietações que se colocava no âmbito do Serviço Social brasileiro. Surge a necessidade de um espaço próprio

para a divulgação de um pensamento emergente no Serviço Social no Brasil e em 1979, a revista *Serviço Social & Sociedade* foi criada. Isto ocorreu por sugestão de um grupo de Assistentes Sociais de São Paulo, associado ao avanço da Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil, permitindo produções e debates intelectuais mais sistematizados em âmbito nacional.

Faleiros (2006) indica ainda, que deva existir uma transformação das relações profissionais no bojo das instituições para que uma prática reconceituada seja sedimentada. Segundo ele, o referido movimento se manifesta como processo que se dá nas instituições enquanto local privilegiado da prática do Serviço Social, expressando-se no âmbito acadêmico, no que diz respeito à formação profissional. Expressou-se, também, no âmbito da organização da categoria e na inserção nos movimentos sociais. Nestes movimentos esse vínculo tem possibilitado o desenvolvimento de alternativas de ação diferenciadas na dinâmica das relações de forças. A partir dessa compreensão, explicita também que a tônica maior do movimento de reconceituação é o compromisso com os setores populares.

Netto (2006) indica que o Serviço Social tradicional possuía a prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada, orientada por uma ética liberal-burguesa claramente funcionalista, visando enfrentar as incidências psicossociais da “questão social” sobre indivíduos e grupos. Os Assistentes Sociais inquietos e dispostos a buscar a renovação indagaram-se sobre o papel da profissão em face de expressões concretamente situadas na “questão social”; a adequação dos procedimentos profissionais tradicionais em face das nossas realidades regionais e nacionais; a eficácia das ações profissionais; a pertinência de seus fundamentos pretensamente teóricos e o relacionamento da profissão com os novos protagonistas que surgiam na cena político-social. O autor faz uma avaliação do movimento e aponta conquistas que integraram-se na dinâmica profissional do nosso país:

1. A articulação de uma nova concepção da unidade latino-americana;
2. A explicitação da dimensão política da ação profissional e reiterou a dimensão política como constitutiva da intervenção profissional;

3. À edificação de novas bases para uma nova interlocução do Serviço Social com as ciências sociais;
4. A discussão de diferentes concepções acerca da natureza, do objeto, das funções, dos objetivos e das práticas do Serviço Social;

Não obstante, aponta de forma crítica que tal movimento, também, foi permeado por equívocos, ressaltando a mistura do ativismo político que obscureceu as fronteiras entre a profissão e o militantismo partidário. Todos os movimentos sociais ocorreram com equívocos e avanços, e não foi diferente com o movimento da reconceituação. Os avanços teriam prevalecido se ela tivesse contado com condições históricas e políticas mais favoráveis que permitissem analisar suas experiências através da crítica pública e franca. Mas os rumos da história latino-americana, tal como se desenharam em meados dos anos 1970, impediram este desenvolvimento — e a reconceituação permaneceu como um capítulo inconcluso.

Após discutirmos a trajetória histórica do Serviço Social vamos abordar no próximo capítulo as linhas filosóficas que influenciaram a formação teórica, prática e o pensamento do Serviço Social no Brasil.

REFERENCIAL FILOSÓFICO

3.1 - O Positivismo



O positivismo foi fundado por Augusto Comte em contraposição às idéias que nortearam a Revolução Francesa no século XVIII e os respectivos valores da aristocracia, da monarquia absolutista. A doutrina de Comte parte do pressuposto de que a sociedade humana é regulada por leis naturais, invariáveis que independem da vontade e da ação

humana, tal como a lei da gravidade. Para ele, as leis que regulam o funcionamento da vida social, econômica e política são do mesmo tipo que as leis naturais e, portanto, o que reina na sociedade é uma organização semelhante à da natureza, uma espécie de harmonia natural.

O positivismo do século XIX originou-se na Inglaterra e, talvez, por isso, se assemelhe ao empirismo, ao sensismo (e ao naturalismo) dos séculos XVII e XVIII, em razão de reduzir, substancialmente, o conhecimento humano ao conhecimento sensível, à metafísica, à ciência, ao espírito e à natureza, com as relativas conseqüências práticas. Diferencia-se, porém, desses sistemas por um elemento característico: o conceito de vir-a-ser, de evolução, considerada como lei fundamental dos fenômenos empíricos, isto é, de todos os fatos humanos e naturais. Tal conceito representa um equivalente naturalista do historicismo, do idealismo da primeira metade do século XIX, com a diferença que este último concebia o vir-a-ser como desenvolvimento racional, teológico, ao passo que o positivismo o concebe como evolução por causas. Através de um conflito mecânico de seres e de forças, mediante a luta pela existência, ocorre uma seleção natural, isto é, uma eliminação do organismo mais imperfeito, sobrevivendo o mais perfeito. Daí o positivismo acreditar firmemente no progresso - como nele já acreditava o idealismo. Trata-se, porém, de um progresso concebido naturalisticamente, quer nos meios, quer nos fins visando ao bem-estar material.

O positivismo, enquanto método de análise é uma concepção de mundo, é uma postura diante da realidade social. Esta postura consiste em tomar a objetividade como

sendo a realidade social. É, na verdade, a expressão privilegiada do modo de pensar próprio da sociedade burguesa. A característica do pensamento positivista é a aceitação da objetividade imediata que a sociedade oferece.

A filosofia da história, tal como concebe Comte, entende que as idéias é que conduzem e transformam o mundo, e é a evolução da inteligência humana que comanda o desenrolar da história. Comte admitia que nós não podemos conhecer o espírito humano senão através de obras sucessivas sobre a civilização, a história do conhecimento e das ciências. O espírito não poderia conhecer-se interiormente. Comte rejeitava a introspecção, porque o sujeito do conhecimento se confunde com o objeto estudado e, porque, para se conhecer, é preciso investir nas obras da cultura e, particularmente através da história das ciências. A vida espiritual autêntica não é uma vida interior, é a atividade científica que se desenvolve através do tempo. O espírito humano, em seu esforço para explicar o universo, passa sucessivamente por três estados: Teológico ou Fictício, Metafísico e Positivo. A lei dos três estados não é somente verdadeira para a história da nossa espécie, ela o é também para o desenvolvimento de cada indivíduo.

A ciência que Comte chamara primeiramente física social, e para a qual depois inventou o nome de sociologia reveste-se de importância capital. Nela irão se reunir o positivismo religioso, a história do conhecimento e a política positiva. O espírito positivo tem que fundar uma ordem social. A construção de um saber positivo é a condição de que haja uma autoridade social suficiente e isto reforça o caráter histórico do positivismo.

Comte, ao criar a sociologia, a sexta ciência fundamental, a mais concreta e complexa, cujo objeto é a humanidade, encerra as conquistas do espírito positivo. O nascimento da sociologia representa o fato de que não mais existe no universo qualquer refúgio para os deuses e suas imagens metafísicas. O objeto próprio da sociologia é a humanidade e é necessário compreender que a humanidade não se reduz a uma espécie biológica: há na humanidade uma dimensão suplementar - a história - o que faz a originalidade da civilização. O homem, diz-nos Comte, é um animal que tem uma história.

A teoria positivista expandiu-se no Brasil durante o império, contrapondo-se a este e defendendo a República. O Brasil foi o país onde o positivismo teve grande penetração, sendo que o Rio Grande do Sul, sob a influência de Júlio de Castilho, chegou a ter uma constituição inspirada no positivismo. A vertente religiosa do positivismo foi a que mais progrediu no Brasil

O conservadorismo católico que caracterizou os anos iniciais do Serviço Social brasileiro começa, especialmente a partir dos 40, a ser tecnificado ao entrar em contato

com o Serviço Social norte-americano. As propostas brasileiras de trabalho foram permeadas pelo caráter conservador da teoria social positivista. Esta reorientação da profissão que exige a qualificação e sistematização de seu espaço sócio-ocupacional tem como objetivo atender às novas configurações do desenvolvimento capitalista e, conseqüentemente, às requisições de um Estado que começa a implementar políticas sociais.

Nesse contexto, a legitimação do profissional vai colocar o Serviço Social brasileiro diante da matriz positivista, na perspectiva de ampliar seus referenciais técnicos para a profissão. Esse processo é denominado por Iamamoto (1998) como arranjo teórico-doutrinário, caracterizado pela junção do discurso humanista-cristão com o suporte técnico científico na teoria social positivista. E, quanto ao Serviço Social, o primeiro suporte teórico-metodológico necessário à qualificação técnica de sua prática e à sua modernização vai ser buscado na matriz positivista e, conseqüentemente, na apreensão manipuladora, instrumental e imediata do ser social. Esta teoria social assentada no positivismo aborda as relações sociais dos indivíduos no plano de suas vivências imediatas, como fatos que se apresentam em sua objetividade e imediaticidade. Tal perspectiva restringe a visão de teoria ao âmbito do verificável, da experimentação e da fragmentação. As mudanças apontam para a conservação e preservação da ordem estabelecida, isto é, do ajuste.

Esta orientação funcionalista foi absorvida pelo Serviço Social, conduzindo o profissional a atuar com propostas de trabalho ajustadoras com um perfil manipulatório, voltado para o aperfeiçoamento dos instrumentos e técnicas de intervenção, buscando padrões de eficiência, sofisticação de modelos de análise, diagnóstico e planejamento; enfim, uma tecnificação da ação profissional que é acompanhada de uma crescente burocratização das atividades institucionais (YASBEK, 1982).

O que impedia uma visão crítica acerca da questão social, neste período, entre outros elementos, eram os aportes teóricos que o Serviço Social utilizava para explicar a realidade social, a saber, os fundamentos filosóficos da Doutrina Social da Igreja (Neotomismo), os conteúdos ideológicos (pensamento conservador) e a perspectiva analítica então hegemônicas nas Ciências Sociais (Positivismo). A profissão aceitava sem nenhum questionamento a base de legitimidade e o significado de sua função social atribuídos pelo Estado e pelo empresariado.

Dessa forma, as concepções de homem e de sociedade, legitimadas pela tríade Neotomismo/Pensamento Conservador/ Positivismo, eliminavam, no âmbito da formação e do exercício profissional, a compreensão sobre: a desigualdade imposta pela sociedade capitalista, associada às condições de exploração do homem pelo homem e as

relações sociais que sustentam o trabalho alienado, o caráter contraditório da prática profissional e sua participação no processo de reprodução social e a dimensão ético-política da prática profissional, em nome de uma neutralidade que de fato é afinada com a necessidade de legitimar a suposta face humanitária do Estado e do empresariado.

3.2 – Fenomenologia

A palavra fenomenologia significa estudo dos fenômenos – ciência dos fenômenos. Husserl, no seu trabalho aborda a ciência da consciência e de seus fenômenos e considera que não se trata de ciência destinada a dar explicações sobre o mundo e as coisas, ou de teoria explicativa que venha a acrescentar às anteriores.

O conceito de intencionalidade ocupa um lugar central na fenomenologia, definindo a própria consciência como intencional, voltada para o mundo. Dessa forma, a fenomenologia pretende, ao mesmo tempo, combater o empirismo e o psicologismo e superar a oposição tradicional entre o realismo e o idealismo.

Fenomenologia Social é o estudo dos modos como as pessoas vivenciam diretamente seu cotidiano e imbuem as suas atividades de significado. A partir de uma perspectiva determinada, cada um organiza o mundo em um sistema de coordenadas do qual este indivíduo é o centro. O mesmo ocorre com os demais indivíduos. O mundo social se organiza através do intercâmbio entre os sistemas de coordenadas. Esta idealização não é apenas a situação física e espacial. O conceito de situação é mais rico do que o de pontos de vista, pois ele envolve o lugar em que alguém ocupa na sociedade, o papel que desempenha, as suas posições intelectuais, políticas, éticas e religiosas.

É justo e necessário ressaltar a contribuição da fenomenologia no esforço de superar o empirismo. Preocupar-se com o fenômeno, com as intenções do sujeito, com o objeto e com o direcionamento da consciência. A fenomenologia assume a tarefa de penetrar diretamente no fenômeno entrando em contato efetivo com o mesmo, livre de preconceito e pressuposições.

O caminho para tanto é a intuição, uma vez que as essências não são derivadas das aparências, mas, podem ser percebidas a partir delas. Os fenômenos de acordo com a concepção fenomenológica situam-se como tudo aquilo que podemos ter consciência. Implicam, portanto, na correspondente consciência real e referem-se ao conteúdo intencional da consciência.

É uma direção de nossa atenção, que voltando às costas as coisas percebidas, se detém na qualidade que as fazem serem percebidas. A tarefa não é apenas ver e descrever os fenômenos. O simples aparecer das coisas da consciência era também formular uma teoria do conhecimento, que se constituísse em fonte radical de necessidade que desse sentido à ciência e à razão em geral. Colocam-se os resultados que se pretende atingir com a ação, ou seja, os objetivos ligados às finalidades, enquanto fins últimos da fenomenologia e tão importantes quanto estes.

A fenomenologia nunca se orienta pelos fatos externos ou internos. Volta-se para a realidade da consciência, para os objetivos enquanto decididos por e na consciência, isto é, para as essências ideais. Trata-se de fenômenos vistos pelos fenomenólogos como tudo aquilo que se manifesta imediatamente na consciência, alcançado por uma intuição, antes de toda e qualquer reflexão ou juízo.

Entende-se, dessa forma, que a fenomenologia é uma ciência voltada para o vivido, ou seja, propõe-se a estudar a realidade social concreta, compreensiva e interpretativa. Sua característica básica é a de ser um método voltado para uma descrição mais próxima da realidade, através do fenômeno da experiência. A fenomenologia se caracteriza, também, pela exigência de rever as perspectivas sobre o sentido da existência humana.

Almeida (1990) indica que o pensamento fenomenológico se preocupa sempre com o fenômeno e não com o fato, pois o fato é considerado fundamentalmente sob a lógica do positivismo clássico que o vê com o objeto da ciência. Segundo a fenomenologia, o homem deve ser visto na sua totalidade, isto é, deve ser situado no mundo em sua totalidade de vida, sendo que só assim poderá compreender a si mesmo totalmente. É na estrutura universal, na experiência concreta, do vivido, que a fenomenologia busca compreender o homem.

A matriz fenomenológica é introduzida num momento de transformação social e necessidades crescentes de produzir ações sociais transformadoras. Envolvendo a participação dos sujeitos nessa transformação e ainda considera que os

paradigmas teóricos do positivismo passam a ser questionados e interpelados. Acredita que não consegue dar conta da realidade vivida, ou seja, supõe sua incapacidade explicativa da realidade. Considerando ainda a busca de alternativas metodológicas para a pesquisa e a ação que articula teoria e prática é que a fenomenologia é inserida como uma alternativa, isto é, como uma ciência que vai explicar o vivido ou existencial.

Soares (2002) desenvolve uma análise acerca da fenomenologia, a qual vê o homem como um sujeito relacionado com o mundo, um ser-no-mundo, com significação para si e para os outros. O homem é entendido como um ser de relação e, considera esta relação o fundamento de sua existência, dado que ele está situado no mundo em que vivem outros seres. Assim como ele. Tomar consciência disso, reconhecer essa relação, significa o estabelecimento da reciprocidade. Considera a reciprocidade um elemento importante que vai explicitar a relação, ou seja, a realização plena de uma relação. E para que isso ocorra é preciso perceber e aceitar o outro na sua totalidade. O Eu e o Tu devem estar em plena unicidade presente em ambos. Isso ocorre através do diálogo, do encontro, que só se torna verdadeiro, quando está face-a-face, onde cada um volta-para-o-outro, percebendo e aceitando o outro.

A fenomenologia introduz a visão existencial no trabalho social proporcionando a aplicação da teoria psicossocial. Na fenomenologia o Serviço Social se realiza através da intervenção social ou tratamento social. Trata-se de um procedimento sistemático onde se desenvolve um processo de ajuda psicossocial, o qual é realizado através de um diálogo que deve levar às mudanças, partindo das experiências a pessoa, grupo e comunidade.

Descobre-se um sentido novo para um processo de ajuda psicossocial a partir dos princípios: diálogo, pessoa e transformação social. Soares (2002) situa o que acontece entre os homens no terreno social, com uma linha de separação de fundamental importância entre dois domínios diferentes do universo humano: o do social e o do inter-humano. A única coisa importante é que para cada um dos dois se torne consciente do outro de tal forma que não o considere e não o trate como seu objeto, mas como o seu parceiro num acontecimento da vida (SOARES, 2002). É nesta perspectiva, que se desenvolve a relação dialógica.

Castro (1987) indica que o diálogo constitui um processo de ajuda que visa a transformação social, liberdade responsável, pelo próprio exercício desta no

encontro dialogal. Na visão de Anna Augusta de Almeida (1990) o diálogo como ajuda psicossocial constitui-se num processo onde Assistente Social e sujeito realizam uma experiência com todo o seu ser, no contexto da história humana.

Trata-se de uma proposta onde se busca conceituar o sujeito como pessoa, o reconhecimento de sua condição humana e não mais é visto como oprimido, alienado ou desajustado. Neste sentido, a fenomenologia vai trabalhar com a compreensão do ser-como-pessoa usando o diálogo como o instrumento adequado à sua intervenção profissional.

O Assistente Social passa a fazer parte da realidade, sendo instrumento que vai permitir o desenvolvimento social, estando presente nos processos sociais. A intervenção social aparece como programa que vai orientar e transmitir a estratégia para a execução desse novo modelo de prática e/ou operacionalização da técnica. Através da intervenção o Assistente Social provocará o desenvolvimento de uma consciência teórica de modo a assegurar participação e/ou criação de novos mecanismos de cooperação mútua (ALMEIDA, 1990).

Essa consciência teórica deve ser entendida como compreensão humanizada do mundo, de si mesmo e das implicações últimas do seu ser-no-mundo, integrado ao contexto, considerado sujeito ativo, que compreende e critica conscientemente sua realidade, sendo esta, condição básica para sua conscientização. Contudo, a consciência é um ato voltado para o mundo exterior, para as coisas, para os outros homens, para si mesma, para seu ego, para a ação que o homem executa, para seus sentimentos, sua imaginação e memória. A consciência tem um movimento de imanência e de transcendência. Neste sentido, a consciência se constitui no ato de se ter consciência de algo.

O homem é um ser com características próprias que o difere dos demais seres. Estas características essencialmente humanas são a pluralidade, que é a capacidade do homem de enfrentar e responder aos desafios a partir das relações que ele trava com o mundo. Mas é também pela intencionalidade que o homem se percebe a si mesmo e a realidade e a transforma pelo pensamento e pela ação. É através dessa transformação da realidade objetiva que o homem cria a história e se faz ser histórico. Também é através das relações, constantes com o mundo e com os outros que o homem torna-se homem-mundo.

O Serviço Social orienta-se também numa permanente compreensão do homem, do seu modo de existir, do seu sentido de ser e da maneira como sua existência constitui-se em relação a este mundo (CASTRO, 1985). Assim, o Assistente Social busca compreender o sentido da existência humana. O Serviço Social busca analisar as relações, ou seja, as relações estabelecidas pelo homem como ser social. Cada relação é essencial para o Serviço Social, para sua intervenção, pois é na relação com os homens que sua prática ocorre. E, é na relação de ajuda que se realiza o encontro com o outro entre o Eu-Tu, dando um sentido, uma significação à vida, que deve levar a uma transformação social, que em última análise, é a finalidade da intervenção realizada pelo Assistente Social.

Se a fenomenologia entende o homem como um ser de relação, a relação que o profissional de Serviço Social estabelece com o sujeito tem como objetivo torná-lo o construtor de sua própria transformação, tornando-o o responsável pela busca de sua verdade. O Serviço Social atua de forma compartilhada e isso implica em uma colaboração. Em uma relação Assistente Social-sujeito na busca da verdade, na qual são responsáveis, levando a uma ação transformadora.

Neste sentido, a responsabilidade que cabe aos envolvidos na relação não se refere ao agir do profissional em uma postura de ensinamento como atitude dogmática, nem do sujeito que sozinho realize sua opção de vida. Mas a cada um corresponde uma cota deste transformar (CASTRO, 1985). Entende-se dessa forma que deve ocorrer então uma construção conjunta de algo novo, um conhecimento novo que se deve ser construído a cada encontro, pois a relação vai se estreitando e, essa aproximação viva e mútua reforça novas descobertas, chegando à essência do humano.

A relação Assistente Social e sujeito deve ser autêntica, numa comunhão para que oportunize uma reflexão conjunta para uma ação transformadora. Dessa forma, na perspectiva fenomenológica a relação de ajuda se dá na confluência da proximidade dos parceiros onde há um perguntar e um responder, numa situação de reciprocidade e horizontalidade criadora da atmosfera afetiva, humana, que leva à compreensão de si, do outro, do nós, para a possibilidade de uma transformação para a liberdade.

3.3 – A Dialética

Dialética é o movimento provocado por forças opostas, contraditórias, mas complementares. Por exemplo: a mão-de-obra humana desenvolveu-se a partir do trabalho, mas o trabalho também evoluiu a partir do momento em que esta passou a ser utilizada na construção de objetos.

A análise de Marx acerca da dialética é que o elemento central do materialismo histórico idealizado por Marx baseou-se em um modo de produção específico que surgiu com a dissolução do mundo feudal. O surgimento do materialismo histórico trouxe enormes conseqüências para a vida e a história de toda humanidade. De acordo com essa corrente de pensamento e seus próprios ensinamentos, o materialismo histórico não foi produto da criação isolada de um gênio, mas produto da história e do desenvolvimento social.

O materialismo histórico propõe que o pensamento não se comporte de forma especulativa, mas que passe da teoria para a prática, do pensamento à ação. Compatibilizar ciência com política validando a ciência do ponto de vista histórico.

A dialética do materialismo é a posição filosófica que considera a matéria como a única realidade e que nega a existência da alma, de outra vida e de Deus. Sustenta que a realidade e o pensamento são as mesmas coisas: as leis do pensamento são as leis da realidade. A realidade é contraditória, mas a contradição supera-se na síntese que é a verdade dos momentos superados.

A dialética marxista postula que as leis do pensamento correspondem às leis da realidade. A dialética não é só pensamento: é pensamento e realidade a um só tempo. Mas, a matéria e seu conteúdo histórico ditam a dialética do marxismo: a realidade é contraditória com o pensamento dialético. A contradição dialética não é apenas contradição externa, mas unidade das contradições, identidade: a dialética é a ciência que mostra como as contradições podem ser concretamente (isto é, vir-a-ser) idênticas, mostrando, também, porque a razão não deve tomar essas contradições como coisas mortas, petrificadas. Os momentos contraditórios são situados na história com sua parcela de verdade, mas também, de erro; não se misturam, mas o conteúdo considerado como unilateral é elevado a nível superior.

Na teoria marxista o materialismo histórico propõe-se a explicar a história das sociedades humanas, em todas as épocas, através dos fatos materiais, essencialmente econômicos e técnicos. A sociedade é comparada a um edifício no qual a infra-estrutura, as fundações seriam representadas pelas forças econômicas, enquanto o edifício em si, a superestrutura, representaria as idéias, costumes, instituições (políticas, religiosas, jurídicas, etc). É importante ressaltar que, em muitos círculos do mundo capitalista, as idéias de Marx são pouco conhecidas. Geralmente são apresentadas à maneira de caricatura. A caricatura deforma, exagera os traços mais salientes da fisionomia de uma pessoa ou de uma obra e com isso cria uma atmosfera ridícula ou irreal. A ideologia faz o mesmo com os sistemas de idéias que se contrapõem à corrente principal. Não é difícil entender que muitas idéias atribuídas a Marx são apenas caricaturas das idéias de Marx.

Netto (1994) indica que o pensamento de Marx é, portanto, original não pelos temas abordados, mas pela maneira como ele os sintetizou. As relações sociais são inteiramente interligadas às forças produtivas. Adquirindo novas forças produtivas os homens modificam o seu modo de produção, a maneira de ganhar a vida e as relações sociais. Tal afirmação, defendendo rigoroso determinismo econômico em todas as sociedades humanas, foi estabelecida por Marx e Engels dentro do permanente clima de polêmica que mantiveram com seus opositores e atenuada com a afirmativa de que existe constante interação e interdependência entre os dois níveis que compõem a estrutura social. A infra-estrutura atua sobre a superestrutura e sobre os reflexos desta, embora, em última instância, os fatores econômicos são as condições que, finalmente, determinam as relações sociais.

A essência do homem é não ter essência. A essência do homem é algo que ele próprio constrói, ou seja, a história. O ser humano não nasce pronto. O homem é essencialmente produto do meio em que vive, é construído a partir das relações sociais estabelecidas pelas pessoas. Assim como o homem produz o seu próprio ambiente, este torna-se a condição de existência que não é livremente escolhida, mas sim, previamente determinada. O homem pode fazer a sua história, mas não pode escolher em quais condições a realiza, é responsável por todos os seus atos, dado que é livre. Todas as teorias de Marx estão fundamentadas em sua concepção de homem, ou seja, em sua existência (BICUDO, 2000).

As relações sociais do homem ocorrem entre ele e a natureza, através de suas ações, a partir de suas condições materiais de produção, que dependem de fatores naturais, ou seja, na relação homem-Natureza, assim como ocorre na divisão social do trabalho ele constrói sua cultura. Deve-se considerar também a relação homem-natureza-cultura.

Na história da dialética, caracterizam-se duas fases: a antiga, desde os pré-socráticos até Hegel; e a moderna, de Hegel até os dias de hoje. A dialética antiga, dentro do pensamento grego, era um método de busca da verdade pela formulação de perguntas e respostas para trazer à baila as incongruências das concepções falsas. Significava a arte de dialogar ou discutir, mas também a arte de separar, as coisas em gênero e espécie e classificar as idéias para melhor analisá-las.

No ocidente, ao longo de toda a história da filosofia, o conceito de dialética assumiu muitos significados, freqüentemente relacionados ao seu sentido original. No século XI, o filósofo Abelardo retomou o sentido grego de dialética, considerando-a um método adequado para formular dúvidas e críticas. Mas, em Descartes, que viveu do final do século XVI até a metade do século XVII e é considerado o filósofo dos fundamentos da ciência moderna e pai do racionalismo pelo mérito do conjunto de toda a sua obra, mas, sobretudo, pelo *Discurso do Método*, escrito em 1636, a dialética só aparece mencionada como lógica falsa e inadequada ao correto uso da razão.

No marxismo a dialética transformou-se numa maneira dinâmica de interpretar o mundo, os fatos históricos e econômicos, assim como as próprias idéias, sempre sob a égide do materialismo histórico. Em Marx a dialética está presente como método de transformação do real, ou o entendimento sobre algo criando as idéias. Todos os grandes pensadores marxistas desenvolveram uma reflexão sobre a dialética. Para Engels a dialética está presente na realidade como maneira de articular as partes num todo e novamente em outras partes. Para Lênin, realidade é um todo dinâmico em permanente desenvolvimento em unidade de contrários. O conhecimento é um processo de conquistas e verdades relativas, como parte de uma verdade única e absoluta.

Metodologicamente ela se traduziria segundo o autor numa forma de abordagem desvendando as relações múltiplas e diversificadas das coisas entre si, desenvolvendo o fenômeno dentro de sua própria lógica; identificando a contradição interna no interior do fenômeno, a unidade dos contrários e a unidade da análise.

O exercício dialético considera como fundamento da comunicação as relações sociais historicamente dinâmicas, antagônicas e contraditórias entre classes, grupos e culturas. Ou seja, entende a linguagem como um veículo de comunicação e de dificuldade de comunicação, seus significados aparentemente iguais para todos, escondem e expressam a realidade conflituosa das desigualdades, da dominação, da exploração e também da resistência e da conformidade. Portanto, levando em conta que os indivíduos, vivendo determinada realidade pertencem a grupos, classes e segmentos diferentes. Eles são condicionados pelo momento histórico e, por isso, podem ter, simultaneamente, interesses coletivos que os unem e interesses específicos que os distinguem e os contrapõem. Sendo assim, a orientação dialética de qualquer análise diz que é fundamental realizar a crítica das idéias expostas nos produtos sociais (textos, monumentos, instituições) buscando, na sua especificidade histórica, a cumplicidade com seu tempo, as diferenciações internas e sua contribuição à vida, ao conhecimento e às transformações. A dialética marxista considera que a vida social é o único valor comum que reúne a humanidade.

No capítulo IV, traçamos o caminho metodológico que percorremos na nossa pesquisa, indicando os métodos utilizados, a abordagem, a delimitação dos sujeitos, o recorte temporal e o referencial para a análise dos resultados.

CAPÍTULO 4

PERCURSO METODOLÓGICO

4.1 - Determinantes Metodológicos



A presente pesquisa foi realizada com o objetivo de compreender, analisar e explicar a questão dos fundamentos metodológicos, técnicos e operacionais da instrumentalidade do Serviço Social na concretização dos objetivos profissionais. Para que o processo de investigação deste estudo seja mais bem apreendido, é importante expor o caminho metodológico adotado. O processo de investigação deste estudo envolveu pesquisa bibliográfica, cartográfica, levantamento de dados quantitativos e análise de dados qualitativos com ênfase na análise do discurso.

A pesquisa bibliográfica é um resumo sobre os principais trabalhos científicos já realizados sobre o tema escolhido, que são revestidos de importância por serem capazes de fornecer dados relevantes. Esse levantamento é importante tanto nos estudos baseados em dados originais coletados em uma pesquisa de campo como naqueles inteiramente baseados em referências bibliográficas (LUNA, 2002).

Através de pesquisa bibliográfica foi efetuado levantamento das publicações relevantes nacionais, com análise da literatura a partir de livros e revistas especializadas sobre a metodologia de ação, os instrumentos, técnicas e a instrumentalidade do Serviço Social. Para delimitar o levantamento efetuado houve a necessidade de demarcar um recorte temporal de forma que o estudo foi realizado com as publicações em um período de 20 anos, de 1980 a 2000.

Utilizamos a seleção das obras que tivessem explícitas as expressões instrumentalidade, instrumentos, técnicas em Serviço Social e metodologia do Serviço Social. Processamos a classificação de todo o material pesquisado de forma a utilizar aquele pertinente ao estudo de forma a construir um elo entre o objeto em análise e os objetivos almejados.

No estudo em questão, foram pesquisados os títulos das editoras: Cortez, Agir e Vozes e das revistas: Serviço Social e Sociedade e Serviço Social e Realidade, visto serem estas as editoras com maior incidência de publicações na área do Serviço Social e as duas revistas as de maior circulação no Estado de São Paulo, especialmente na macroregião de Ribeirão Preto. Desta forma, buscamos subsídios que contemplassem a pesquisa em livros e artigos que discorressem sobre as três principais abordagens em Serviço Social: individual, grupal e comunitária. Destacamos e agrupamos as idéias principais dos diversos autores acerca da instrumentalidade e técnicas, bem como ressaltamos as suas interfaces teóricas. Em alguns momentos selecionamos a idéia de um determinado autor que melhor sintetizava o pensamento da época de modo a direcionar um ensaio de publicações e discussão da temática em questão.

Com isso, realizamos uma aproximação com o objeto de estudo, a instrumentalidade do Serviço Social, seus métodos e técnicas utilizados no decorrer do desenvolvimento do Serviço Social e na atualidade nas práticas profissionais do Assistente Social. A apresentação do produto desta pesquisa poderá ser analisada no capítulo V. Ressaltando que efetuamos a pesquisa bibliográfica das abordagens e instrumentos no âmbito específico do agir profissional do Serviço Social sem ampliá-la para outras áreas, buscando a exposição dos métodos e as técnicas mais utilizadas pelo Assistente Social antes e após o movimento de reconceituação.

Observa-se que algumas referências indicadas são marcantes no sentido que se formataram anteriormente ao movimento de reconceituação. Insistimos em citá-las como forma de chamar a atenção do leitor uma vez que após o movimento de reconceituação a literatura oferece poucos títulos concernentes à temática em questão. Na realidade, o Serviço Social utiliza referenciais teóricos de outras disciplinas em vista da escassez de material diretamente produzido e direcionado para a prática do Assistente Social.

Dando continuidade ao estudo procedemos a um levantamento dos cursos de Serviço Social no Estado de São Paulo¹. Ficou delimitado como universo a relação completa dos cursos de graduação em Serviço Social no Estado de São Paulo. Buscamos informações que proporcionassem o conhecimento do número de profissionais incluídos por ano no mercado de trabalho. Para coleta dos dados foi elaborado questionário, solicitando as seguintes informações: nome da Escola, endereço, vagas oferecidas, matrícula/ano, origem e número de formandos. Foram realizados contatos formais e informais, via telefone, pessoalmente e por correio eletrônico, com professores, coordenadores e secretários dos

¹Listagem obtida junto ao CRESS - SP

cursos de Serviço Social existentes no Estado de São Paulo, com aquisição de conhecimento ao objeto de estudo. Vale ressaltar, entretanto, que foi um caminho complexo, com grande resistência das instituições em fornecer as informações solicitadas no questionário, como evidenciado ao final do capítulo VI.

Este trabalho teve como propósito compreender para explicar o instrumental de trabalho do Assistente Social e a questão dos fundamentos metodológicos técnicos operacionais da instrumentalidade do Serviço Social na concretização dos objetivos profissionais bem como analisar a visão do profissional em torno da instrumentalidade do Serviço Social.

Para a coleta de dados com os Assistentes Sociais foram utilizadas entrevistas semi-estruturadas, presenciais, dialogadas aplicadas a partir de um pequeno roteiro com perguntas abertas, idênticas para todos os sujeitos, apresentadas de modo uniforme, e na mesma ordem sobre sua rotina de trabalho diária. As entrevistas foram gravadas com a autorização prévia do entrevistado e posteriormente transcritas. O tempo de duração de cada entrevista variou entre 90 a 120 minutos, o que propiciou a obtenção de todo material que o entrevistado produziu. O roteiro de perguntas consistiu de:

- O que é instrumentalidade?
- Quais instrumentais de trabalho são utilizados pelas Assistentes Sociais?
- De que forma é possível pensar os instrumentos de trabalho do Assistente Social?
- Como é conduzida a ação do Assistente Social a partir da utilização de instrumental técnico específico?
- Qual o valor atribuído pelos profissionais ao instrumental utilizado?
- Quais as representações que esses profissionais têm do instrumental face às ações profissionais específicas?

Os eixos norteadores da pesquisa referiam-se à identificação da capacidade que o profissional adquiriu na sua trajetória e à busca de possíveis estratégias de ação no âmbito instrumental e no processo de intervenção profissional. Fizemos uso da abordagem qualitativa e empregamos a análise do discurso para o tratamento, sistematização e interpretação dos dados.

Neste trabalho analisamos, através de aproximações sucessivas uma grande quantidade de informações que, *a priori*, são informações de caráter descritivo, que serviram de referencial para a pesquisa propriamente dita. A partir delas caracterizamos a forma e o

conteúdo das práticas profissionais, bem como qual é o seu reflexo na instrumentalidade do Serviço Social no mundo contemporâneo.

Os resultados que estão apresentados e analisados no capítulo VI permitem traçar um desenho da atuação profissional, das bases instrumentais da profissão e a possibilidade de repensar a instrumentalidade do Serviço Social na atualidade.

Cozac (1998) indica que a busca do conhecimento e a indagação são mecanismos naturais e necessários de todos os indivíduos. O termo pesquisa significa alcançar a qualificação científica, descobrir respostas para as questões mediante a aplicação de métodos que sistematizam, organizam e promovem uma integração dos dados. Bunge (1987) aponta os objetivos e as finalidades da pesquisa como tentativa de conhecer e explicar os fenômenos que ocorrem no mundo existencial, identificar funções e estruturas variáveis que produzem mudanças e descobrir como controlá-las, ou seja, compreender como esses fenômenos operam. Cumprir essas finalidades requer o emprego da metodologia científica apropriada com descrição e indicação clara dos objetivos da pesquisa.

As Ciências Humanas têm sua especificidade, de modo que o estudo do comportamento humano, especialmente da área social, demanda uma determinada metodologia que vai além da validação de hipóteses. O comportamento social humano depende de uma série de variáveis que impossibilitam a sua expressão somente em números, ordenação e intensidade. A partir desta constatação, a busca de novas metodologias de pesquisa nessa área é muito importante. Daí a necessidade de buscar descrições para compreender o fenômeno descrito, coletar informações, encontrar sujeitos adequados e suas histórias, descrever um objeto e conhecer trajetórias de vida e experiências sociais dos sujeitos. Entendendo ser social como um ser político e histórico. Assim, desvendar essa construção implica fazer pesquisa de forma ampla, levando em conta as variáveis de ordem política, histórica e social.

A terminologia “pesquisa qualitativa” implica na abrangência dessas múltiplas variantes. A abordagem qualitativa pode ser utilizada também, para análise de dados quantitativos, uma vez não há oposição entre estes dois tipos de informação complementares, conforme indica (CHIZZOTTI, 1995).

Os diferentes tipos de abordagens devem ser considerados em modelos de pesquisas que descrevem o homem em um dado momento e/ou em uma dada cultura. A pesquisa deve apreender os aspectos específicos das informações e acontecimentos no contexto em que ocorreram. Outro fator a ser considerado é a apropriação do conhecimento obtido pelo investigador, que estabelece no seu processo de pesquisa uma relação dinâmica e

interativa com o objeto a ser estudado, assim como com a realidade na qual ele também está inserido. Os resultados deste trabalho são influenciados claramente por estes fatores.

Martinelli (1994) indica que a abordagem quantitativa quando não exclusiva, serve de fundamento ao conhecimento produzido pela pesquisa qualitativa. Portanto, a pesquisa quantitativa não deve ser oposta à pesquisa qualitativa, mas ambas devem convergir sinérgicamente na complementaridade. O uso de uma ou de outra metodologia, ou mesmo de ambas, depende essencialmente da opção do pesquisador em função da natureza e dos objetivos da pesquisa.

Chizzotti (1995) aponta que é necessário superar as oposições que subsistem nas pesquisas. Segundo ele deve-se fazer análise quantitativa e análise qualitativa dos dados, cita como exemplo, a análise de conteúdo. Minayo (1996) coloca que a interpretação é outra questão importante no diálogo das diferenças entre esses dois caminhos do fazer científico.

Na perspectiva qualitativa, Sperber (1982) defende a idéia de que o objeto é sempre uma representação conceitual, isto é, não se interpreta um fato e, sim, o comportamento das pessoas que participam do estudo, buscando-se entender suas práticas e concepções. A interpretação na pesquisa qualitativa é vista como a base da própria ação de pesquisa.

Aplicar uma técnica de pesquisa social requer entendê-la no contexto da investigação do binômio sujeito-objeto a partir dos métodos utilizados, isto é, relacionar teoria e prática, identificando onde se situam os pontos a serem abordados.

A compreensão mútua das diferenças teórico-conceituais e das bases de cada abordagem é uma necessidade intrínseca às propostas de integração. No exercício da profissão o Assistente Social, utilizando instrumentos e técnicas de pesquisa que se complementam, apreende o significado e as contradições existentes na realidade. Tal conhecimento permite uma interlocução que preserva a riqueza de ambas abordagens e abre um campo de trabalho centrado no diálogo.

Neste estudo seguimos os três referenciais teóricos indicados por Martinelli (1994) como balizadores do desenvolvimento da pesquisa qualitativa:

- O caráter inovador da pesquisa que se insere na busca de significados atribuídos pelos sujeitos às suas experiências sociais;
- A dimensão política que, como construção coletiva, parte da realidade dos sujeitos e a eles retorna de forma crítica e criativa dando voz ao sujeito;
- O exercício político na busca de uma construção coletiva. Em razão disso, não se coloca como algo excludente ou hermético;

Na pesquisa qualitativa, na maioria das vezes o pesquisador é um participante ativo. Afinal, “não estamos no mundo para olhá-lo ou suportá-lo; nosso destino não é o da servidão, há uma ação que pode apoiar-se sobre o que existe para fazer existir o que queremos ser” (CASTORIADIS, 1995).

4.2 – Os Sujeitos

Este estudo foi realizado com profissionais de Serviço Social que exercem a profissão no Município de Ribeirão Preto. A cidade possui duas escolas de Serviço Social. Uma fundada em 1962 e outra em 1999, as quais colocam no mercado de trabalho em média cem profissionais por ano. Cerca de 2000 profissionais atuam na macroregião. O setor público ainda é o maior empregador, sendo a administração direta a que mais emprega, especialmente na esfera estadual, seguida da municipal.

Foram sujeitos desta pesquisa 05 Assistentes Sociais, profissionais graduadas na Universidade de Ribeirão Preto. Elegemo-la devido ser a Universidade mais antiga da região, fundada em 1924. Os sujeitos foram selecionados com os seguintes critérios:

- Graduados nas décadas de 1960, 1970 e 1980;
- Exercício da profissão em órgãos públicos;
- Docente em universidade privada;
- Ministrando ou ter ministrado a disciplina Teoria, Metodologia e História do Serviço Social, com atuação em diferentes segmentos;
- Terem participado como atores ou coadjuvantes da reforma curricular de 1982;
- Ao longo do exercício profissional ter dado continuidade à formação acadêmica, com curso de especialização, mestrado e doutorado;
- Destaque pelo desempenho profissional e pela atividade e produtividade acadêmica;

4.3 - As Entrevistas

A entrevista ganha um espaço legítimo na produção de novos conhecimentos nas ciências humanas. Para tanto, é necessário superar a idéia de que a utilização da entrevista na prática de pesquisa representa um “meio” para se acessar o sujeito investigado. O momento da entrevista consiste em um espaço dialógico, perpassado pelos significados que são co-construídos pelos participantes, ou seja, pelo entrevistado e pelo

pesquisador (COLOGNESE E MELO, 1998). Portanto, o papel do entrevistador (do pesquisador) não se restringe à atividade de perguntar, da mesma forma que o papel do sujeito investigado não se restringe a responder às questões formuladas pelo investigador. Suas respostas não estão prontas *a priori*, mas são construções pessoais implicadas no espaço dialógico da entrevista, dado o tipo de vinculação estabelecido com o entrevistador (González Rey, 2005).

É importante enfatizar que qualquer instrumento metodológico não consiste em um fim em si mesmo, mas adquire sentido dentro do processo amplo de construção do conhecimento. Ressaltamos as observações de Schwarz (1999) sobre a importância de atentar para os efeitos do próprio instrumento nos resultados da investigação, pois como pesquisadores, não estamos totalmente conscientes das informações que nossos formulários (ou procedimentos experimentais) nos oferecem e muitas vezes desconsideramos que as perguntas que fazemos determinam as respostas que obtemos.

Schwarz (1999) em um dos seus artigos apresenta uma importante revisão teórica sobre a pesquisa com entrevistas e outros instrumentos. Trata-se de um trabalho de referência básica para discutir quanto e como as características do instrumento de pesquisa (especificamente o formulário–redação, formato e contexto) podem influenciar os resultados e conclusões de estudos nas áreas da psicologia, ciências sociais e outras. Devido a isso, a seguir comentamos um pouco mais este trabalho.

Desde os anos 1980 têm ocorrido avanços na compreensão dos processos cognitivos e comunicativos subjacentes ao procedimento de responder a um formulário, de pesquisar a partir do desenvolvimento de um campo interdisciplinar. Schwarz apresenta uma discussão teórica ilustrada por dados de pesquisa sobre como o instrumento diz ao sujeito o que ele deve responder e assim influenciar negativamente os resultados da investigação. Ao mesmo tempo, vai oferecendo dicas de possíveis procedimentos que podem driblar as influências inesperadas das características do instrumento de pesquisa sobre os resultados e, desse modo, melhorar a elaboração dos formulários e a qualidade dos dados. Na conclusão aponta para a impossibilidade de prever sempre como determinada pergunta vai funcionar (ou como a pergunta vai soar ao sujeito, ser interpretada por ele, ou como ele vai conferir significado ao que foi perguntado). Indica, também, alguns procedimentos, referências, técnicas e cuidados que podem ajudar a evitar as armadilhas mais comuns.

Segundo Minayo (1996) o que torna a entrevista um instrumento privilegiado de coleta e informações para as ciências sociais é a possibilidade de a fala ser reveladora de condições estruturais, de sistemas de valores, normas e símbolos (sendo ela

mesma um deles) e, ao mesmo tempo, ter a magia de transmitir, através de um porta-voz, as representações de grupos determinados, em condições históricas, socio-econômicas e culturais específicas. Concordamos com a afirmação de Minayo que indica a entrevista como uma técnica de coleta de dados para captar as percepções que os sujeitos sociais têm de suas realidades, permitindo uma aproximação do concreto vivido.

Após a realização da etapa anteriormente descrita partimos para a análise dos discursos obtidos, voltados para explorar a compreensão dos instrumentais do trabalho utilizados no cotidiano profissional e a representação destes à luz da instrumentalidade.

4.4 – O Método

Faremos a seguir algumas considerações sobre a análise do discurso, uma vez que a elegemos como metodologia básica na interpretação e explicação dos nossos dados.

A compreensão de que a língua não é neutra e de que não tem apenas a função de comunicação é compartilhada por vários autores. Guimarães (2001) nos apresenta uma hipótese de senso comum - que pode ser considerada como ingênua e acrítica: linguagem é um instrumento de comunicação. Nessa hipótese estão implícitas duas outras funções: a de informar e a de expressar nossos pensamentos e sentimentos. A compreensão da linguagem, ditada pelo senso comum, como sendo apenas um meio de comunicação, infelizmente ignora que uma língua é mais do que um padrão de comunicação determinado. A análise do discurso não trata da língua, não trata da gramática, mas do discurso, palavra que em sua origem tem a idéia de curso, percurso, movimento. O discurso é, portanto, a palavra em movimento. Ao estudar o discurso estamos observando o homem falando. Assim, à frente da análise está a idéia de que estudos discursivos visam pensar o sentido dimensionado no tempo e no espaço das práticas do homem. É nessa perspectiva que a análise do discurso nos interessa: pretendemos entender o que está além do que foi dito.

A análise do discurso desenvolveu-se na França a partir de 1960. De um lado, com Foucault, que sistematizou um pensamento filosófico dedicado ao estudo da história, e de outro, com Pêcheux, para quem a análise do discurso é uma estratégia para pensar o histórico e o político como próprios do processo de significação do dizer, no qual se constitui o sujeito (GUIMARÃES, 2001).

Na perspectiva da análise do discurso, a linguagem, a língua e seus significados tornam-se objeto integralmente lingüístico e histórico, de forma que o contexto

não se apresenta como objeto externo relacionado à linguagem, mas como parte integrante da linguagem e do seu funcionamento.

As origens da análise do discurso, a partir de críticas à ciência social tradicional, significam que ela possui uma base epistemológica bastante diversa de algumas outras metodologias. O termo discurso é empregado para se referir a todas as formas de fala e textos, tal como ocorre naturalmente nas conversações, mas também pode ser utilizado como material de entrevistas. É interessante pensar a análise do discurso através de quatro temas principais:

- Preocupação com o discurso em si mesmo;
- Uma visão da linguagem como construtiva (criadora) e construída;
- Uma ênfase no discurso como uma forma de ação;
- Uma convicção na organização retórica do discurso;

Uma característica importante do discurso é a sua construção. A noção de construção marca uma ruptura com os modelos de linguagem tradicionais, nos quais a linguagem é tida como um meio, um caminho relativamente direto para as crenças ou acontecimentos reais, ou mesmo uma reflexão sobre a maneira como as coisas são de fato. O uso construtivo da linguagem é um aspecto da vida social aceito sem discussão.

Linguagem e práticas lingüísticas constituem sistemas de termos, formas de narrativas, metáforas e citações, a partir dos quais é possível organizar um relato específico. A metáfora ilustra o fato de que a montagem de um conjunto implica em escolha ou seleção de um número diferente de possibilidades. É possível descrever até mesmo o mais simples dos fenômenos de múltiplas maneiras. Qualquer descrição específica dependerá da orientação do locutor ou escritor.

Outra característica da análise do discurso é a sua preocupação com a orientação da ação, ou orientação da função do discurso. A linguagem é vista como uma prática em si mesma, as pessoas empregam o discurso para fazer coisas. É preciso sublinhar o fato de que o discurso não ocorre em um vácuo social. Como atores sociais nós estamos continuamente nos orientando pelo contexto interpretativo em que nos encontramos e construímos nosso discurso para nos ajustarmos a esse contexto.

Fazer análise do discurso implica questionar nossos próprios pressupostos e as maneiras como nós habitualmente damos sentido às coisas (SCHENKEIN, 1978). A noção de contexto interpretativo não é fechada ou mecanicista. Ela é empregada para atingir características mais sutis da interação, incluindo os tipos de ações que estão sendo realizadas e

as orientações dos participantes. Como um analista de discurso, a pessoa está envolvida simultaneamente em analisar o discurso e em analisar o contexto interpretativo. Até mesmo a descrição sonora aparentemente mais direta e neutra, pode estar implicada em um conjunto completo de diferentes atividades, dependendo do contexto interpretativo.

Uma análise do discurso é uma interpretação fundamentada em uma argumentação detalhada estudando-se cuidadosamente e atentamente o material a ser analisado. Os analistas do discurso, ao mesmo tempo em que examinam a maneira como a linguagem é empregada, devem também estar sensíveis àquilo que não é dito, aos silêncios. Isso, por sua vez, exige uma consciência aprimorada das tendências e contextos sociais, políticos e culturais aos quais os textos se referem.

Orlandi, apud Panúncio (2006) coloca que é importante lembrar, que tal técnica não trabalha com a língua como sistema fechado e abstrato:..... Mas com a língua no mundo, com maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentidos como parte de suas vidas seja enquanto sujeitos ou enquanto membros de uma determinada forma de sociedade. Para encontrar as regularidades da linguagem em sua produção o analista de discurso relaciona a linguagem a sua exterioridade, pois levam em conta o homem na sua história, processos e condições de produção da linguagem.

Segundo Queiroz (1987) o indizível nos relatos orais é o não explícito das vivências dos indivíduos em um meio social determinado. É o conjunto de vivências, emoções, experiências das pessoas, que não estão nos documentos, mas que têm um conteúdo e um valor inestimável na transmissão, conservação e difusão dos conhecimentos. Estes conteúdos formam parte do acervo dos grupos sociais e são estes mesmos conteúdos que têm permitido a integração, a identificação do indivíduo no seu meio, no seu contexto, em um determinado período de tempo. Guimarães (2001) aponta duas contribuições que parecem auxiliar na compreensão que buscamos: (a) a questão do sentido diz respeito a uma tensão entre polissemia² e a paráfrase³; (b) o sentido não diz respeito ao segmental, mas ao significado do silêncio e é isto que dá sentido à linguagem.

Ao discutir a dinâmica que se opera entre a Lingüística, a Psicanálise e o Marxismo na constituição da análise do discurso, Pêcheux (1990) nos apresenta a idéia de entremeio e propõe que se olhe para a instabilidade inerente aos espaços de realização do simbólico, espaços estes que se movimentam. As três disciplinas não se agregam, são três

² Os vários e sempre outros possíveis sentidos

³ Dizer o mesmo

segmentos que ocorrem ao mesmo tempo. Da Lingüística, especificamente da semântica, toma-se a linguagem; da Psicanálise toma-se o conceito de inconsciente, a idéia de falha que coloca a possibilidade de deslocamento de sentidos, de transformação, de novas interpretações; do Marxismo toma-se a idéia de que a história é movida pelos diferentes sentidos e interpretações que na perspectiva política da língua e da linguagem que permite pensar o discurso como língua na história e não apenas no contexto da luta de classes.

Orlandi (2001) indica que a análise do discurso interroga a lingüística pela historicidade que ela deixa de lado, questiona o materialismo perguntando pelo simbólico e se separa da psicanálise pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele. Não obstante, a análise do discurso ter na sua origem nas três áreas de conhecimento – psicanálise, lingüística, marxismo – não pode ser entendida de modo servil, pois não se reduz ao objeto da lingüística, nem se deixa absorver pela teoria marxista e tampouco corresponde ao que teoriza a Psicanálise.

A análise do discurso, proposta por Pêcheux (1990) como instrumento científico, procura entender os funcionamentos da língua que se mostram por regularidades. Inúmeras questões reaparecem com pontos de ligação entre elas. Nesse contexto, a história é vista como lugar de contradição e a determinação das formas de existência se dá nas relações de produção e reprodução materiais de vida, no confronto entre forças e relações de produção.

A luta, que se trava entre o mesmo e o novo, materializa-se na linguagem. A repetição - o mesmo repetido de muitas maneiras - permite que o novo surja, num processo que passa pelo jogo dos sentidos.

As reflexões de Pêcheux permitem a compreensão de que essa luta que se trava na linguagem não tem caráter de revolução. A transformação é lenta e ocorre a partir de pequenas falhas que permitem a alocação na história de novos sentidos antes não percebidos. É na relação dominante-dominado que existe o espaço de transformação; a falha é o lugar de desequilíbrio da ideologia dominante. Assim, o sujeito antes de dar o sentido, é tomado por ele, numa relação que remete ao inconsciente: impossível pensar a ideologia sem referência ao registro inconsciente, e este remete ao sujeito como lugar de falha.

Pêcheux postulara inicialmente, não é no espaço de ação política consciente que está a possibilidade de mudança, pois esta já está determinada historicamente. Pêcheux nos diz que o ponto de escape não está no interior do movimento de classes sociais. Ao pensar o a ação do proletariado, como possibilidade de transformação, admite que deixou de lado a psicanálise (o inconsciente, a falha); esqueceu um ponto da psicanálise que emerge na

linguagem: o ato falho. Ao se fixar um pouco mais no marxismo, pensando-o como lugar de escape, deixou de lado o entremeio entre marxismo e psicanálise.

Orlandi (2001) propõe que olhemos para as formações discursivas como componentes das ideologias, as quais determinam o que pode e o que deve ser dito, a partir de uma posição em uma dada conjuntura. A autora afirma que a produção do discurso se faz através da articulação entre o processo parafrático - o qual permite a produção do mesmo sentido sob várias das suas formas e o processo polissêmico - responsável pelo fato de serem sempre possíveis novos e múltiplos sentidos. A tensão constante entre o mesmo e o diferente constitui as várias instâncias da linguagem.

É necessário considerar a possibilidade de interpretar em condições específicas. Isso equivale a assumir que não somos nós que decidimos o que faz sentido para nós, pois a ideologia produz a naturalização dos sentidos. No confronto com o material (o discurso, a materialidade da língua) cabe ao analista questionar os sentidos que se dão como evidência e as causas que se colocam como inquestionáveis. Compreender como os sentidos são dados como evidência é compreender as condições em que eles se produziram assim

A QUESTÃO DOS MÉTODOS, DOS INSTRUMENTAIS E DAS TÉCNICAS

5.1 – Métodos



Os diferentes métodos em Serviço Social foram incorporados à profissão nas condições de caso, grupo e comunidade nesta ordem. Esta compreensão de método impõe um conjunto de procedimentos característicos da profissão que são operacionalizados via metodologia, que passa a ser a junção entre métodos, técnicas e instrumentos, abordados como atitudes e habilidades, onde se constrói o conhecimento e a intervenção de forma a dirigir as ações do profissional, a partir de um conjunto articulado de atos capazes

de levar a certos resultados. A estratégia se define como um conjunto de posições e ações na correlação de forças e pelos recursos disponíveis em uma dada situação determinada historicamente, sobre a qual se impõem os interesses e objetivos pretendidos. Por conter uma lógica de apreensão da realidade e categorias de análise, o método permite a formulação de uma teoria explicativa desta mesma realidade. Numa determinada situação, a técnica se utiliza dos instrumentos como potencializadores para efetivação da ação.

Sendo o Serviço Social uma disciplina de intervenção na realidade social, sua lógica está voltada fundamentalmente para a sua operacionalização. A prática profissional processa uma constante organização e reorganização de conhecimentos com vistas a uma imediata transformação em ação, assim, é a metodologia que vai garantir ao Serviço Social o conhecimento e a transformação de um dado objeto construído idealizado como uma unidade do método com as técnicas e instrumentos, de forma a oferecer uma visão de homem e de mundo que permita uma ação sobre o objeto. Não dissocia, portanto, método - teoria - objeto. O método abre o caminho para o conhecimento da realidade, mas sua transformação, depende

da proposta de ação que é operacionalizada pelos instrumentos e técnicas (THIOLENT, 1988).

Neste sentido, torna-se fundamental ter um domínio sobre esta proposta de operacionalização que é realizada pelos instrumentos e técnicas, pois são através dos instrumentos e das técnicas que conectamos com a realidade e à medida que a conhecemos melhor nela intervimos.

Mary Richmond, em seu segundo livro *What is Social Case Work?* distingue os Assistentes Sociais que se ocupam do aperfeiçoamento do indivíduo dos que o fazem com as massas (mesmo reconhecendo que ambos são interdependentes). De acordo com Biestek (1960) antes da década de 1920, os Assistentes Sociais reconheciam que, apesar da dependência de seus sujeitos, os mesmos deveriam ser reconhecidos como *seres humanos (grifo nosso)*, portadores de direitos inalienáveis dados por Deus para viver a sua própria vida.

Entre os anos de 1920 e 1930, ascendeu no Serviço Social a discussão sobre o direito do sujeito de participar ativamente das decisões e escolhas inerentes à sua vida no tratamento de caso.

Da década de 1930 a 1940, expressões como auto-ajuda, fazer seus próprios planos e tomar suas próprias decisões marcaram a reflexão sobre a prática do Serviço Social. Viu-se o direito do sujeito ultrapassar o âmbito da participação. As responsabilidades para fazer planos e tomar decisões foram transferidas do Assistente Social para o sujeito.

Neste período, acentuava-se a discussão sobre a liberdade da pessoa humana como um requisito essencial para a defesa de sua dignidade. Entre os anos de 1940 a 1950, de acordo com Biestek (1960) ocorre a influência da Psicologia e da Psiquiatria no Serviço Social de Casos. Com o desenvolvimento da psiquiatria, sobretudo com a introdução da psicanálise freudiana, Assistentes Sociais começaram a desviar a atenção para os fatores da personalidade, variando sua metodologia técnica de acordo com a escola de pensamento que parecia ser mais completa e profunda. Os Assistentes Sociais distinguiam entre o ponto de vista psiquiátrico e o seu próprio, procurando uma forma na qual as duas disciplinas pudessem suplementar-se mutuamente. O interesse principal era a criação de um clima melhor emocional para seus sujeitos, incentivando-se a manutenção do princípio da autodeterminação do sujeito. O homem tem a responsabilidade de viver sua vida de tal forma que atinja seus objetivos imediatos e últimos da maneira que os concebe. E, desde que cada responsabilidade venha acompanhada de direitos fundamentais, inalienáveis, de escolher e decidir os meios apropriados para atingir seu próprio destino pessoal (BIESTEK, 1960, p. 92)

O Serviço Social de Casos é constituído pelas relações sociais, já que o Assistente Social não se depara com relações, atitudes ou dificuldades, mas com pessoas; com o homem integral e não só com algum segmento dele. Desta maneira a intervenção do Serviço Social de casos é o ser homem, inserido em sua realidade, isto é, em sua situação total e não só o indivíduo e suas relações sociais, como também, a conexão com todos os fatores de seu ambiente.

Para isso a principal ferramenta nas mãos do Assistente Social é a inter-relação entre ele e seu sujeito. Colocava-se naquele período uma forte ênfase na responsabilidade, explicitando-se que a autodeterminação era uma forma de exercício da responsabilidade individual, conforme as palavras que seguem: “O exercício da responsabilidade é uma das fontes principais para o desenvolvimento e maturidade da personalidade. Somente através desse exercício com decisões livres, pode o sujeito esforçar-se para adquirir a maturidade de sua personalidade intelectual, social, espiritual e emocional. Especialmente na qualidade de sujeito, necessita de liberdade para escolher por si mesmo, os meios viáveis para tornar eficiente o auxílio do serviço social de casos” (BIESTEK, 1960, p.93).

Florence Hollis (1999) que se especializou em problemas de relações interpessoais, indica que o termo “situação”, dentro da expressão mencionada, quase sempre implica em uma situação humana: família e amigos, isto é, nas relações do indivíduo com grupos, ou membros desses grupos; com comunidade e instituições, ou grupos ou membros individuais de comunidades e instituições.

Segundo Zimmerman (1997) o ser humano é gregário por natureza, existindo em função dos seus relacionamentos. Para que seja caracterizado como um grupo é preciso que haja alguma forma de interação afetiva entre os membros do grupo, que se estabeleça algum tipo de vínculo entre os integrantes e que estes estejam reunidos em torno de um interesse comum. Um grupo se constitui como uma nova identidade sendo mais do que a somatória dos seus membros, embora mantenha discriminadas as identidades individuais de forma que as pessoas preservem a sua individualidade e não virem uma massa indiscriminada.

Poderíamos dizer que grande parte do material escrito na América Latina sobre o trabalho do Assistente Social com grupos seria baseada na obra de Gisela Konopka (1972).

A autora define o Serviço Social de grupo como um método do Serviço Social que ajuda as pessoas a aumentarem o seu funcionamento social através de experiências objetivas de grupo e a do enfrentamento de modo mais eficaz.

Após Konopka vários autores no Brasil e no exterior, vêm tentando colocar novas formas de atuação para o Serviço Social com grupos, mas o que fazem é propor novas formas de trabalhar com as relações grupais, conservando a base do Serviço Social desde o seu surgimento.

Rodrigues (1986) indica que houve grande influência das ciências, especialmente da sociologia e da pedagogia, nas origens dos trabalhos com grupos realizados pelo Serviço Social. A conotação ideológica presente nesses trabalhos traduziu-se numa forma de se obter melhoria da sociedade e desenvolvimento de um modo de vida democrático. Conforme o Serviço Social era sedimentado pela contribuição das ciências da conduta, concomitantemente o trabalho com grupos também era influenciado por elas. A autora cita Vinter e Konopka, como os pesquisadores que mais destacadamente contribuíram para a atuação do Serviço Social com grupos.

O principal critério de mudança desejada é o melhoramento nesse desempenho. Tem a visão de grupo sob a forma de metas a serem estabelecidas. Essas metas são específicas para cada membro do grupo-usuário, devem estar de acordo com a capacidade do usuário e com a disposição ou motivação para possíveis mudanças. Estabelece ainda que os grupos devem ser compostos por um número determinado de pessoas (quatro a doze) e que, ao se estabelecer metas próprias para cada usuário, tem-se um conjunto de objetivos de intervenção que podem ser formulados para cada grupo. Podemos identificar aqui a clara influência da teoria comportamental na intervenção profissional do Assistente Social em abordagem grupal.

O entendimento do processo grupal é definido como o complexo dinâmico que movimenta um grupo, caracterizado por uma diversificação de momentos, fases ou etapas. O trabalho com grupos requer do profissional a aprendizagem, a compreensão e um treino de percepção sobre os comportamentos dos grupos e das pessoas. Deve também aprender a lidar com as forças internas e externas que operam nos mesmos e que, em última análise, se concretizam no processo grupal. Em particular, no trabalho com grupos em Serviço Social, deve-se levar em conta os aspectos metodológicos do trabalho com grupos, os princípios de ação, as técnicas ou tipos de instrumentalização possíveis, não deixando de lado as atitudes e habilidades inerentes ao desempenho profissional e às características de um trabalho com grupos que estão intimamente envolvidos no processamento desta intervenção.

As finalidades, funções e papéis a serem cumpridos pelo Serviço Social numa realidade concreta, determinarão as formas processuais de conduta grupal, que serão

dinâmicas, e não um modelo aprioristicamente específico. Estarão presentes na ação junto a grupos:

- A indissociabilidade na prática dos planos individuais, grupal, comunitário, organizacional, etc;
- A intervenção voltada para e através das unidades individuais, dos grupos, das comunidades, organizações, etc;
- Uma compreensão dos indivíduos e grupos, não apenas na situação imediata que os envolva, mas também, enquanto inseridas num dado contexto sócio-estrutural;
- O acionamento das potencialidades pessoais e grupais no processo de intervenção;

A maneira de proceder a intervenção grupal em Serviço Social, tal como se tem definido até o momento, é centrada no pequeno grupo, utilizando-se, sobretudo, das chamadas técnicas de dinâmica de grupos.

Devemos ressaltar, ainda, que o trabalho com grupos envolve, freqüentemente, três tipos de objetivos: os do próprio grupo, os da instituição e os do profissional. Os do grupo devem sempre ser expressos e estabelecidos pelos indivíduos que o compõem. Compete ao profissional compreender e perceber as necessidades explícitas ou implícitas ao grupo, pois serão os indicadores motivacionais da formação, funcionamento e manutenção do grupo. Os objetivos do Assistente Social estão vinculados à sua própria função profissional e à natureza da situação que deve ser trabalhada. Cabe ao profissional, a combinação desses três níveis de objetivos; sua habilidade e estratégia é que vão permear o sucesso do trabalho neste aspecto.

Considerando os aspectos metodológicos e processuais do trabalho com grupos, sabe-se que as técnicas podem subsidiar a intervenção, facilitando a ativação do grupo. São chamadas técnicas de dinâmica de grupo uma série de instrumentos e expedientes utilizados para facilitar uma discussão, desenvolver a participação, transmitir informações, clarificar situações e obter **feedbacks** grupais.

O profissional que utiliza técnicas como instrumento para levar o grupo a alcançar os objetivos propostos deve levar em consideração os seguintes aspectos:

que os indivíduos que compõem o grupo devem ser compreendidos em seus interesses, impulsos, aptidões, bloqueios e frustrações, pois se constituem na matéria-prima com que deve trabalhar. Quanto maior for o conhecimento do monitor sobre o comportamento grupal, mais apto estará para bem escolher as técnicas adequadas;

- Deverá ter conhecimento detalhado do rol de técnicas bem como interpretá-las após a sua aplicação, a fim de criar um clima propício à participação eficiente dos membros do grupo e principalmente deve saber criar técnicas adequadas ao grupo com que trabalha;
- Deverá planejar o trabalho grupal, ou seja, estabelecer suas finalidades de modo preciso, prever as etapas do desenvolvimento do tema e escolher os meios que levam a maior participação e satisfação das necessidades expressas pelos membros do grupo;
- Ter bem claro que a técnica não é um fim em si mesma, mas sim um meio para se chegar aos objetivos;
- Conhecer as técnicas, bem como ser capaz de interpretá-las de escolher o momento adequado para cada aplicação e analisar os resultados que delas podem advir. Para tanto, o profissional deve ter conhecimentos básicos, capacidade de interpretar a situação grupal e suficiente imaginação e iniciativa para aplicá-las.

Faleiros (1996) indica que os grupos em Serviço Social significam um conjunto de pessoas em interação, por intermédio dos quais se busca “harmonizar interesses”, chegar ao consenso, à compreensão, a objetivos comuns dentro do sistema. Esses objetivos são avaliados segundo princípios eternos e valores imutáveis como a dignidade do homem e o bem-estar ideal. Evidentemente, a proposta de integrar excluídos na vida normal do bairro, da cidade, via organização de grupos auto-suficientes, continha e estava contida no inculcar um novo *modus vivendi*. Tentativa clara de transferir para as mãos da própria população a função de reprimir, proteger, controlar o seu próprio espaço de moradia, afastando aqueles que pudessem ameaçá-lo. Escamoteia-se a realidade de uma sociedade de classes sob a ideologia do mau e do bom morador, facilitada pela organização social da comunidade.

Comunidade, metáfora social e cultural, entra dentro daquele grupo de imprecisões e amplidões que geram ansiedade e perplexidade, embora, também, gerem esperanças e utopias, na vida e na reflexão das pessoas.

Um estudo realizado na década de 1960, somente dentro do campo das ciências sociais, encontrou mais de noventa definições distintas de comunidade (HAMILTON, apud Cohen, 1989). A idéia de comunidade descrita por Tönnies em *Comunidade e Sociedade*, mostra como em um mundo perfeito as pessoas relacionavam-se, identificando-se, com interesse e ajuda mútua, e colocavam os objetivos coletivos acima dos pessoais.

O termo "comunidade" não garante a possibilidade de encontrar definições exatas, mas, como sugerido acima permite compreender as relações que se estabelecem ao redor dele. Os atores envolvidos nos processos de busca, na multiplicidade das formas comunitárias que atualmente são ignoradas ou mal enxergadas.

Para Cohen (1985) o erro inicial ao pensarmos a comunidade é limitá-la à estrutura, à forma física e às fronteiras físicas que a delimitariam ou a definiriam. O autor inglês afirma que as pessoas acreditam e usam o termo comunidade como um símbolo e não como uma estrutura. Entendendo desta maneira, mantém-se a vida comunitária.

Tais argumentos vêm apoiar todo um campo de pesquisa nas ciências sociais, o dos movimentos sociais. Embora, no início, os estudos sobre movimentos sociais não consideraram muito esta dimensão simbólica, recentemente, ao pesquisar como acontecem os mecanismos de resistência e luta, foram sendo descobertas formas silenciosas, pacientes, veladas e íntimas de resistência. Surgiram também novas abordagens onde a resistência e a luta deixaram de ser o foco principal para pensar o lado positivo, os movimentos de iniciativa, recriação, de construir culturas próprias, partindo de fragmentos produzidos com fins diferentes pelos grupos hegemônicos. Essa mudança de visão é importante, pois começam a explorar-se as formas que as culturas subalternas assumem na adversidade.

Wanderley (1998) ao analisar as diferentes concepções de desenvolvimento de comunidade, elaboradas e utilizadas pelo Serviço Social nas décadas de 1970 e 1980, faz a relação entre desenvolvimento de comunidade e Serviço Social e se depara com as ambigüidades e superposições existentes e entrelaçamento como: desenvolvimento de comunidade e integração social, o fenômeno da ação comunitária e o desenvolvimento de comunidade e movimentos sociais. Indica a autora que tudo isto está inserido em um processo histórico dialético, onde se busca salientar as condições onde se desenvolveram os paradigmas teóricos-metodológicos e as práticas que influenciaram o Serviço Social e desenvolvimento de comunidade.

Souza (1999) coloca que o desenvolvimento de comunidade como disciplina foi introduzida no currículo de Serviço Social em 1945, ministrada no segundo ano com a epígrafe Organização Social da Comunidade e operacionalizada de forma a preparar técnicos capazes de promover a racionalização entre recursos e necessidades localizados. Sua gênese dá-se fortemente influenciada pelas experiências anglo-saxônicas, francesas e belgas através das *Settlements Houses*, *Community Council*, *Clarity Organisation Society* ou *Maison*

Sociale que buscavam, sob diferentes matrizes culturais, a melhoria do nível de vida da população e bairros desfavorecidos ou planejando e coordenando as ações de bairros pobres ou desprotegidos de infra-estrutura.

O desenvolvimento de comunidade como disciplina acadêmica, programa ou política governamental nasceu, dentro de um contexto internacionalizado. Observa-se que as expressões adotadas, assim como os respectivos conteúdos teórico-metodológicos ainda hoje, estão presentes na contínua evolução da aplicação do processo, de acordo com as características que o mesmo assumiu historicamente nos variados contextos sociais.

A perspectiva da integração social das populações, contida no ideário desenvolvimentista vigente, na época dirigiu as ações de mobilização das pessoas. Os técnicos estudavam juntos os problemas a serem resolvidos. Este procedimento conjunto facilita a explicitação de necessidades e aspirações, levando a população a descobrir os recursos que estavam ao seu alcance; planejar as soluções dos problemas e as melhorias a serem empreendidas, identificar os recursos a serem buscados.

Apesar dos esforços e da reflexão desencadeada pelos profissionais do desenvolvimento das comunidades, as premissas do desenvolvimentismo permaneceram e/ou foram redirecionadas para produzir mudanças de comportamento da população dos centros urbanos. Muda o enfoque do mundo rural para o urbano – alicerçado ainda nas mesmas concepções funcionalistas, da chamada teoria da modernização que perpassará, também, os ensinamentos de desenvolvimento de comunidade.

A cultura da comunidade geograficamente integrada é um meio importante para disciplinar valores e atitudes da população. Enquanto disciplina e matéria do currículo de Serviço Social, trabalhará conteúdos teórico - metodológicos adequados à formação dos profissionais que, no momento de suas inserções na prática daquelas políticas regionalizadas, estarão aptos a conduzirem o processo educativo da população chamadas a participar do processo de desenvolvimento da região. Desenvolvimento de comunidade, então atribuição institucional, passa a ser visto como instrumento do sistema de planejamento, tornando-se de uma prática burocrático-administrativa prestadora de alguns serviços à comunidade.

Em meio às demandas crescentes e à forte pressão popular, na década de 1970, predominava um certo otimismo quanto às possibilidades de ampliação do nível de participação dos setores mais deserdados da população. A política, os programas do desenvolvimento de comunidade, bem como o conteúdo da disciplina passam a fazer parte do discurso em defesa da participação popular. Buscam novas alternativas e instrumentalizam a sua efetivação, como foi o caso do planejamento participativo, da formação de lideranças

comunitárias, do associativismo e das metodologias de trabalho. Criam-se coordenações e divisões nas instituições públicas encarregadas de gerir e garantir uma unidade na direção dos programas de desenvolvimento de comunidade, nos vários planos político-administrativos.

A transição democrática também será sentida no que concerne aos aspectos históricos, conceituais e metodológicos do desenvolvimento de comunidade quando, no início da década considerada perdida, implanta-se um novo currículo de Serviço Social.

As perspectivas para o desenvolvimento de comunidade como processo social, programa de trabalho público ou disciplina do curso de Serviço Social estão contidas nas próprias dificuldades, nos conflitos que emergem dos modos de pensar e organizar a sociedade ou mesmo surgem como decorrência de sua desorganização como nos parece ocorrer no momento atual.

Wanderley (1998) indica que a integração é, nesses trabalhos, postulada como fundamental para a harmonia do sistema, devendo ser assegurada mediante uma combinação das diversas funções e papéis diferencialmente conferidos às várias partes do todo. Sobre a concepção de funções e papéis repousa o conceito de participação: cada indivíduo ou grupo participa mais da sociedade na medida em que desempenha melhor as funções e os papéis que lhes são confiados segundo as pautas moralmente sancionadas pelas camadas dirigentes. Este tipo de participação tem como objetivo a preservação da harmonia, da continuidade e da estabilização do sistema. Não persegue a mudança em dimensão estrutural-crítica, pois no funcionalismo as modificações ocorrem dentro de um sistema equilibrado dotado de elementos automantenedores e estabilizadores.

Alguns pontos serão apresentados a seguir para aprofundar as reflexões sobre a temática do desenvolvimento de comunidade como:

- A pobreza deve ser entendida como um problema estrutural. Nesse contexto sugere-se que o Serviço Social e o desenvolvimento de comunidade devem ter compromisso de conhecer essa realidade e inserir-se nas lutas sociais para ter um bom resultado no combate à pobreza;
- O poder local deve considerar como positiva a facilidade para motivar e acompanhar comunidades no interior dos municípios e como negativa as desvantagens dos riscos de fortalecimento das elites conservadoras que pulverizam os recursos. Com isso a prática profissional deve estar atenta a essa demanda diversificada, procurando ocupar espaços e ser condizente com as diferenças existentes;
- A democracia deve ser compreendida como um instrumento para a efetivação da nova sociedade sendo resultante de um processo permanente de luta e de conquista. É

preciso um avanço na direção da democratização econômica, social e cultural para que se consiga uma ordem mais justa e humana;

- Os sujeitos coletivos sob a ótica do panorama mundial não existem, pois a maioria dos cidadãos transferem as responsabilidades das decisões pessoais para as elites e grupos dirigentes. Uma nova possibilidade de trabalho para o Serviço Social e para o desenvolvimento de comunidade são os movimentos sociais e as organizações não governamentais que buscam assumir o papel de sujeitos políticos e assim tornam-se parceiros para o desenvolvimento da ação;
- Pluralismo, diversidade, respeito à diferença, participação ativa e responsável, paz, direitos humanos são tendências de vida que devem ser estimuladas e fortalecidas para se contraporem às tendências de massificação, burocratização, autoritarismo e corrupção;
- Os modos de pensar e de agir do Serviço Social acompanham as mudanças sociais da consciência e das práticas. Existe uma preocupação com o envolvimento dos sujeitos universitários e dos profissionais nos processos e práticas comunitárias. Para que isso ocorra, é preciso ter um conhecimento dessa nova realidade e uma renovação na maneira de intervir nas comunidades;
- Wanderley (1998) entende desenvolvimento de comunidade, como sendo um conjunto de procedimentos e de modos de ação por meio dos quais se instituem comunidades situadas e datadas historicamente.

Esta análise aponta caminhos para redefinições importantes da prática profissional nos espaços comunitários. Sugere também temáticas relevantes que os tempos atuais nos colocam para reflexão e que condicionam os rumos do desenvolvimento de comunidade, no âmbito do Serviço Social como: as comunidades eclesiais de base (CEBs) apresentadas como alternativas para o projeto de uma “nova sociedade”, representando novas mediações de vida comunitária; as organizações não-governamentais (ONGs), com experiências relacionadas às práticas de sujeitos coletivos e prática profissional; as escolas comunitárias, centralizando a educação e a concretização do processo democrático.

Um modelo alternativo de desenvolvimento é aquele que atende às necessidades da sociedade civil, garantindo uma vida justa com reconhecimento de direitos sociais.

5.2 -Instrumentos e Técnicas

Vasconcelos (1985) coloca que as solicitações da profissão de ordem instrumental demandam respostas instrumentais. Com isso queremos afirmar que reconhecer e atender as requisições técnicas instrumentais da profissão significa proporcionar instrumentalidade à ação do Serviço Social. Isto pode vir a ocorrer quando se interliga a intervenção profissional com a sua dimensão instrumental, pois o Serviço Social consiste em certos processos sociais aplicados a indivíduos, grupos e comunidades. Teria, pois, uma função social, sem entrar em detalhes sobre seus objetivos ou motivos.

A técnica faz parte da cultura, é uma criação humana que se estabeleceu historicamente para dar sustentação à sua capacidade de coordenar seus anseios com a necessidade de modificar o meio e se organizar socialmente.

A técnica não é neutra dado que novas ações ou atos estão articulados e comprometidos com uma prática social. A técnica vai sendo recriada de modo a atender melhor à realização de tarefas. Como já comentado anteriormente, é através da técnica que o homem opera no seu meio, realizando seus anseios e concretizando seus planejamentos e programas de ação. A técnica é um desdobramento da racionalidade, pois, verifica-se que neste processo de trabalho humano, a consciência tem participação ativa, uma vez que estabelece finalidades e produz conhecimentos.

A técnica então é a dimensão essencial da criação da vida social enquanto elemento da constituição do mundo humano. Sendo uma das expressões essenciais do mundo não é autônoma, ao contrário, é orientada pelas relações existentes entre os homens e destes, com a natureza.

Na prática profissional para apreendermos a realidade do indivíduo que atendemos, para identificarmos seus verdadeiros níveis cognitivos e afetivos, seu grau de alienação, suas condições de vida, suas experiências, precisamos saber trabalhar com a técnica, com o método e com a teoria social que possibilite essa passagem, esse movimento que é a ação social. Quando definimos criteriosamente como vamos utilizá-los, tornam-se pleno de sentido e significado.

Neste contexto a profissão, em sua trajetória histórica, ao sistematizar uma prática consolidou uma maneira de agir, criou um determinado saber. No entanto não conseguiu construir seus instrumentos teoricamente. Ou seja, caso, grupo e comunidade ainda

são utilizados e denominados como abordagens sem alteração das bases que fundamentavam tais intervenções, ficando desta forma similar à anterior.

Desenvolvem-se e consolidam-se dentro deste quadro o que chamamos de instrumentos e técnicas do Serviço Social. O relacionamento, a observação, a entrevista, a reunião e a documentação. Consolidando estes instrumentos como próprios da profissão eles foram adaptados à ação profissional de maneira acrítica. Portanto é hoje imperativo na prática profissional ter-se clareza do como, quando, para quê e para quem eu faço.

O Serviço Social se expressa enquanto uma sistematização de práticas (procedimentos) que particularizadas apresentam um dado conjunto de conhecimentos orientadores de ações. A técnica é tão importante para a prática profissional que precisamos pensar em dois elementos: consciência e motivação; ambos não existem fora da ação, estão contidos na ação. É na ação que o homem se situa e se motiva à medida que apreende a realidade.

5.2.1 - A Entrevista

A entrevista é definida por Haguette (1997, p.86) como um “processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado”.

As formas de entrevistas mais utilizadas em Ciências Sociais são a entrevista estruturada, a semi-estruturada, a aberta, as entrevistas com grupos focais, a que busca a história de vida e, também, a entrevista projetiva.

- **Estruturadas**

As entrevistas estruturadas são elaboradas mediante questionário totalmente estruturado, ou seja, é aquela na qual as perguntas são previamente formuladas e tem-se o cuidado de não fugir delas. O principal motivo deste zelo é a possibilidade de comparação do mesmo conjunto de perguntas. As diferenças devem refletir diferenças, as particularidades de cada entrevistado e não diferenças nas perguntas.

- **Entrevistas semi-estruturadas**

As entrevistas semi-estruturadas combinam perguntas abertas e fechadas e nelas o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. O pesquisador

deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal. O entrevistador deve ficar atento para dirigir, no momento que achar oportuno, a discussão para o assunto que o interessa, fazendo perguntas adicionais para elucidar questões que não ficaram claras ou ajudar a retomar o contexto da entrevista, caso o informante tenha fugido ao tema ou tenha dificuldades com ele. Esse tipo de entrevista é muito utilizado quando se deseja delimitar o volume das informações, permanecer no tema e alcançar os objetivos propostos.

- **Entrevista aberta e semi-estruturada**

As técnicas de entrevista aberta e semi-estruturada têm como vantagem a sua flexibilidade quanto à duração. Permitem uma cobertura mais profunda sobre determinados assuntos e produzem uma melhor amostra da população de interesse. Além disso, a interação entre o entrevistador e o entrevistado favorece as respostas espontâneas. Elas, também, são possibilitadoras de uma abertura e proximidade maior entre entrevistador e entrevistado. Isso permite ao entrevistador tocar em assuntos mais complexos e delicados, ou seja, quanto menos estruturada a entrevista, maior será a possibilidade de uma troca mais afetiva entre as duas partes. Desse modo, estes tipos de entrevista colaboram muito na investigação dos aspectos afetivos e valorativos dos informantes que determinam significados pessoais de suas atitudes e comportamentos. As respostas espontâneas dos entrevistados possibilitam uma maior liberdade permitindo o surgimento de questões inesperadas que poderão ser de grande utilidade para a pesquisa.

- **Entrevistas abertas**

A técnica de entrevistas abertas atende principalmente às finalidades exploratórias, é bastante utilizada para o detalhamento de questões e formulações mais precisas dos conceitos relacionados. Quanto à sua estruturação, o entrevistador introduz o tema e o entrevistado tem liberdade para discorrer sobre o mesmo. É uma forma de se explorar mais amplamente uma questão. As perguntas são respondidas dentro de uma conversação informal. A interferência do entrevistador deve ser a menor possível. Ele deve assumir uma postura de ouvinte e, apenas em caso de extrema necessidade ou para evitar o término precoce da entrevista, deverá interromper a fala do informante.

Minayo, (1993) indica que a entrevista aberta é utilizada quando o pesquisador deseja obter o maior número possível de informações do entrevistado sobre determinado tema e também para obter um maior detalhamento do assunto em questão. Ela é utilizada, geralmente, na descrição de casos individuais, para a compreensão de especificidades culturais de determinados grupos e para comparabilidade de diversos casos.

- **Entrevista projetiva**

A entrevista projetiva é aquela centrada em técnicas visuais, isto é, na utilização de recursos visuais nos quais o entrevistador pode mostrar: cartões, fotos, filmes, etc ao informante. Esta técnica permite evitar respostas diretas e é utilizada para aprofundar informações sobre determinado grupo ou local (HONNIGMANN, 1954 Apud Minayo, 1993).

- **Entrevistas com grupos focais**

As entrevistas com grupos focais é uma técnica de coleta de dados cujo objetivo principal é estimular os participantes a discutir um assunto de interesse comum, debatendo-o abertamente. Os participantes são escolhidos a partir de um determinado grupo cujas idéias e opiniões são do interesse da pesquisa. Esta técnica pode ser utilizada com um grupo de pessoas que já se conhecem previamente ou, então, com um grupo de pessoas que ainda não se conhecem. A discussão em grupo se faz em reuniões com 6 a 8 participantes. Geralmente conta com a presença de um moderador, que intervém sempre que achar necessário, tentando focalizar e aprofundar a discussão. Não existe um consenso dentro das ciências sociais que indique quando este método é mais eficaz do que a entrevista individual. A escolha do método sempre irá depender da natureza do trabalho, dos objetivos da intervenção, dos tipos de entrevistados. Devemos considerar também que a discussão em grupo visa, muitas vezes, complementar a entrevista individual e permite a observação dos participantes.

Filho (2002) indica que, através do grupo focal, é possível aprofundar reflexões e provocar a aproximação dos sujeitos, além de obter opiniões, identificar, relevâncias e valores dos entrevistados. Como técnica, complementa a abordagem qualitativa e mostra-se como estratégia para focalizar a pesquisa e formular questões mais precisas, alargando a compreensão acerca dos posicionamentos dos sujeitos e provocando o exercício

da percepção, da paciência e da perseverança. A entrevista focal ainda poder ser entendida como uma relação face a face com formulação de perguntas e respostas entre os envolvidos.

No Serviço Social a entrevista é, por excelência, o meio para estabelecimento das relações com o usuário, a fim de permitir a intervenção social. Podemos concluir que, para realizar uma entrevista, é necessário o domínio de técnicas e de conhecimentos básicos para efetuar uma boa entrevista. O Assistente Social deve utilizar os conhecimentos da Antropologia, Psicologia, Sociologia, Política, Direito, Psiquiatria, além do conhecimento sobre a personalidade, as emoções, psicopatologias, sociedade, massa, grupos, movimentos sociais, cultura de massa e comunicação.

Finalmente deve saber sobre a conjuntura vivenciada e os determinantes estruturais e verificar as reações pessoais. Deve permitir o esclarecimento de dúvidas e conceder ao entrevistado a possibilidade de apresentar solicitações diversas.

- **Entrevista inicial ou preliminar**

A entrevista inicial ou preliminar é o primeiro contato entrevistador-entrevistado, objetivando estabelecer uma relação profissional entre ambos. A entrevista inicial pode ser de iniciativa do entrevistado ou do entrevistador. Ela poderá ser obrigatória a depender da situação. Poderá ocorrer por iniciativa do profissional, devendo-se iniciá-la explicando os motivos da entrevista, quais são os objetivos e a função do profissional e quais são os objetivos da instituição. Deve ficar claro para o usuário que a entrevista é realizada em função dele e não deverá ser entendida como uma obrigação ou uma simples tarefa a ser cumprida, se o usuário perceber tal atitude a entrevista invariavelmente fracassa.

- **Entrevistas de Seguimento:**

São entrevistas que possibilitam a continuidade do estudo social, da intervenção e da avaliação que se iniciou na entrevista inicial. São os momentos de prosseguimento do relacionamento iniciado entre Assistente Social e usuário, avançando-se na ação metodológica.

A entrevista é um instrumento que permite estabelecer uma relação profissional, um vínculo intersubjetivo e interpessoal entre profissional e usuário, sendo que o diferencial de uso está na intencionalidade dos profissionais que dela se utilizam e que variam de acordo com as teorias existentes. A entrevista busca obter dados, informações objetivas e/ou subjetivas sobre a pessoa do entrevistado, sobre outras pessoas ou assuntos, fatos ou acontecimentos, sobre a realidade de pessoas, grupos e populações. Além de

conhecer e compreender fatos, opiniões, sentimentos, atitudes, comportamentos ou acontecimentos possibilitando a intervenção junto aos indivíduos, grupos e populações. A entrevista permite o estabelecimento de diálogo, o veicular de informações, socializar conhecimentos, para ao final, construir práticas sociais com os sujeitos.

Numa entrevista, por exemplo, ao buscarmos conhecer a história de vida dos usuários privilegiaremos não só uma reconstituição cronológica, mas também a elaboração da história a partir de fatos significativos, contextualizados, livre de suas limitações, superado no sentido dialético. É necessário utilizar técnicas grupais específicas, com a intenção de complementar a dialética grupal. Isto ocorrerá através da mediação ditada por nossa finalidade e intencionalidade, com base na reflexão coletiva e no diálogo, partindo da realidade concreta dos sujeitos usuários, de suas práticas sociais buscando a superação do aparente através de novas leituras e totalizações.

As entrevistas mais utilizadas em Serviço Social são as focalizadas e as não-dirigidas. Muito mais relevante, nesta perspectiva, do que sugestões para realizar uma boa entrevista é considerar a importância da qualidade das cadeias de mediação de que dispomos para provocar processos reflexivos.

Portanto, a consistência das mediações advém do conhecimento acerca da realidade estrutural e conjuntural, as formas de alienação, as refrações da questão social no cotidiano da população usuária, a expressão dos sujeitos em suas lutas contra-hegemônicas, o conhecimento de recursos sociais, dos direitos sociais, das redes ou espaços de articulação e organização da população usuária, o conhecimento de dados sobre sua existência, consciência e vida social, do significado atribuído pelos sujeitos a seu viver histórico, os seus valores, sua cultura.

Bordieu (1999) faz algumas sugestões para a realização das entrevistas. Segundo o autor, as recomendações devem ser consideradas nas pesquisas científicas e na atuação profissional do Assistente Social:

- A escolha do método não deve ser rígida, mas, sim, rigorosa. O entrevistado deve utilizar qualquer método ou conjunto de métodos com rigor científico;
- O autor aconselha, na medida do possível, falar a mesma língua do entrevistado, ou seja, o profissional deve descer do pedestal cultural e deixar de lado momentaneamente seu capital cultural para que ambos, entrevistador e entrevistado possam se entender. Se isso não acontecer, provavelmente, o entrevistado sentir-se á constrangido e a relação entre ambos torna-se á difícil. O entrevistador deve fazer de tudo para diminuir a violência simbólica que é exercida através dele;

- Durante a entrevista, o entrevistador precisa estar sempre pronto a enviar sinais de entendimento e de estímulo, com gestos, acenos de cabeça, olhares e, também, sinais verbais como de agradecimento, de incentivo. O entrevistado deve notar que o entrevistador está escutando sua narrativa atentamente;
- A entrevista deve proporcionar um bem-estar ao entrevistado para que ele possa falar sem constrangimento de sua vida e de seus problemas. Quando isso ocorre, surgem discursos extraordinários;
- O entrevistador deve levar em conta que no momento da entrevista ele estará convivendo com sentimentos, afetos pessoais, fragilidades e, por isso, deve ter todo respeito pela pessoa pesquisada. O entrevistador deve lembrar-se de que cada um dos pesquisados faz parte de uma singularidade; cada um deles tem uma história de vida diferente tem uma existência singular;
- Durante todo o processo da pesquisa o entrevistador terá que ler nas entrelinhas, ou seja, ele terá que ser capaz de reconhecer as estruturas invisíveis que organizam o discurso do entrevistado. Dessa forma, durante a entrevista, o entrevistador precisará estar alerta, pois, o entrevistado poderá tentar impor sua definição de situação de forma consciente ou inconsciente. Ele também poderá tentar passar uma imagem diferente dele mesmo.
- Em relação à atuação ou postura do entrevistador no momento da entrevista este não deve ser nem muito austero nem muito efusivo, nem falante demais, nem demasiadamente tímido. O ideal é deixar o informante à vontade, a fim de que não se sinta constrangido e possa falar livremente.

5.2.2 - A Reunião

A reunião é um instrumento utilizado quando dados, informações, recursos, etc, necessitam ser socializados entre as pessoas envolvidas nas mesmas situações ou que tenham interesses comuns. A reunião é o estabelecimento de uma dinâmica onde emergem as forças vivas do grupo. As correlações de força vão surgindo à medida que a realidade concreta vai se revelando e aí percebem-se os elementos contraditórios da relação entre as classes sociais e a organização da sociedade.

A utilização intencional da reunião para a ação profissional do Assistente Social pode, dentro desta perspectiva, particularizar, neste espaço, um "tempo" para vivenciar a reflexão socializante e a aquisição de informações que possam revolver a adaptação das formas de relacionamento social. A reunião é um espaço concreto onde se reproduzem as relações sociais de produção, deixando antever as correlações de força e as estratégias de superação da dominação.

A realização da reunião envolve uma dinamicidade do grupo à medida que emergem as relações de poder entre os membros: a decisão deve ser tomada pelos participantes e deve se evitar a contradição e o autoritarismo e buscar a democracia; evitar a dependência e autonomia e a liberdade para a tomada de decisão e direção.

5.2.3 - A Visita Domiciliar

Quando o Assistente Social realiza a entrevista com o usuário em seu domicílio, esta é denominada "Visita Domiciliar". Sua necessidade é determinada pela situação e importância para o Assistente Social identificar, em virtude de ter uma maior preocupação de captação do "real" da vida cotidiana do usuário e de sua família. Ele tentará conhecer e compreender o contexto da dinâmica familiar, as condições de reprodução material de sua existência, percepção da inserção do usuário na dinâmica das relações sociais de produção. Na trajetória profissional do Serviço Social a visita domiciliar tem uma história longa, que no seu percurso já atendeu a propósitos variados. Por vezes, atendeu à necessidade imprescindível de intervenção, em outras, foi criticada enquanto caminho de invasão de privacidade. Em termos operacionais os procedimentos na visita domiciliar seguem alguns passos comuns e significativamente progressivos entre si. No acompanhamento social, identifica-se a necessidade e estabelece-se o objetivo e a finalidade. Isto só é possível se há previamente uma compreensão da linguagem pela qual ambos se comunicam ou se relacionam profissionalmente.

5.2.4 - Estudo Social.

As diretrizes norteadoras da nossa formação profissional e do nosso projeto de profissão têm, no estudo social um de seus mais importantes pilares. Conforme já colocado neste trabalho, o Serviço Social tem, na questão social, o elemento central do projeto da

profissão que se particulariza no dia a dia da intervenção, de variadas formas. A definição de uma ação calcada nos aportes éticos e teóricos que fundamentam a profissão na contemporaneidade requer a reflexão a respeito da construção do estudo social que passa, fundamentalmente, pela relação entre o objeto de trabalho do Serviço Social e o processo de trabalho que o envolve.

O estudo social se revela um instrumento essencial como suporte para aplicação de medidas referentes às mais diversas demandas do Serviço Social. A solicitação ou determinação para que seja realizado se dá diretamente a profissionais que atuam em organizações voltadas para o desenvolvimento deste trabalho. O Assistente Social estuda a situação, emite um parecer e aponta medidas legais e sociais que deverão ser tomadas. O profissional na realização deste estudo pauta-se pelo que é expresso verbalmente, como também, pelo que não é falado, mas que se apresenta aos olhos dele como integrante do contexto em foco. Ele dialoga, observa, analisa, registra e formula pareceres, apresentando, muitas vezes, a reconstituição dos acontecimentos que levaram à determinada situação vivenciada pelo sujeito. Isto se dá através do estudo social que consiste de observações, entrevistas, pesquisas documentais e bibliográficas. Ele constrói um saber a respeito da população usuária dos serviços. Um saber que resgata a história do indivíduo e lhe atribui cidadania. As pessoas são examinadas e avaliadas. Suas vidas e condutas são interpretadas e registradas, constituindo assim uma verdade a respeito delas.

O conteúdo significativo do estudo social, expresso em relatórios ou no laudo social, reporta-se à expressão da questão social ou à expressão concreta de tópicos de ordem psicológica como perdas, os sofrimentos ou desestruturação psicológica do indivíduo. Esse estudo geralmente envolve um sujeito, cuja história social a ser conhecida passa, necessariamente, pela sua inserção na coletividade. Como seres sociais, esses sujeitos convivem e sofrem os condicionamentos e determinações da realidade social local, conjuntural ou do próprio sistema em que vivem. São influenciados pela forma, arranjo e dinâmica familiar, história prévia de trabalho, religiosidade, cultura e relação com grupos de formação de opinião. Portanto a construção do estudo social contempla a inclusão dos sujeitos singulares na universalidade mais ampla a qual se inserem.

O trabalho que o Assistente Social desenvolve nos diferentes espaços institucionais que ocupa é composto por um objeto constituinte e constituído pela realidade social que aparece, via de regra por meio da violência social ou da violência da pobreza; por meio da violência pessoal e intrafamiliar, pela negligência, ausência de trabalho ou mesmo

trabalho precário, pela ausência ou insuficiência de políticas sociais universalizantes e redistributivas. Estas situações muitas vezes são permeadas por conflitos e rompimentos de vínculos na esfera familiar. Esse cotidiano é composto pelos instrumentos que o Assistente Social utiliza para o exercício do seu trabalho. Isto é, o trabalho realizado comporta um conteúdo e é guiado por uma intencionalidade, com vistas a um resultado.

Na construção do estudo social não se pode perder de vista que mesmo quando se trabalha com apenas um usuário ele é um indivíduo social. A realidade social que condicionou a sua história, bem como o fato que motivou a realização do estudo, devem ser trazidos à tona por competência do Assistente Social. Esse sujeito tem uma história social de vida de inserção ou de exclusão determinada pela sua história familiar, social e pública. É influenciada pelo acesso ou não a bens sociais provavelmente provenientes das políticas de corte social. Portanto, o profissional necessita saber dessas diversas formas do processo de socialização, de infraestrutura econômica e as políticas sociais vigentes. Nesse sentido, a relação trabalho, cidade, políticas sociais, família se coloca como referencial importante para a construção do estudo social.

O estudo social faz parte de uma metodologia de trabalho de domínio específico e exclusivo do Assistente Social, visto que é o profissional que tem competência para dar visibilidade, por meio desse estudo, às dinâmicas dos processos sociais que constituem o viver dos sujeitos. É ele que pode trazer à tona a dimensão de totalidade do sujeito social (ou sujeitos) que tem por finalidade conhecer em profundidade e de forma crítica, uma determinada situação ou expressão da questão social, objeto de intervenção profissional – especialmente nos seus aspectos sócio-econômicos e culturais.

5.2.5 - Relatório social.

O relatório social é parte complementar do estudo social e apresenta, com menor ou maior detalhamento, a sistematização do estudo realizado e constitui-se em instrumento de poder. Ou em um saber convertido em poder de verdade. Esses documentos apresentam, de forma cristalizada pela escrita, as informações colhidas, suas interpretações sobre a fala do sujeito, dos demais dados obtidos e a análise realizada, fundamentam uma teoria.

O relatório social, como documento específico elaborado por Assistente Social, traduz-se na apresentação descritiva e interpretativa de uma situação ou expressão da questão social enquanto objeto da intervenção desse profissional no seu cotidiano laborativo.

Sua apresentação se dá com maior ou menor nível de detalhamento a depender de sua finalidade, podendo conter apenas parcialidades da questão ou situação em estudo, que será conhecida de uma forma mais completa no conjunto de relatórios seqüenciais. Esse documento deve apresentar um breve histórico do objeto de estudo, dos sujeitos envolvidos e da finalidade a que se destina. Deve conter os procedimentos utilizados, o desenvolvimento, a análise da situação, o diagnóstico e as propostas de encaminhamento. Como qualquer outra documentação do âmbito da profissão os princípios éticos devem guiar a escolha do que é pertinente ou não de se registrar em documentos que permanecerão no prontuário próprio do Serviço Social e nos que serão expostos à análise de outro agente, ou que poderão vir a público.

5.3 - Mediação como Fundamentação do Trabalho

As mediações são as expressões históricas das relações que o homem edificou com a natureza e, conseqüentemente, das relações sociais daí decorrentes, nas várias formações sócio-humanas que a história registrou. Assim, as mediações criadas historicamente na complexa relação homem-natureza são indicadores seguros e determinadas do ponto de vista histórico-social, porque efetivamente constituem-se na expressão concreta do processo de enriquecimento humano em sua dinâmica de objetivar-se no mundo.

A construção de negociações entre as várias instâncias do existir humano conduz estas relações para o processo econômico-social-cultural-espiritual da espécie, com a plena superação da alienação, da exploração dos indivíduos e das classes sociais.

Neste sentido, a mediação se insere neste complexo social com um alto grau de dinamismo e articulação. É responsável pelos movimentos das relações que se operam no interior de cada complexo e das articulações dinâmicas e contraditórias entre estas várias estruturas sócio-históricas. Portanto, atribui-se a esta categoria a possibilidade de trabalhar na perspectiva de totalidade. Sem a captação do movimento e da estrutura ontológica das mediações através da razão, o método, que é dialético, se enrijece, perdendo, por conseguinte, a própria natureza dialética.

O atendimento às demandas deve ser realizado precisamente pelo Assistente Social, no contato estreito e direto com a população na expectativa de apreender as suas mais variadas expressões de vida: saúde, habitação, lazer, educação, família, afetividade, etc. As manifestações imediatas e cotidianas desses segmentos são explicitadas nas relações de poder, ou seja, na correlação de forças entre os lados diferentes de uma mesma realidade ou situação

social. Vinculando a intervenção profissional do Assistente Social ao cotidiano, ao imediato, diverso e plural, num processo relacional e estreito entre as demandas (sócio- institucionais e profissionais) e a prestação dos serviços sociais. Aí está a especificidade complexa do Serviço Social em atuar basicamente na trama das relações sociais de conquista, apropriação de serviços e poder desses segmentos subalternizados. Esse é o eixo da prática profissional, inserida no contexto mais amplo das práticas sociais, entendida como movimento de reflexão e ação capaz de apreender a concretude da realidade em sua totalidade na tentativa de alterar as atuais regras do jogo de poder. Neste sentido, a ação profissional do Assistente Social não pode dispensar o jogo do poder, um jogo de forças entre lados diferentes, onde as partes envolvidas podem tirar vantagens. Existe uma margem de liberdade no processo estabelecido que permite a construção de estratégias capazes de instituir acordos ou subverter a ordem, aumentando ou diminuindo o caráter imprevisível dos comportamentos em jogo.

A mediação é uma categoria da práxis do Assistente Social com dimensões e caráter essencialmente político. No Serviço Social esta abordagem vem sendo desenvolvida desde o Movimento de Reconceitualização. Devido aos desdobramentos teóricos e metodológicos, recentes na profissão, sobre a mediação existe ainda um vazio neste campo de investigação. O Serviço Social está lentamente se apropriando da idéia para explicar teoricamente os movimentos de reflexão e mudanças que se operam nas práticas sociais. A prática não pode e não deve ser considerada como um fim em si mesma, subjacente à toda e qualquer ação que se queira transformadora no campo social. Há que se considerar novas concepções e modos de pensar. Esta nova mediação deve saber encadear pensamentos e ações, descrevendo, analisando, compreendendo e operando na área social. À primeira vista estes processos podem dar a impressão de linearidade se não levarmos em conta a diversidade das práticas do Serviço Social, a heterogeneidade dos sujeitos, a variedade de explicações sobre a vida social como base para a intervenção do Assistente Social no processo social e, principalmente, a maneira de olhar, ver, apreender e explicar suas ações no conjunto das práticas sociais.

O Assistente Social se torna o agente que atua com e nas mediações, trabalhando no plano das representações da população, usando estratégias para superar o nível singular da prática e, no processo de intervenção, possibilitar a articulação das forças e dos sujeitos presentes. A categoria mediação tem a ver com a dimensão ontológica-reflexiva e, como instrumento prático-operativo, pode estabelecer uma rede de mediações, num processo de aproximações sucessivas que possibilitem articulações intelectivas diversas desde o conhecimento da razão e da reflexão, passando pela ação, a intervenção, a vontade e a

afetividade. Incluindo também habilidades formais, técnicas, éticas e políticas sobre a realidade ou situação social em questão.

O campo da intervenção implica em tomada de decisão. É necessário saber decidir articulando praticidade e esclarecimento, analisando-se as condições históricas do contexto para poder compreendê-lo no seu tempo com sua imediaticidade. Este raciocínio nos leva ao conceito de estratégia. A mediação é vinculada à dimensão analítica ao reportar-se à complexidade de seu processo, não atrelado unicamente a “oposições rígidas”. Ela gera a necessidade de reformulação do conhecimento pela interpretação que alia os sentidos que os Assistentes Sociais atribuem à prática e à análise das condições complexas em que esta se realiza.

Para Faleiros (1996) as estratégias profissionais configuram-se como mediações complexas que se colocam no cotidiano de trabalho dos Assistentes Sociais, prevendo combinação articulada e sucessiva de trajetórias e estratégias de ação que se entrecruzam numa conjunção de saberes e poderes. Há forças que condicionam recursos, saberes que definem problemas e estratégias que precisam ser levados em conta, num processo constante de perscrutar as condições concretas da intervenção. De certa forma, a conduta humana é estratégica, está sempre se ajustando às novas situações, tentando buscar a satisfação de suas necessidades, que se manifestam de maneira muito diversa no cotidiano complexo.

É ilusório supor que o atendimento das demandas sociais coincidam necessariamente com as determinações dominantes na sociedade. Por isso, a conduta humana encaminha-se estratégica e flexivelmente ao encontro de resultados possíveis, com avanços e recuos que implicam em mudanças e decisões que podem ou não enfraquecer os processos de atendimento às necessidades detectadas. Nesse sentido, a estratégia configura-se como um instrumento de ação do Assistente Social articulado ao complexo movimento de pensar, relacionar, correlacionar, propor, acompanhar avaliar e se comprometer, tanto com as condições concretas em que se dá a intervenção, como com os sujeitos que são os principais alvos desse processo.

Essas reflexões necessárias no plano interventivo cotidiano do Assistente Social e que remetem ao campo instrumental, evocam outras discussões articuladas tais como a necessidade de estabelecer prioridades de ação, trabalhar com recursos escassos, potencializando resultados em contraposição às crescentes demandas. Há necessidade de formar alianças e parcerias na tentativa de melhorar a utilização dos recursos, de criar instrumentos e meios de sustentação da ação, garantir transparência na intervenção e

reconstruir as hierarquias nas relações sócio-institucionais. Mesmo que os Assistentes Sociais não compartilhem das representações que enquadram suas funções sócio-técnicas, nesta perspectiva, eles devem ficar atentos à lógica do mercado de trabalho profissional impregnada deste sentido “curativo” para com as disfuncionalidades, que podem ser observadas nas diversas configurações de atendimento que as políticas sociais assumem e que os diversos discursos governamentais expressam.

Nessa direção o Assistente Social deve se estruturar levando em conta as singularidades e especificidades do seu campo de atuação que exigem, também, formas específicas de serem geridas. Assumindo a postura de “gestor”, deverá fornecer respostas às crescentes demandas e pressões sociais de forma eficiente, eficaz e com qualidade. Deve capacitar-se para o atendimento, buscando fazer valer a legitimidade da organização perante a sociedade através de seu desempenho e capacidade profissionais. E, ainda, ser capaz de analisar permanentemente os contextos do ambiente interno e externo, adaptar-se às novas situações e pensar estrategicamente o futuro.

O Serviço Social, como profissão reconhecida pela sociedade, não pode fugir à realidade de que seus profissionais produzem ações interventivas na complexidade da realidade social, diversa e plural, cujos significados estão diretamente ligados à capacidade de gerir e operacionalizar os serviços sociais institucionalmente criados para atendimento das demandas. Para entender à natureza da ação profissional, é necessário explicá-la no movimento articulado de sua complexidade, tendo em vista as dimensões analítica, e operativa, consideradas sobretudo na ótica do conhecimento científico.

O Assistente Social, portanto, atua com e nas mediações que, por existirem independentes da razão humana, estão presentes no emaranhado das teias mediadoras do tecido social com as quais os profissionais lidam. Porém, as possibilidades de alcance dos resultados da intervenção profissional estão diretamente vinculadas ao grau de consciência que os mesmos possam ter das mediações no determinado contexto onde atuam.

A direção é expressa pelos projetos sociais que se tem em vista e que se pretende realizar. Além do que já foi consolidado tradicionalmente pela profissão eles devem ser ampliados. Diante destas colocações pode-se perceber a importância do instrumental técnico operativo do Serviço Social na operacionalização de nossas ações. Impõe-se que tenhamos clareza das demandas postas à profissão e da intencionalidade profissional. E esta análise, realizada pelo processo de reflexão, seja ela com sujeitos ou grupos, não pode ser descontextualizada, muito menos aprisionada em leituras estáticas ou atomizadas que não

contemplam o movimento constitutivo do próprio sujeito e do real. Portanto, esta análise deve ser um processo dinâmico, permanente e permear toda a intervenção.

Interpretar as situações sociais com as quais os Assistentes Sociais atuam é imprescindível para que a intervenção consiga abranger o particular, o singular e o universal. Realmente perceber o que existe nas demandas postas para a profissão, respondendo-as e explicando-as com competência técnica e teórica. Este assunto será objeto de estudo do próximo capítulo. Neste sentido, a categoria mediação necessita de maior aprofundamento teórico-filosófico por parte dos profissionais de Serviço Social, para que seu impacto na prática profissional seja factível. Ao final do capítulo expomos, através de pesquisa bibliográfica, os livros e artigos publicados do ano de 1980 até o ano 2000, pesquisamos os títulos das editoras: Cortez, Agir e Vozes e as revistas: Serviço Social e Sociedade e Serviço Social e Realidade, apesar do volume significativo e qualitativo da produção contemporânea na área do Serviço Social, que vem ocorrendo nos últimos anos, são ainda relativamente poucos os trabalhos, conforme demonstra os quadros abaixo, que têm tratado mais especificamente o eixo dos instrumentos e técnicas operacionais do Assistente Social.

No capítulo VI, vamos apresentar as entrevistas que foram analisadas visando à identificação dos elementos comuns que permearam as respostas dos profissionais e, a partir daí, elaboramos a discussão, utilizando como ferramenta principal a análise de discurso.

EDITORA CORTEZ – LIVROS

Autor	Nome	Ano de Publicação
Maria Luiza Souza	Desenvolvimento de comunidade e participação	1999
Vicente de Paulo Faleiros	Estratégias em Serviço Social	1997
Jeanete L. Martins de Sá	Conhecimento e Currículo em Serviço Social	1995
Maria Ozanira Silva e Silva	Formação profissional do Assistente Social	1995
Maria Ozanira Silva e Silva	Serviço Social e o Popular (O)	1995
Yolanda D. Guerra	Instrumentalidade do serviço social	1995
Reinaldo Pontes	Mediação e serviço social	1995
Safira B. Ammann	Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil	1980

EDITORA CORTEZ – REVISTA SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE

Nome	Nº	Ano	Autor	Artigo
Serviço Social & Sociedade	62	2000	Yolanda Guerra	Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social.
Serviço Social & Sociedade	45	1994	Maria Lúcia Martinelli e Elza Koumrouyan	Um novo olhar para a questão dos instrumentais técnicos operativos em Serviço Social)
Serviço Social & Sociedade	36	1991	Luzia Baiarl Lippi, Maria Lúcia Carvalho da Silva & Mariângela Belfiori Wanderley	Seminário Nacional de Desenvolvimento de Comunidade – Síntese.
Serviço Social & Sociedade	33	1990	Franci Gomes Cardoso	Os movimentos sociais populares no processo de transformação social
Serviço Social & Sociedade	31	1989	Maria Raquel Tolosa Jorge & Rosa Maria Ferreira Pinto	Metodologia de ação do Serviço Social
Serviço Social & Sociedade	31	1989	Reinaldo Nobre Pontes	A propósito da categoria de mediação
Serviço Social & Sociedade	21	1986	Maria Lúcia Rodrigues	Metodologia de ação: o estar em questão do Serviço Social
Serviço Social & Sociedade	18	1985	Elizabeth deMelo Rico	Palestra: alternativas da prática social para o atendimento das principais necessidades dos desempregados
Serviço Social & Sociedade	17	1985	Elza Maria Verlangieri Loschi	Metodologia no Serviço Social: Proposta Pedagógica
Serviço Social & Sociedade	16	1984	Maria Sanchez Bergamo	Expectativas da prática profissional – um depoimento.
Serviço Social & Sociedade	6	1981	Hebe Gonçalves, Maria Lúcia C. da Silva e Helena Iracy Junqueira	Algumas notas em torno de reflexões sobre desenvolvimento de comunidades (DC
Serviço Social & Sociedade – Processo de Trabalho e Assistência Social	4	1980	Elizete Cardoso	Diagnóstico em Serviço Social em nível da comunidade: perspectiva de ajustamento social e transformação social

EDITORA AGIR – LIVROS

Autor	Nome	Ano de Publicação
Balbina Ottoni Vieira	Serviço Social: Processos e Técnicas	1988
Balbina Ottoni Vieira	Teorização do Serviço Social: documento do Alto da Boa Vista	1988
Anésia de Souza Carvalho	Metodologia da Entrevista: uma abordagem Fenomenológica	1987
Margaret E. Hartford	Grupos em Serviço Social	1983
Maria da Glória Nin Ferreira	Um Modelo Genérico para o Serviço Social	1981

EDITORA UNESP – REVISTA SERVIÇO SOCIAL & REALIDADE

nome	Volume	Nº	Ano	Autor	Artigo
Serviço Social & Realidade	7	2	1998	Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira	A Prática Profissional na Área da Saúde e seus saberes.
Serviço social & realidade	6	1	1998	Maria Lucia Rodrigues	Prática Profissional: reinventando o espaço da microatuação
Serviço social & realidade	5	2	1996	Maria Inês Gândara Graciano, Neide Aparecida de Souza Lehfeld e Albério Neves Filho	Critérios de avaliação para a classificação sócio-econômica: elementos de atualização – parte II
Serviço Social & Realidade	4	2	1995	Victalina Maria Pereira Di Gianni	Procedimentos metodológicos e suas implicações no estudo sobre a convivência social do idoso francano.
Serviço Social & Realidade	4	2	1995	Raquel Santos Sant'ana	Um novo desafio para o Serviço Social: A construção do instrumental na perspectiva do método materialista dialético.
Serviço Social & Realidade	3	3	1994	Reflexões Preliminares Sobre as possibilidades de Ação do Assistente Social nas Instituições sociais	Lilia Christina de Oliveira Martins

EDITORA VOZES

Sem ocorrência de Publicação na temática

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.

6.1 – Impacto do discurso na prática profissional



Esta pesquisa nasceu de uma preocupação com as questões pertinentes à prática profissional do Assistente Social: o campo de atuação, o papel e as funções do Assistente Social, bem como as mudanças das demandas no mercado de trabalho e os atuais temas de interesse no debate profissional. Com este estudo queremos apresentar os dados que colhemos e analisamos na nossa

pesquisa, sobre instrumentalidade e o fazer operativo do Assistente Social.

As entrevistas foram analisadas criteriosamente, procurando-se encontrar os elementos comuns que permearam as respostas dos profissionais. Realizou-se uma pesquisa de cunho exploratório com metodologia de aproximações sucessivas e recursos de pesquisa social qualitativa com técnica de análise do discurso. Foram destacadas partes das falas de cada uma das profissionais entrevistadas, as quais serviram como elementos balizadores para a análise do discurso, conforme os objetivos desta pesquisa. Optamos por não separar as falas e, sim, fazer a conexão entre os discursos, analisando-os através dos eixos temáticos que envolveram cada pergunta: “Significado”, “Definição”, “Representação” e “Valor”, de modo a não analisar as entrevistas em separado, mas, tratá-las como um discurso.

Os discursos são apresentados como foram coletados, acrescidos de inferências feitas à luz de referenciais teóricos próprios da área de Serviço Social. Desta maneira, as expressões descritas seguiram os discursos dos profissionais participantes da pesquisa. Esta preocupação serviu para dar identidade ao trabalho de interpretação, que, por sua vez, buscou relacionar os discursos praticados pelos profissionais e as teorias produzidas pela profissão.

Os resultados aqui analisados são frutos das entrevistas semi-estruturadas. Lançamos mão deste instrumento para entender a instrumentalidade corrente uma vez que

acreditamos ser necessário se apropriar dos melhores meios para garantir os nossos interesses e realizar a nossa ação. É importante identificar todos os elementos, incluindo também a mediação aqui entendida. Mais que instrumento é instrumental porque é proveniente de leitura teórica e abstração; é técnico, porque é capaz de garantir os objetivos, é prático, porque realizado como planejado, visto que, a relação do profissional com o objeto não é direta, mas sim, é intermediada pelo instrumento. É isto que caracteriza uma passagem, ou seja, a mediação.

Numa segunda etapa desta trajetória investigativa, realizou-se a elaboração do objeto de pesquisa, que priorizou:

- Conhecer os aspectos instrumentalidade e instrumentais de trabalho utilizados pelas Assistentes Sociais;
- Explicitar a forma de pensar os instrumentos de trabalho do Assistente Social;
- Descrever como é conduzida a ação do Assistente Social a partir da utilização de instrumental técnico específico;
- Verificar o valor atribuído pelos profissionais ao instrumental utilizado e as representações que têm do instrumental frente às ações específicas.

Estes elementos subsidiaram e balizaram as entrevistas com os sujeitos da pesquisa. A sistematização das informações foi feita a partir de interpretações, realizadas à luz de trabalhos de autores que versam sobre questões relativas ao cotidiano da prática profissional.

Como afirmado anteriormente, as bases teórico-metodológicas são recursos essenciais que o Assistente Social aciona para exercer o seu trabalho. Elas contribuem para iluminar a leitura e imprimir rumos à ação, ao mesmo tempo em que a moldam. Assim, o conhecimento não é só um verniz que se sobrepõe superficialmente à prática profissional e ,muito menos, pode ser dispensado é ao contrário um meio através do qual é possível decifrar a realidade e clarear a condução do trabalho a ser realizado.

Nessa perspectiva, o conjunto de conhecimentos e habilidades adquiridos pelo Assistente Social ao longo do seu processo formativo é parte do acervo de seus meios de trabalho (IAMAMOTO, 1998). Portanto, nossas interrogações acerca do instrumental:

- A) são eficazes as respostas às demandas e/ou necessidades apresentadas pelos usuários?
- B) como o modo operativo responde a demanda?
- C) o instrumental utilizado permite aos profissionais uma reflexão crítica-investigativa?

D) possibilitam a garantia da cidadania dos usuários dos serviços sociais? E) existe a necessidade de se repensar instrumentos, métodos e técnicas condizentes às atuais demandas da sociedade?

Conforme indica Guerra (1995) há algo que precede a discussão de instrumentos e técnicas para a ação profissional, refere-se à sua instrumentalidade, ou melhor, à dimensão que o componente instrumental ocupa na constituição da profissão. Para além das definições operacionais (o que faz, como faz), necessitamos compreender; para que, para quem, onde e quando fazer e analisar quais as conseqüências que no nível “mediato”, as nossas ações profissionais produzem.

Uma das questões que delineiam a educação é a formação profissional e estas estão interligadas com as conformações sociais. É possível dizer que as formas educativas, através de um conjunto de procedimentos, são demarcadas por instituições definidas por objetivos decorrentes das necessidades políticas e conseqüentemente determinados pelas demandas do mercado. O Serviço Social não foge deste modelo. De certa forma, as universidades no Brasil têm buscado a formalização de um modelo de ensino que atenda à engenharia produtiva, ou seja, buscam a adequação da racionalização do trabalho, visando a colocação no mercado um contingente de mão-de-obra qualificada.

Como outras profissões, o Serviço Social beneficiou-se do fortalecimento das universidades com a busca de referenciais na metodologia científica e a conseqüente valorização do conhecimento acadêmico. Isto determinou um crescimento considerável do número de escolas de Serviço Social, prevalência das escolas laicas sobre as confessionais e expressivo aumento no número de alunos matriculados nas escolas existentes. Infelizmente, fatores associados às leis do mercado determinam que as escolas não forneçam informações profundas que permitam mostrar um quadro real da atual situação dos cursos de Serviço Social do Estado de São Paulo. Uma tentativa de levantamento desses dados foi feita nessa tese conforme pode ser visto na Tabela 1 e Figuras 1, 2 e 3 ao final deste capítulo.

O Serviço Social como profissão deve responder às demandas sejam elas da instituição, da população usuária, dos trabalhadores ou do capital, sempre considerando as condições objetivas vigentes nas organizações onde o exercício profissional se realiza. Estas demandas constituem-se em necessidades sociais, atravessadas por interesses antagônicos

oriundos do capital e do trabalho. Tornam-se, então, as atividades profissionais mediadas pela contradição. Em vista disso não basta que o Assistente Social escolha reforçar um dos dois lados da contradição capital-trabalho, pois o resultado dependerá também de uma correlação de forças favoráveis.

Existem determinadas condições de trabalho sobre as quais a intervenção opera, modificando-as. Na pesquisa realizada, a preocupação mais relevante referiu-se ao Serviço Social como profissão que sempre deve ir ao encontro de uma nova realidade. É preciso identificar e compreender as mudanças que estão acontecendo no contexto geral e pensar em estratégias de intervenção que visem ao atendimento das demandas que estão colocadas.

Assim, faz-se necessário, que a profissão como um todo participe de um debate coletivo e discuta os desafios profissionais frente a estas transformações societárias, permitindo sinalizar alternativas para suas ações neste século que se inicia. Esta nova atitude deriva da constatação de que a realidade atual demanda alterações nas formas intervencionistas e operativas do profissional do Serviço Social.

A intervenção profissional configura um determinado formato político e tal formato depende da modalidade de atendimento fornecido pelo Estado. Aqui há a suposição de que as propostas dos serviços sociais e/ou das políticas sociais, assim como a maneira como estes espaços profissionais se moldam, exerce influência direta sobre a intervenção profissional (GUERRA, 1995).

Essa reconfiguração da profissão no plano operativo requer outras estratégias dos profissionais para a intervenção, já que as ações do Estado nas questões sociais institui um espaço sócio-ocupacional na divisão social e técnica do trabalho, bem como cria um mercado para o Assistente Social (NETTO, 1992). A intervenção profissional se realiza prioritariamente através de organizações sejam elas públicas ou privadas e a profissão acaba sendo condicionada por vários fatores, tais como: o tipo, a natureza, o formato e a modalidade de atendimento das questões sociais pelo Estado.

Na pesquisa efetuada, o discurso dos profissionais entrevistados, como veremos em relato transcrito abaixo, indica que na prática os sujeitos buscam, de várias formas, valorizar o conhecimento que adquiriram a partir do seu fazer cotidiano. O

conhecimento teórico presta-se às solicitações encontradas na prática profissional, o que reafirma a colocação acima de Netto (1992), em torno do espaço sócio-ocupacional.

No campo do Serviço Social, assim como de todas as profissões interventivas, posso compreender a instrumentalidade como a capacidade de instrumentalizar as ações, isto é, de criar, elaborar e aplicar um conjunto de instrumentos com o intuito de intervir em uma dada realidade. Na minha opinião, a instrumentalidade é subsidiária da metodologia do Serviço Social.

O profissional define proposições de intervenção sobre determinados “objetos” de ação de forma a demonstrar a capacidade de controle sobre os mesmos. Por sua vez, este controle se dá na esteira da definição dos objetivos (muitas vezes impostos pela organização na qual o profissional está inserido). Assim, deve ser enfatizado que os rearranjos que se dão na ação profissional do Serviço Social oscilam em decorrência das demandas emergentes. Quando o profissional refere-se aos rearranjos isto significa dar visibilidade à ação, buscando alguns aparatos formais ou informais que concretizam a ação.

Considero que a utilização do instrumental (o disponível, o tradicional e corrente) tem grande significado para o resultado das ações. É por meio dele que podemos construir fundamentos e argumentos para nossas propostas, além de estratégias de intervenção, facilitando o acesso aos usuários, socializando informações e balizando o processo de transformação que desejamos. As ferramentas permitem qualificar as ações, mas creio que precisamos aperfeiçoá-las e modernizá-las para responder às demandas atuais.

As estratégias operacionais respondem à necessidade de propiciar “poder” às ações e conseqüentemente aos usuários. Daí a necessidade de discutir nesta pesquisa questões que se referem à instrumentalidade, modos de operar, competências profissionais, dimensão interventiva e perfil profissional.

Já li material sobre e acho que me lembro, no momento apenas de Yolanda Guerra. A instrumentalidade abrange não somente os instrumentos específicos de atuação profissional, mas também o arcabouço teórico ao qual os instrumentos estão relacionados. Compõem um conjunto de instrumentos utilizado na atuação profissional. É interessante ser convidada para falar sobre instrumentalidade no Serviço Social, pois é uma temática que não é comum discorrermos teoricamente ou lermos em produção científica.

Nota-se nas entrevistas a relevância dada ao conhecimento adquirido na profissão quando o sujeito ressalta a importância de falar sobre instrumentalidade, embora enfatize a escassez de material da temática. Indica a existência do arcabouço teórico, mas cita apenas um autor, sem relacioná-lo com a discussão das técnicas ou instrumentos especificamente. Discursa sobre a abrangência prática do tema, mas não identifica os instrumentos nas falas. O discurso abaixo destaca a importância dos indicativos teórico-práticos e coloca a questão da interpretação e dos instrumentais como respostas às demandas profissionais.

Dentre as indicações mais importantes está a minha interpretação a respeito da frase sobre o que eu mais utilizo para o exercício profissional. Instrumentalidade são os indicativos teórico-práticos de intervenção profissional. Os instrumentais técnicos utilizados pelos Assistentes Sociais, são as entrevistas, grupos, reuniões, visitas, relatórios e articulação com os diversos setores da comunidade, então... as metodologias de ação de que este se utiliza para dar respostas às demandas profissionais. Eu trabalho a violência doméstica, então o que mais ressalta é o afinilamento do meu referencial teórico - metodológico a partir da área da violência doméstica; a questão é tentar enxergar uma nova forma de agir.

O discurso lança mão da terminologia “afunilamento” para referir-se à ausência de referencial instrumental específico para a área trabalhada de forma a negar alguma esquematização pré-definida.

Os instrumentos de trabalho do Assistente Social são poucos refletido, atualmente. Às vezes penso que há um descuido dos professores (nós educadores) ou dos teóricos da profissão que são formadores de opinião com relação aos instrumento ou.....

Os instrumentos de trabalho do Assistente Social vão depender de sua opção teórico-prática e o campo onde ele vai construir o seu trabalho. Em meu campo de atuação utilizamos basicamente os grupos, a entrevista individual e familiar, as visitas domiciliares como processos de orientação e acompanhamento familiar.

Aparece neste discurso a fragilidade da opção ideológica. Nota-se ainda o temor do julgamento, porém utilizam advérbio “basicamente” para referir-se aos instrumentos utilizados. Outros estão ocultos, apesar de confirmar que a utilização do aparato técnico é capaz de responder às questões impostas pela prática profissional. Um elemento utilizado para garantir algum resultado na ação empreendida é confirmado no seguinte relato.

Quando você trabalha com a questão do fazer profissional as intervenções passam a demandar instrumentos e estes refletem aqueles que utilizo na minha prática cotidiana. Nós não vamos pelo manual (grifo nosso), pois estamos no processo de mudança, então todos os instrumentos que utilizo na prática estão em processo de mudança. É possível se pensar nos meios e instrumentos da profissão pela condição e capacidade do Serviço Social operar transformações visando alcançar seus objetivos. Permitirá que a profissão reveja seus fundamentos e suas legitimidades, questione sua funcionalidade e instrumentalidade e permita a ampliação das bases sobre as quais sua instrumentalidade se desenvolve.

Existe uma lacuna na formação, isto é há falta, é como se ficassemos sem o subsídio de uma instrumentalidade. Existe porque, a formação do sistema ao não priorizar esta parte que é importante, o Assistente Social fica meio perdido no cotidiano, porque ele tem uma formação mais ampla. A questão dos instrumentais, não é enfatizada na graduação, então o Assistente Social percebe claramente que há necessidade deles e o questionamento aparece: onde buscar o instrumental?

A questão, portanto, retorna ao profissional que deve ser capaz de operar e processar as possibilidades de ação. Ele é, nesta situação, o sujeito privilegiado a quem cabe fazer da lacuna referida a disputa de um objeto de estudo e não um motivo para a apatia. Reconhece-se a lacuna e a escassez da literatura disponível no trato desta questão.

Ao refletir o espaço do Serviço Social, suas ações e propostas na sociedade moderna, torna-se condição *sine qua non* relacioná-las ao ensino do Serviço Social no Brasil. A partir da década de 1950 e principalmente nos anos 1960, surge a necessidade de tecnificação e atualização da profissão, uma vez que se ampliam os campos de intervenção. A expansão do capital industrial implicou em um aperfeiçoamento no aporte técnico. No decorrer do processo de reconceituação do Serviço Social surgiu o discurso crítico e a prática educativa como ação libertadora. Começa um contraponto aos métodos já utilizados. Paralelamente, se inicia a discussão em torno da lacuna criada entre o discurso teórico e o exercício da profissão, como pode ser observado no discurso:

Após a década de 1990, técnica, instrumental passou a ser um tabu, se fala é positivista, se não fala, fica uma profissão vazia... Que não consegue transpor a teoria na prática. Assim como o aluno que não vê ou entende o que o Serviço Social faz. E eles são questionados pela comunidade e por outros profissionais e também ficam inseguros sobre o assunto. Penso que devemos dar consistência aos instrumentos para conseqüentemente ter uma formação mais consistente. Senão

falamos e pensamos nas contradições do capital, mas não sabemos lidar com elas no cotidiano.

Ao referir-se ao “tabu” refere-se à patrulha, à impermeabilidade do discurso adotado anteriormente no bojo da profissão. O discurso crítico levou a categoria a negar instrumentos e técnicas até com o objetivo de criar novas alternativas.

Se a gente refletir sobre a história do Serviço Social no Brasil nós vamos ver que na década seguinte ao movimento de reconceituação o Serviço Social Brasileiro passou a negar qualquer influência, orientação funcionalista do Serviço Social. Passou a fortalecer o discurso transformador, uma visão crítica da própria sociedade e a formação que o Assistente Social recebe na Universidade acaba não condizendo com aquilo que é exigido na sua prática.

Nota-se aqui a relação que ainda é feita quando se utiliza qualquer aparato instrumental. Avalia-o via orientação funcionalista, resultando em um distanciamento entre a formação profissional e a sua aplicabilidade prática prejudicando a relação que o conhecimento teórico possibilita à profissão e ao seu próprio significado. É inegável que o caminho percorrido pela profissão ainda guarda marcas do chamado Serviço Social tradicional, que sempre trouxe consigo um projeto social tradicional, não obstante reiterar a necessidade de uma revisão na sua trajetória profissional.

Avalio que o Serviço Social ainda não construiu instrumentos específicos para executar seu trabalho. Não há uma especificidade que os identifiquem como qualificados e identificados com a profissão. Este é um aspecto que não tem tido relevância na produção teórica da profissão e talvez, os assistentes sociais que se dedicam ao trabalho de campo, portanto mais familiarizados com o instrumental, não tenham tempo suficiente para se debruçar nessa questão.

Nesta situação a profissão passa a adotar discussões e reflexões acerca dos seus elementos técnico-metodológicos, resultando na adoção de padrões e técnicas que fornecem respostas aos desafios impostos à profissão, levando-a ao patamar técnico. Institucionaliza o pensamento sobre o saber que se adquire na formação acadêmica, tornando um meio para instrumentalizar a ação profissional como se constata na fala a seguir:

A - O significado e a importância da Instrumentalidade em Serviço Social é como se fosse a coluna, um meio, uma maneira de a gente executar o nosso trabalho, de operacionalizar melhor o trabalho, acredito que exista. Identifico aqueles considerados “tradicionalistas”, usuais no cotidiano profissional e que servem à coleta, registro e organização de dados, como roteiros, questionários, relatórios, laudos, planilhas, ou que são propriamente modos de intervenção no campo de trabalho, como entrevistas, visitas domiciliares, reuniões e atividades grupais. A tecnologia, principalmente a informacional e a multimídia tem possibilitado uma modernização, ainda que tímida, no instrumental utilizado pelo assistente social.

B - Considero que os instrumentais são as ferramentas que os assistentes sociais utilizam, de forma seletiva, buscando provocar transformações ao executar seu trabalho.

C - No entanto, a seleção e a forma de utilizá-las está vinculada à intenção da ação, aos pressupostos e valores que a sustentam e também à competência ética e técnica do profissional. Na prática, vemos que os profissionais elegem seus instrumentais com base nos padrões institucionais e organizacionais que lhes são apresentados e não nos elementos referenciados pela realidade que confrontam no campo de trabalho.

A questão interventiva parece ser um aspecto indissociável da profissão embora este ponto não esteja sendo tratado de forma significativa na literatura profissional. Poucos têm sido os estudos preocupados com a dimensão interventiva do fazer cotidiano e

isto tem implicado na existência de arranjos ou procedimentos mesclados entre a prática e discurso de vanguarda.

A importância da técnica na formação profissional é um fundamental aspecto a se destacado. Não há qualquer possibilidade de não se usar técnica, atingiria não só a formação tecnicista, mas também representaria uma fragilidade significativa na relação teoria e prática. Implicaria em um agir profissional não renovado e passaria a ser imitação ou cópias das propostas anteriores revestidas de nova nomenclatura.

Os instrumentos e técnicas não podem ser relevados visto que fazem parte dos elementos significativos que definem o papel e o significado da ação profissional. Entretanto, a maneira como ocorre na prática atual, o conjunto destes elementos não oferece respaldo para a elaboração de um corpo instrumental, técnico e eficaz para o Serviço Social que se propõe.

Eu acredito que exista na profissão uma distância muito grande entre o agir profissional e o saber profissional, isto é, o que a gente aprende nos bancos universitários e o que é exigido na nossa prática profissional quando então somos contratados, ao fazer uma reflexão, deparamo-nos com a funcionalidade do Serviço Social. Enfim, amenizar as desigualdades sociais através de políticas compensatórias. Então, querendo ou não, a profissão, carrega uma herança funcionalista que criou raízes muito profundas dentro da profissão e essas raízes exigem ainda hoje atitudes funcionalistas no fazer profissional do Assistente Social.

É possível identificar na fala anterior as demandas do universo técnico do Serviço Social associadas aos objetivos dos instrumentos e técnicas. Porém é fato que ao confrontar as práticas resultantes da ação profissional com a realidade constata-se que foram geradas algumas incongruências, determinando um vácuo que produziu e produz até hoje uma busca da dimensão instrumental. A realidade do desempenho profissional passou a exigir uma reorganização do Serviço Social com novas formas valores e conteúdos, que terminam por associá-los a projetos individuais.

O valor atribuído pelo profissional ao instrumental utilizado passa pela escolha, razão crítica e da vontade dos mesmos, o que penso é que as ações estão mais conectadas a projetos profissionais do que aos referenciais teóricos ético-político.

De fato estes elementos não são claramente compreendidos e o instrumental adotado não fornece à profissão conteúdos que possam responder aos questionamentos que acompanham historicamente o agir profissional. Neste quadro os profissionais entrevistados reconheceram que o redimensionamento aliado a uma nova abordagem no uso da técnica significa dar instrumentalidade à prática profissional do Serviço Social com uma ação renovada. A fala a seguir denota uma tentativa de conectar as formações técnica, teórica e política levando a qualificação a ser entendida como domínio do fazer profissional. Na discussão da instrumentalidade nota-se a busca da ampliação do horizonte, de uma intervenção na sociedade associada a existência de uma maior clareza profissional quanto as suas possibilidades.

O profissional de Serviço Social é requisitado, pago para atuar na operacionalização das políticas públicas, então o referencial teórico, todos os princípios políticos da formação profissional não condizem com o que demanda o agir profissional. Então é muito difícil criar estratégias de ações profissionais visando esses objetivos. Na realidade, o que acontece na prática é a utilização de toda instrumentação técnica ainda de caráter funcionalista.

Os profissionais enfatizam no discurso a necessidade do aparato ideológico para a ação profissional. Descartam a visão de uma postura neutra, ao mesmo tempo em que indicam a necessidade de um *modus operandi*, para garantir uma ação com dimensionamento político que se faz via técnica profissional. Ao situar as indicações mais importantes da profissão, apontam para o exercício profissional qualificado, objetivo, com vistas a reduzir as desigualdades sociais tão evidentes em nossa sociedade.

O instrumental tradicional está ligado às exigências burocráticas e administrativas para um contingente de

profissionais, representando no conjunto do trabalho diário, o tempo gasto na elaboração de fichas, prontuários, relatórios e planilhas concorre com aquele dispensado ao usuário e a outras atividades de campo. Considero o instrumental como elemento importante, mas é preciso objetividade e criatividade para manejá-lo e adequá-lo aos objetivos específicos das ações.

Discutindo metodologia de ação os profissionais privilegiam nos seus relatos o aporte teórico ressaltando, mesmo que de forma velada, a mudança necessária ocorrida ou necessária no eixo teórico-metodológico da forma de conceber o exercício profissional.

Depreende-se dos discursos analisados que os profissionais valorizam o aporte teórico no binômio teórico-prático como forma de fundamentar as alterações essenciais na configuração atual do exercício profissional no Serviço Social. Porém, ainda, apontam a dualidade existente entre atender as demandas do fazer profissional instrumentais com caráter funcionalista ou optar por uma posição de vanguarda.

O entendimento destes fatores aponta a necessidade da construção de um aparato técnico-operativo condizente com a demanda do mundo atual, uma vez que lacunas no conteúdo das técnicas e do instrumental conduzem a ação profissional a uma ação essencialmente ativista. Os relatos expressos pelos profissionais nos levam a compreender que a formação técnica operativa não foi priorizada ou talvez tenha sido pouco explorada. Supõem-se que todo o processo de construção e reconstrução do fazer profissional com seu aparato instrumental técnico-operativo foi acionado de forma desorganizada.

Apresentamos uma nova fórmula com velhas receitas. A insegurança é expressa em um desencontro entre discurso e prática que por sua vez resulta na ausência de análise da prática e na inconsistência das propostas metodológicas. O resultado disso é a incoerência verificada na ação frente às exigências do meio e à especificidade da ação profissional do Assistente Social.

No Serviço Social avançamos muito na questão do discurso, mas na prática ficou um vazio muito grande....

As colocações requerem uma reflexão acerca das estratégias, táticas e ação, as quais são acompanhadas por indagações quanto à dimensão técnica da intervenção profissional. Instrumentos e técnicas são estratégias e táticas que nos permitem dar corpo à leitura da realidade. É fato que o abandono e a negação dos instrumentos e técnicas têm ocasionado uma lacuna na ação profissional. Desta forma, a polêmica centra-se no debate de que se deve ou não criar novos instrumentos ou mesmo recriar os velhos instrumentos. Entende-se que se o Serviço Social criou algo com os instrumentos que utilizou, mas não sistematizou estes dados e teorizou o instrumental, considera-se que o instrumento utilizado na atualidade não permite agir de maneira abrangente e correta na realidade que vivenciamos. Daí a necessidade de recriar novas modalidades de ação ou trabalhar com as mediações.

Concordamos com as observações de Guerra (2000) sobre a instrumentalidade. É no âmbito da instrumentalidade do Serviço Social que os componentes críticos e progressistas da cultura profissional são escolhidos, identificados, construídos e reconstruídos e deles depende o restabelecimento da unidade entre meios e fins e a preocupação com os valores democráticos.

A instrumentalidade do Serviço Social adquire importância na medida em que se dá no espaço de mediação da profissão, onde se pensa em alternativas concretas e na possibilidade de se atingir as finalidades institucionais. Com estes dados, é possível perceber que os profissionais incorporam em seus instrumentos e técnicas a legislação pertinente à área da Assistência Social. Por isso necessitam transcender a esfera do registro de informações e pensar em novos elementos que sejam subjacentes ao aprimoramento das atividades profissionais. Como afirma Guerra (2000) a dimensão instrumental da profissão passa a necessitar de vínculos cada vez mais estreitos com um projeto ético-político em defesa dos direitos sociais e humanos e da democracia.

Fica expresso nos discursos das participantes da pesquisa que o que se espera deste profissional é o domínio de técnicas que busquem a qualidade dos serviços prestados. Como salienta Martinelli (1994) concebemos o instrumental como o conjunto articulado de instrumentos e técnicas que permitem a operacionalização da ação profissional. É possível atribuir ao instrumento a natureza de estratégia ou tática por meio da qual se realiza a ação e a técnica é fundamentalmente a habilidade no uso do instrumental. O instrumental abrange não só o campo das técnicas como também dos conhecimentos e habilidades.

No tocante ao campo do conhecimento, Yamamoto (1997) o toma como um meio de trabalho sem o qual o profissional não consegue realizar sua atividade ou trabalho.

As dificuldades dos profissionais manifestam-se nas suas atividades cotidianas em razão de lacunas importantes na sua formação, facilmente constatada nas falas dos entrevistados. Abaixo um relato representativo:

A formação do Assistente Social é ampla, porém não é enfatizado o lado instrumental da ação e nem a questão que dá forma aos instrumentais ou da própria instrumentalidade. O desenvolvimento do Serviço Social (até por ter sido uma necessidade premente) foi maior na área teórica e filosófica e muito menos na categoria de instrumentação da área prática deste profissional. Então como Assistente Social a gente percebe claramente no dia a dia o modo de fazer cotidiano e vai buscar instrumentar-se para um olhar mais direcionado para a metodologia científica.

Na afirmação da sua instrumentalidade, o Assistente Social utiliza-se de um repertório operativo comum a outras profissões sociais, porém, a intencionalidade implícita na utilização do instrumental técnico tende a propiciar resultados condizentes com a perspectiva para a qual sua ação se direcionou. A maneira como o profissional utiliza os instrumentos e técnicas historicamente reconhecidas na profissão é referenciada pelas expectativas que sustentam suas ações. Em outras palavras: o Serviço Social possui modos particulares de operacionalizar sua ação, o qual não se realiza sem instrumentos técnicos, político e teórico, como também necessitam de uma direção finalística e de pressupostos éticos, que incorporem o projeto profissional. A compreensão teórica implica na suspensão – não a supressão - do cotidiano e de sua imediaticidade. A permanência na cotidianidade é justamente a de utilização de uma atitude pragmática, ou seja, o importante do fazer cotidiano é o resultado que consegue alcançar, também no âmbito do imediato, pois este resultado deve ser visível, identificável, demonstrável (GUERRA, 1995).

É interessante resgatar que entre os profissionais entrevistados verifica-se a ampliação da compreensão do significado, da importância e das implicações práticas da instrumentalidade, claramente delimitada após a graduação, na medida em que esta postura se expressa ao iniciar a prática profissional. Nota-se no discurso a presença constante de reflexões acerca da indicação da importância da teoria para respaldar a ação. Ressalta-se,

também, a instrumentalidade como elemento de eficiência e competência, reconhecendo os aspectos teóricos e políticos como elementos importantes.

Ao indicar a instrumentalidade como uma dimensão que o profissional alcança, via o desenvolvimento teórico e metodológico, vincula-se a instrumentalidade a uma ação também política, posto que esta privilegia e garante um espaço profissional.

Conforme pudemos depreender da pesquisa realizada a expectativa das Assistentes Sociais é que na prática possam comprovar e validar a teoria. Isto implica na compreensão dos elementos especificamente técnicos da ação profissional.

A instrumentalidade é fundamentalmente política, na medida em que utiliza táticas e estratégias. Não pode ser neutra e sem matiz ideológica. Elementos técnicos e políticos são determinantes históricos que se mesclam na definição do campo de intervenção da prática profissional. Assim, instrumentos e técnicas são mediações enquanto instância de constituição do nosso fazer, que estabelece uma constante relação entre a leitura da realidade e o projeto social que permite construir um novo grau de consciência crítica do real.

Creio que a prática corrente demonstra que o instrumental utilizado é específico do profissional, elencado de acordo com suas conveniências e competência, porém limitado às condições institucionais. Por exemplo, se têm disponível recursos tecnológicos e materiais há também possibilidade de aplicar habilidades e desempenhar com criatividade ações estimuladoras. Na qualidade da ação interferem fatores subjetivos, pessoais e institucionais.

Quando negou a compreensão dos instrumentos e técnicas do Serviço Social, enquanto "tecnicismo", pautou-se no entendimento de que o projeto político, que imprimiu uma dada direção à ação profissional, permitiu que o fazer profissional fosse desenvolvido na mesma direção, creditando à teoria social, que fundamenta tal projeto, a garantia de uma ação técnica, crítica e transformadora, validada no discurso.

Avaliando pelo lado prático, minha vivência profissional possibilita inferir que a própria formação acadêmica não capacita e não estimula, de forma crítica e criativa, a construção de instrumental específico para a profissão.

A técnica é de alguma forma um meio de potencializar a ação e clarear a importância de conhecimentos utilizáveis. Entre os relatos das profissionais entrevistadas, predomina a idéia de que a teoria é o elemento diferencial na prática.

Ao fazermos uma reflexão em torno das concepções teóricas de vanguarda estamos também negando as concepções históricas e metodológicas da profissão? Ou estamos no caminho do repensar os processos, técnicas e procedimentos para resgatar a instrumentalidade do Serviço Social? Na representação dos profissionais não recorrer à teoria implica no ativismo, ou seja, tem-se uma prática profissional alicerçada apenas na preocupação com o resultado imediato.

É necessário pensar dialeticamente os instrumentos do Serviço Social a partir das necessidades e potencialidades identificadas no campo, com criatividade e flexibilidade, sem que se fuja ao rigor científico necessário.

Nos discursos podemos verificar a clareza das falas com relação ao valor atribuído ao aparato técnico-metodológico para o exercício profissional. Percebe-se a influência da ideologia do instrumento e da relação intencionalidade/intervenção.

*Considero que a utilização do instrumental (o disponível, o tradicional e corrente) tem grande significado para o resultado das ações. É por meio dele que podemos construir fundamentos e argumentos para nossas propostas, além de estratégias de intervenção, facilitando o **empowerment** dos usuários, socializando informações e balizando o processo de transformação que desejamos. As ferramentas permitem qualificar as ações, mas creio que precisamos aperfeiçoá-las e modernizá-las para responder às demandas atuais.*

A importância destes pontos é enfatizada com veemência, quando são tratadas as determinações da prática profissional do Assistente Social dirigidas intencionalmente para alguns de seus aspectos prioritários, procurando superar níveis

insuficientes e unilaterais de abordagem. Buscam elementos conceituais e balizadores no sentido de ultrapassá-los e não apenas de superar as contradições.

Nesta direção surgem, também, os questionamentos sobre se temos habilidade de efetivar a mediação na ação profissional e se temos suficiente aparato de conhecimento técnico-metodológico para viabilizar a intervenção profissional.

Existe uma lacuna muito grande; creio que deu-se após a Reconceituação. O dia-a-dia do trabalho é norteado por esquemas funcionalistas, inadequados para que a gente trabalhe de uma forma mais dinâmica, mais atual, na realidade do contexto que a gente está. Face a uma lacuna metodológica do Serviço Social, os instrumentais utilizados pelos profissionais não têm dado conta de responder às contradições impostas pelo sistema social vigente.

É oportuno entender que o exercício profissional está vinculado ao saber fazer, que, por sua vez, tem sustentado as discussões dos instrumentos e técnicas, permitindo apreender o instrumental técnico-metodológico do desenvolvimento das ações onde perpassam as construções históricas, estratégias e práticas estabelecidas nas relações com o mundo moderno.

A realidade te pede outro tipo de exercício para execução da tarefa, do que pensar e agir caracterizados nessa transição, que é implantar uma nova forma de trabalho. A lacuna fica justamente na questão dos Instrumentais. Acho que teve um avanço ideológico, mas ficou um vazio nos instrumentais de forma a dar concretude a instrumentalidade para pôr em prática o movimento, toda essa nova maneira de pensar o ser social. Ao mesmo tempo há o medo dos referenciais teóricos e metodológicos mais antigos, mais tradicionais. Desta forma nós temos dificuldade em saber essa realidade profissional, social e de como essas mudanças estão nos afetando. Quanto à visibilidade do trabalho, diria que ela não é só prática, então a gente sempre tem que trabalhar com o todo, e inserir teoria e metodologia.

Nos discursos podemos verificar uma sinalização que a estrutura metodológica do Serviço Social não identifica o aparato técnico instrumental. Isto ocorre devido a uma reduzida alimentação instrumental. É fato, porém, que de alguma forma ocorreu, mesmo que de maneira incipiente, mesmo não tendo sido feita de uma forma suficientemente sistematizada e incorporada pelo Assistente Social. É imprescindível registrar que a negação do Serviço Social tradicional não levou à uma superação dos dilemas profissionais, pois se confundiu com oposição, antagonismo ou contrário. Os profissionais identificados com esta postura abandonaram a metodologia clássica e tradicional e não foram capazes de perceber com o que e como se rompiam. Assim, esta ruptura realizava-se no âmbito teórico-político, sem que os profissionais tivessem condições de exercitar/executar esta ruptura na ação profissional. Esta condição incidia novamente sobre as dificuldades.

Apontamos neste trabalho e acreditamos que estamos trazendo para o debate o que se encontra na ordem do dia: *De que maneira os processos e mecanismos racionalizadores de enfrentamento da crise se sintonizam com a herança ideológica e cultural do Serviço Social e com a funcionalidade eminentemente instrumental?* (grifo nosso). O que deve ser alterado e como deve ser conduzida a racionalidade atual que alimenta o conservadorismo típico da profissão?

Levantamos a seguir as considerações que acreditamos que sejam pertinentes, tanto no que se refere a fundamentação teórica abordada, quanto à possibilidade de situar novas questões que propiciem fazer uma reflexão sobre as possibilidades teóricas a que chegamos e que, ainda, não foram suficientemente exploradas.

Tabela 1 – Levantamento das escolas de Serviço Social existentes no Estado de São Paulo a partir das informações obtidas junto ao CRESS-SP.

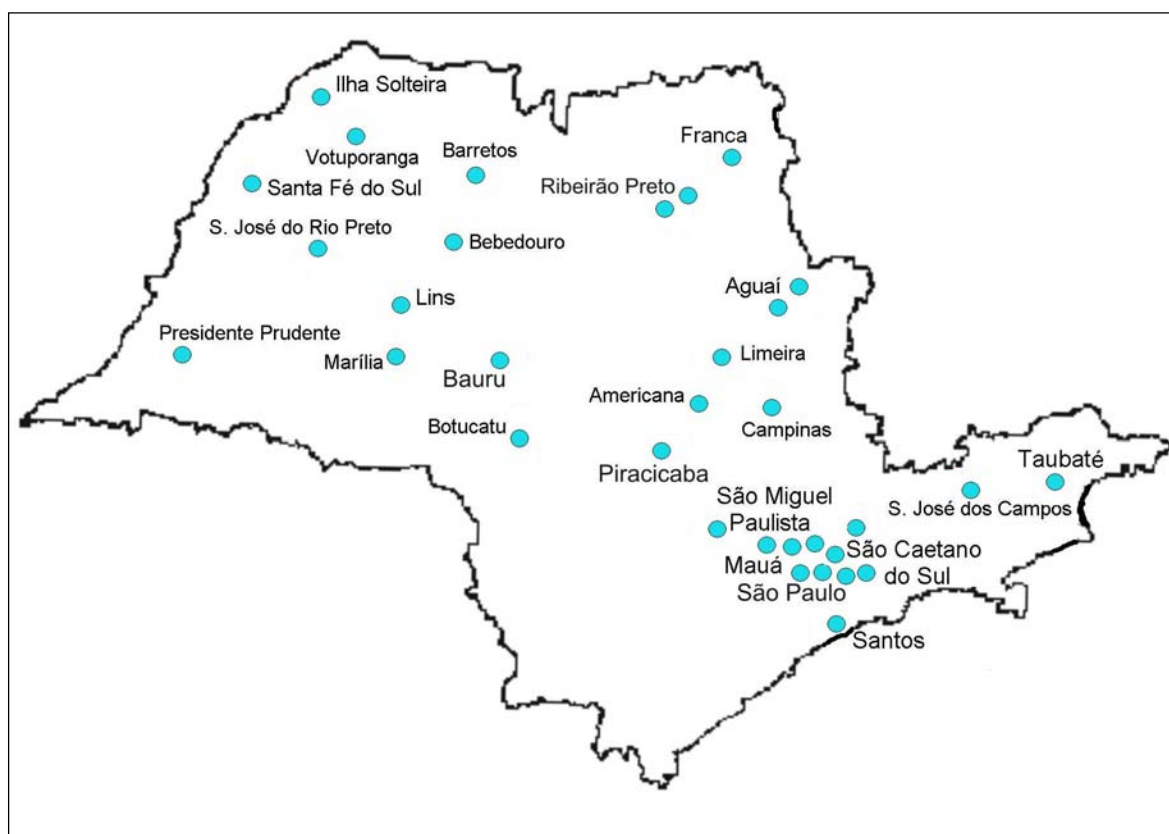
	Instituição	Ano fundação	Laicas	Confessionais	Matr/Ano	Form/Ano
1	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP					
	Faculdade de Serviço Social	1936				
	Rua Monte Alegre, 984 - Perdizes São Paulo - SP (11) 36708254			x		
2	Faculdade Paulista de Serviço Social					
	Rua Lopes Chaves, 273 - Barra Funda (11) 36660246	1940	x		125	125
3	UNILINS - Centro Universitário de Lins					
	Fundação Paulista de Tecnologia e Educação Curso de Serviço Social	1960	x		140	80
	Av. Nicolau Zarvos, 1925 - Jardim Aeroporto Lins - SP					
4	Faculdades Integradas Maria Imaculada					
	Centro de Estudos Sociais e Humanas de Piracicaba Curso de Serviço Social	1962		x	125	80
	Rua Maringá, 450 Piracicaba - SP (19)34142003					
5	UNAERP - Universidade de Ribeirão Preto					
	Curso de Serviço Social					
	Av. Costábile Romano, 2201 - Ribeirão Preto Ribeirão Preto - SP	1962	x		60	40
6	Instituição Toledo de Ensino - ITE					
	Faculdade de Serviço Social de Bauru	1963		x	100	30
	Praça 9 de Julho 151 - Vila Pacífico Bauru - SP (14) 2205070					
7	Faculdade Paulista de Serviço Social de São Caetano do Sul					
	Av. Paraíso, 600 - Vila Gerti São Caetano do Sul - SP (11) 42386922	1966	x		125	125
8	Universidade de Taubaté - UNITAU					
	Departamento de Serviço Social	1966	x		80	68
	Av. Tiradentes, 500 - Centro Taubaté - SP (12)36254240					
9	Universidade Valeparaibana de Ensino - UNIVAP					
	Faculdade de Serviço Social				180	38

	Av. Shishima Hifume, 2911	1969	x			
	São José dos Campos - SP (12)39471000 ramal 1002					
10	Universidade Católica de Santos - UNISANTO					
	Faculdade de Serviço Social	1974	x		60	
	Av. Conselheiro Nébias, 300 - Vila Nova Santos - SP (13) 32055555					
11	Universidade São Francisco - USF					
	Faculdade de Educação e Ciências Sociais - Curso de Serviço Social	1974		x		
	R. Hannemann, 352 - Pari São Paulo - SP (11)33152030					
12	Instituto Superior de Ciências Aplicadas - ISCA					
	Departamento de Serviço Social	1975	x		50	
	Rodovia Limeira-Piracicaba, Km 4, Cruz do Padre Limeira - SP (19) 34044747					
13	Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP					
	Faculdade de História, Direito e Serviço Social	1976	x		80	
	Rua Major Claudiano, 1488 - Centro (16) 37111800					
14	Universidade de Santo Amaro - UNISA					
	Curso de Serviço Social	1980	x			
	Rua Isabel Schmidt, 349 - Santo Amaro São Paulo - SP (11)55458922					
15	Universidade de Marília - UNIMAR					
	Faculdade de Serviço Social	1980	x		100	
	Av. Higyno Muzzi Filho 1001 Marília - SP (14) 34024000					
16	Associação de Ensino de Botucatu - UNIFAC					
	Curso de Serviço Social	1984	x		100	
	Av. Leonardo Villas Boas, 351 Botucatu - SP (14)68212500					
17	Faculdades Integradas "Antonio Eufrásio de Toledo" de Presidente Prudente					
	Faculdade de Serviço Social de Presidente Prudente	1985				
	Praça Raul Furquim, nº 09 Presidente Prudente - SP (18) 39014000					

18	União das Faculdades dos Grandes Lagos -UNILAGO					
	Faculdade de Serviço Social	1990				
	R. Eduardo Nilsen, 960 - Jardim Aeroporto São José do Rio Preto - SP (17) 32036166					
19	Universidade Cruzeiro do Sul - UNICSUL					
	Curso de Serviço Social	1995	x		180	40
	Av. Dr. Ussiel Cirilo, 225 - São Miguel Paulista (11) 61375756					
20	Faculdade Tijuquussu					
	Curso de Serviço Social					
	R. Martim Francisco, 472 - S. Paulo (11) 42218472	1996		x	200	120
21	UNIFEV - Centro Universitário de Votuporanga					
	Curso de Serviço Social	1998	x		140	85
	Rua Pernambuco, 1594 - Centro (17) 34059999					
22	Centro Universitário Barão de Mauá					
	Curso de Serviço Social	1999	x		60	55
	Rua Ramos de Azevedo, 423 - Jd. Paulista Ribeirão Preto - SP (16) 6036600					
23	Faculdades Integradas de Santa Fé do Sul - FUNEC/FISA					
	Curso de Serviço Social	2000		x	90	70
	R. Mangará, 477 - Jardim Mangará Santa Fé do Sul - SP					
24	Grupo para a Educação, Cultura e Formação Profissional Liberdade x Vivência					
	Faculdade de Ciências Humanas de Aguaí	2001	x		120	8
	Av. Olinda Silveira Cruz Braga, 200 Aguaí - S.P. (19)6525344					
25	Instituto de Ensino Superior de São Paulo Faculdade Reunida					
	Curso de Serviço Social	2001	x		150	60
	Rua Icaraí, s/n - Zona Norte (Prédio do SEMA) Ilha Solteira - S.P. (18) 37425333					
26	Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro					
	Curso de Serviço Social	2002	x		60	

	R. Nelson Domingos Madeira, 300 - Parque Eldorado					
	Bebedouro - SP. (17) 33459366					
27	Faculdades Unificadas da Fundação Educacional de Barretos - FEB					
	Av. Prof. Roberto Frade Monte, 389 - Aeroporto	2003		x	60	54
	Barretos - SP. (17) 33226411					
28	Centro Universitário Assunção – UNIFAI					
	Curso de Serviço Social		x		60	
	R. Afonso Celso, 711 - Vl. Mariana					
	São Paulo - São Paulo (11)50870199					
29	Centro Universitário Salesianos de São Paulo- UNISAL					
	Faculdade de Serviço Social					
	Rua Dom Bosco, 100			x	50	40
	Americana - SP (19) 34719746					
	Centro Universitário UniFMU					
30	Faculdade de Serviço Social					
	Av. Liberdade, 654/660 - Liberdade		x			
	São Paulo - SP (11) 33466200					
31	Faculdade de Ciências Humana de Aguai					
	Curso de Serviço Social					
	Av. Olinda Silveira Cruz Braga, 200 (19)36524344					
32	Faculdade de Serviço Social de Mauá - FAMA					
	Rua Vitorino Dell'Antonia, 155					
	Vila Noemia - Centro					
	Mauá - S.P. (11) 45126100					
33	Pontifícia Universidade Católica de Campinas - PUC/CAMP					
	Faculdade de Serviço Social - Campus I			x		
	Rodovia Dom Pedro I, Km 136					
	Campinas - SP (19) 37567079					

Das 33 escolas pesquisadas, 81% forneceram o ano de fundação, 89% indicaram a origem, 72% informaram o número de alunos matriculados/ano, 66% informaram o número de formandos/ano e 48% apenas forneceram todas as informações solicitadas.



Localização Geográfica das Escolas de Serviço Social no Estado de São Paulo

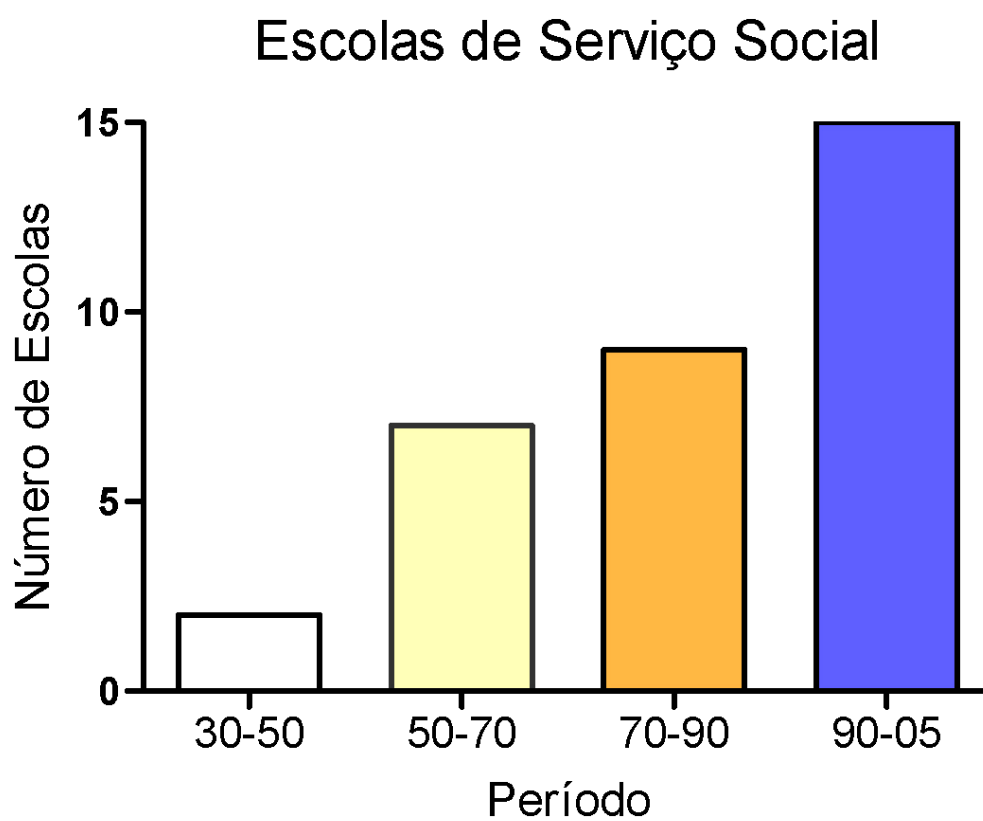


Figura 1- Aumento do número de escolas de Serviço Social no Estado de São Paulo desde a fundação da primeira escola em 1936.

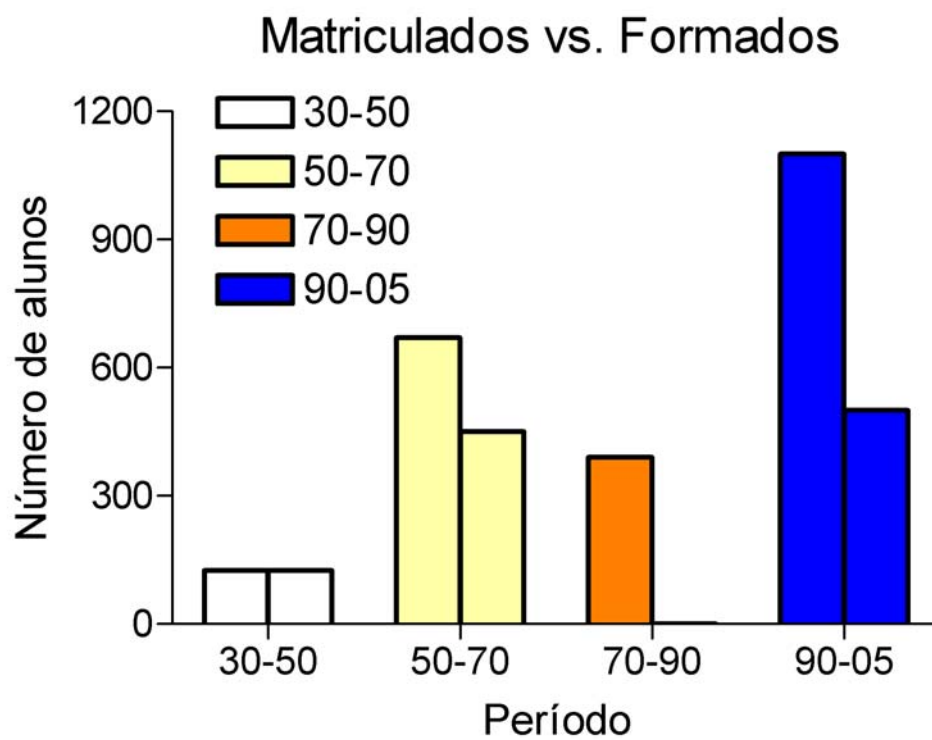


Figura 2- Relação entre o número de alunos matriculados e formados em escolas de Serviço Social no Estado de São Paulo desde a fundação da primeira escola em 1936.

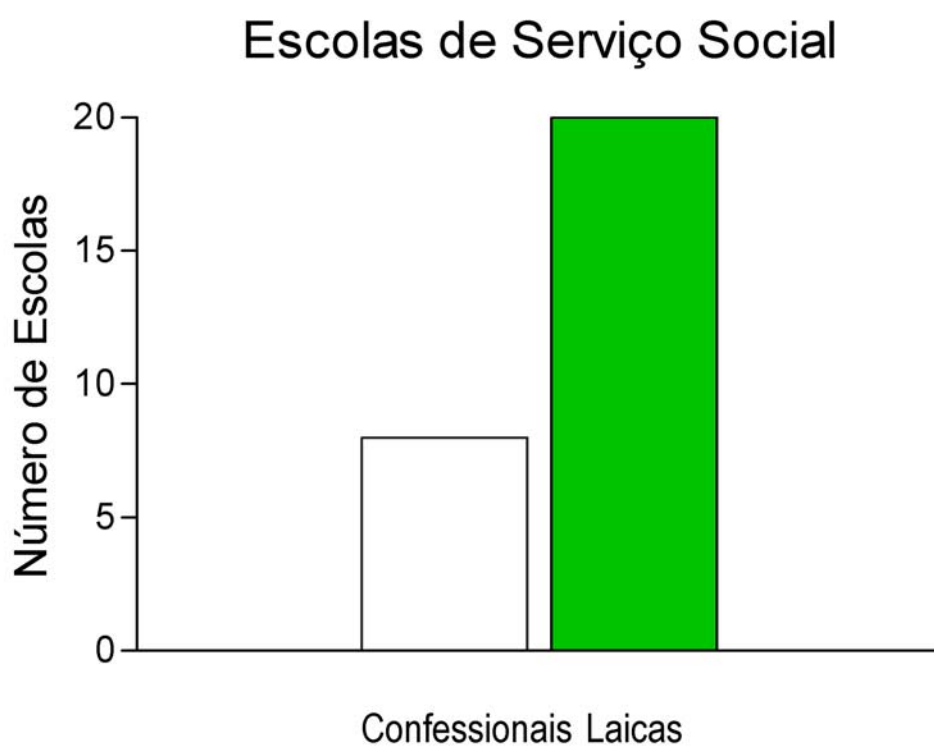


Figura 3 - Crescimento das escolas laicas em relação às escolas confessionais de Serviço Social no Estado de São Paulo desde a fundação da primeira escola em 1936.

CONCLUSÕES

CONCLUSÕES



Agora apresentamos nossas considerações finais buscando analisar, compreender e explicar os fundamentos metodológicos, técnicos e operacionais da instrumentalidade do Serviço Social. Na concretização dos objetivos profissionais, temos que registrar que os discursos foram efetuados com ponderações sobre a instrumentalidade do Serviço

Social no que se refere às suas dimensões política, ética e teórica. Tratar estas dimensões de forma organizada e integrada dentro da prática profissional do Assistente Social não é tarefa fácil.

Trabalhamos com relatos de profissionais e realizamos uma análise que exigiu cuidado na leitura e uma ética singular para fazer as interpretações. Neste processo aprendemos o que não havíamos experienciado, ainda, na nossa prática profissional. Realizar uma pesquisa quantitativo-qualitativa acrescida da análise do discurso conduz o pesquisador a um estado de alerta e provoca-lhe o receio de não ser capaz de corresponder satisfatoriamente à riqueza do material oferecido e produzido. Os profissionais se expressam de maneira que pode facilitar ou até dificultar a compreensão possível de cada discurso. As interpretações das falas são crivos do pesquisador que, portanto, passa a ser parte do discurso.

Paralelamente à análise interpretativa, os questionamentos e as angústias iam aumentando e no final achávamos que estávamos sempre reiniciando, visto que o processo interpretativo demandava uma nova análise. Passamos então a nos organizar por eixos em torno de instrumentais, técnicas e da instrumentalidade do Serviço Social, pois estes balizariam as vertentes que estavam presentes no roteiro inicial das entrevistas. Estas situações foram impulsionadas em função de verificar-se no discurso de um mesmo profissional a ocorrência de concepções aproximadas acerca do Serviço Social. Sabemos que as interpretações podem ser múltiplas. O discurso pode nos projetar a campos diversificados de compreensão, tanto do Serviço Social quanto do contexto social mais amplo. Desta forma dedicamos a nossa análise àquelas falas que se aproximaram mais do nosso objeto de estudo.

Observamos que os discursos revelavam pontos de confluência sobre concepções, por exemplo, o fato de a maioria compreender que o Serviço Social é uma prática de intervenção. Porém, não privilegiam na análise o seu poder interventivo, os aspectos operativos e seus desdobramentos, os modos de estabelecer relações diretas com os usuários. As orientações dominantes da própria prática restringem-se ao campo do discurso teórico, fortemente desenvolvido sob o enfoque político-sociológico, impedindo uma visibilidade mais objetiva dos *modus operandi* da profissão. A prática, apesar de reconhecida e valorizada, expressa-se mais pelo discurso. Esta afirmação é reiterada pelas informações prestadas o que nos permite identificar um descompasso entre teoria, prática e imagem profissional. Fica claro que a prática demanda instrumentos e técnicas e o que infelizmente se identifica é que o nosso fazer profissional atual remonta aos primórdios da profissão, incorporado de alguns elementos de modernização.

Os Assistentes Sociais, sujeitos de nossa pesquisa, participam e atuam na construção de um espaço profissional diferenciado e de certa forma privilegiado, visto que além de serem especializados, estão na academia e na prática profissional. Somam a experiência e o contato com as mudanças curriculares ocorridas no processo de formação profissional e também são partícipes da produção de conhecimento no Serviço Social. Suas investigações e produções circulam no mundo acadêmico o que nos permite dizer que estão envolvidas no cotidiano com novas leituras e estudos sobre suas atividades profissionais que resultam em contribuições especiais, tanto no campo das idéias como no campo das práticas.

Nos discursos, os Assistentes Sociais reiteram a necessidade da construção de novas metodologias que fundamentem a prática profissional. Metodologias, técnicas e instrumentais que possam efetuar uma maior aproximação entre o teórico e o prático e que possibilite a elaboração de fundamentos e conhecimentos pertinentes ao campo da instrumentação técnica. Expondo tais necessidades podemos indicar que mesmo de forma discreta os discursos revelaram nas falhas da fala como também nos chistes que ainda não sabemos como criar uma articulação entre estes conhecimentos no exercício do cotidiano profissional.

Desdobra-se, desta lógica, a busca de estratégias para a melhor qualificação para a prática profissional. É necessário mudar este enfoque para uma postura mais incisiva do Assistente Social que deve ser voltada para o aperfeiçoamento do instrumental técnico. As produções mostram alguma disparidade entre a teoria e a prática, entre os profissionais da academia e os da prática. Isto enfraquece o ideário de formação profissional. O processo

histórico do Serviço Social desenvolveu a tendência a uma cisão nesta relação e a necessidade de aproximar estes campos de atuação é de vital importância.

A relação teoria e prática, na construção do conhecimento, resulta não só das respostas do Assistente Social às situações concretas, mas da análise dos acontecimentos e do pensamento crítico ao decidir-se por um determinado tipo de intervenção.

Entendemos nos discursos dos sujeitos pesquisados o significado da instrumentalidade do Serviço Social como sendo o espaço onde a profissão consolida a sua natureza e se materializa, permitindo a união das dimensões instrumental, técnica, política, pedagógica e intelectual da intervenção. Desta maneira as ações instrumentais são entendidas como exigências da forma de inserção na divisão social e técnica do trabalho. Este caráter instrumental se, por um lado, constitui a funcionalidade para a qual a sociedade convoca o profissional, a sua razão de ser, por outro, é o que lhe possibilita a passagem da teoria à prática.

Reiterado pelas indicações de Guerra (1999) a instrumentalidade do Serviço Social coloca-se não apenas como a dimensão constituinte e constitutiva da profissão mais desenvolvida, referenciada pela prática social e histórica dos sujeitos que a realiza. Sobretudo, atua no campo da mediação no qual os padrões de racionalidade e as ações instrumentais se processam. Se isto é verdade, há que se discernir entre instrumentalidade, enquanto meio de passagem das racionalidades, ações instrumentais, enquanto atividades finalísticas e o grau de abrangência das modalidades da razão que determinam as ações profissionais. Se o “fazer” do Assistente Social é dado pela sua instrumentalidade, pela manipulação de variáveis empíricas, esta dimensão da profissão é a mais desenvolvida e capaz de designar os processos que se manifestam no âmbito da profissão, dentre eles, as racionalidades existentes.

Os discursos obtidos confirmam a definição teórica, onde a instrumentalidade traduz a razão da ação do Assistente Social e define a sua utilidade e a sua representação à medida que permite a concretização das finalidades do Serviço Social.

Está claro, atualmente, que o Assistente Social para conseguir intervir na questão social, nas diferentes facetas que se apresentam, tem que ter amplo conhecimento dos fundamentos teórico-práticos que embasam a atuação. Em geral, em razão da diversidade das questões com que nos defrontamos no cotidiano, a intervenção tem-se dado de forma fragmentada, deixando-nos com a sensação de não conseguirmos dar respostas eficazes às demandas sociais. A análise desta conjuntura indica que esta realidade se apresenta como um conjunto complexo e necessita de aproximações sucessivas de maneira a possibilitar uma visão mais ampla e profunda da realidade social, a partir da qual possamos vislumbrar novas

formas de pensar e agir. Diante do que foi apresentado neste trabalho, o caminho para a resolução desta equação passa pela formulação de uma instrumentalidade, na qual se insira uma intervenção profissional eficaz e consoante com a realidade que se nos apresenta.

Uma das variáveis que precisa ser equacionada se refere à atribuição de autonomia das metodologias de ação e ao instrumental técnico utilizado pelo profissional da nossa área. Isto tem resultado na adoção de valores e princípios ético-políticos, os quais têm provocado uma nova definição dos objetos de intervenção e atribuição de funções diferenciadas à profissão do Assistente Social. É essencial adquirir nova legitimidade a partir de alterações nas ações profissionais e, conseqüentemente, das demandas nos espaços de intervenção. Decorre disso que as respostas profissionais a este novo processo passam a necessitar da dimensão instrumental e estas demandam a consolidação do vínculo cada vez mais estreito com o projeto ético-político vigente.

Ao discorrer sobre os instrumentos utilizados, eles foram apontados como um conjunto articulado de procedimentos e técnicas que permitem a operacionalização da ação profissional. Atribui-se ao instrumento a natureza de estratégia ou tática, por meio da qual se realiza a ação e entende-se a técnica, fundamentalmente, como sendo a habilidade no uso de um instrumental. De maneira geral, os instrumentos determinam a adequação das escolhas às ações e estas são resultantes da escolha feita. Dependem da existência de intervenções práticas consoantes com os objetivos do projeto ético-político que se prioriza, e ainda, da correlação de forças presentes no momento. Resultados estes que, no âmbito técnico-instrumental, visam a uma alteração nas condições de vida dos usuários.

Netto (1998) aborda este ponto com muita propriedade ao indicar a necessidade de alterar a intervenção localizada, residual, pontual. Os resultados da intervenção profissional dependem de variáveis históricas e de formas de atendimento que, de fato, respondam mais adequadamente às demandas. O resgate destas expressões, deste modo de pensar e agir faz parte do desafio de uma nova prática no Serviço Social.

Os agentes profissionais, enquanto desenvolvem uma atividade, devem ser não apenas técnicos, mas também críticos, já que o domínio do instrumental necessita de uma definição das finalidades e das formas de alcançá-las. Estas não se encerram na razão de ser do Serviço Social. Antes, incorporam o conhecimento da profissão, suas condições e possibilidades.

Ao analisarmos os resultados do presente trabalho de pesquisa dentro do contexto histórico da prática profissional e da dimensão política do Serviço Social, notamos claramente a necessidade de delineamento de novos rumos para a profissão. Guerra (1998)

sustenta que se as demandas com as quais trabalhamos é um conjunto das partes que constituem um todo e este está repleto de características que serve a uma generalização. Elas implicam intervenções que exigem escolhas, que passam pelos condutos da razão crítica e da vontade dos sujeitos e se inscrevem no campo dos valores universais. Assim na realização das requisições que lhe são postas, a profissão necessita da interlocução com conhecimentos oriundos de disciplinas especializadas.

O fazer profissional do Assistente Social possui uma peculiaridade operacional em razão de sua natureza instrumental encontrar-se historicamente condicionada. Visto que as condições, sob as quais a intervenção profissional se realiza, estarem vinculadas a determinados projetos de sociedade, os mesmos acabam por determinar as concepções da profissão, sua direção social, sua intervenção prática, ideológica e política. Assim, suas determinações objetivas estão condicionadas por um determinado modo de ser, pensar e agir.

O fator político constitui-se em outro ponto de grande importância no equacionamento da realidade atual da profissão. Sem querer atribuir coloração ideológica à questão, é importante destacar que a militância política foi transferida para a prática profissional, o que resultou em inúmeros equívocos e impasses de ordem teórica, política e profissional.

A realidade, que se afigura nesse contexto é que o Serviço Social como profissão tem que responder às demandas sociais com que se defronta. A intervenção do Assistente Social necessita operar com inúmeras variáveis, de forma a instaurar uma modalidade particular de intervenção de caráter inequivocamente multidimensional (NETTO, 1994).

Da análise de nossos resultados e da leitura que efetuamos, destacamos alguns pontos para reflexão no contexto da historicidade do Serviço Social e suas relações com o Estado. Sob diversos pontos de vista, detectamos nessas relações algumas particularidades da profissionalização do Serviço Social que merecem ser consideradas os critérios da formulação de novas propostas de programas de ação e intervenção do Serviço Social no Brasil.

A construção de um novo fazer profissional de qualidade, baseado na história presente, mas com o olhar no futuro, é detectado nos discursos que reafirmam a necessidade que os profissionais sejam intelectuais além de técnicos executores. Para se chegar a tal direção é preciso conhecimento teórico e eficácia prática.

As demandas postas na atualidade requerem uma revisão constante da prática e dos instrumentos de intervenção. A atitude de rever suas ações deve ser

permanentemente adotada pelo profissional, a fim de dar conta das diversas situações que se apresentam. Neste processo de estudar, pensar e agir, a postura não pode estar enrijecida pelos ditames da prática do dia-a-dia, das rotinas institucionais. Ela deve conter boa dose de flexibilidade e versatilidade (e criatividade). Associado a tudo isso, é fundamental escolher adequadamente os meios e instrumentos para realizá-los, analisando as possibilidades reais, histórico-concretas de seu projeto.

No âmbito das condições subjetivas da prática profissional, há a necessidade, muitas vezes, da operacionalização de mais de um instrumental em determinado momento da intervenção. Eles tornam-se o centro da representação social que se tem da profissão, a auto-representação dos agentes profissionais associada à concepção de profissão que se adota e o projeto ético-político-social a que estão vinculados. Com este pensamento chegamos às respostas quanto às representações dos profissionais com relação aos instrumentos face às ações profissionais específicas.

Entendemos que as representações são socialmente produzidas e operam sob determinada configuração histórica e temporal. Portanto, circulam pelo mundo e pelas mentes, O conceito e o lugar que a intervenção social ocupa em um determinado contexto histórico implica na representação que fazemos de nós mesmos quando desempenhamos determinada atividade. Da mesma forma isto ocorre com os usuários que são os mandatários do Serviço Social. Então o discurso expressa a expectativa da intervenção do Serviço Social e deve suplantar as incertezas e garantir inclusão, autoconservação, perspectiva de satisfação significando um novo modelo de agir profissional a partir das representações construídas.

Ao indicar a forma que os instrumentos de trabalho do Assistente Social pode ter, os discursos são direcionados para valores como cidadania, ética e compromisso profissional. As profissionais afirmam a necessidade de buscar conhecimentos que fundamentam sua prática e seus valores que são qualidades, concepções, sentimentos e capacidade da personalidade profissional e expressam significados sociais de redimensionamento humano relacionado aos afazeres e aos modos de atuação profissional.

Iamamoto (1994) indica que o exercício da profissão passa a exigir uma ação de um sujeito profissional que tenha competência para propor, negociar e construir os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e funções profissionais sempre na busca de equidade. Requer, pois, ir além das rotinas institucionais, do ativismo e buscar apreender o movimento da realidade. Traduzindo, significa repensar o Serviço Social na sua contemporaneidade, com vistas a traduzir o mundo moderno.

É nessa perspectiva que a qualidade dos serviços prestados, na defesa da universalidade dos serviços públicos, na atualização dos compromissos éticos e políticos afinados com os interesses coletivos da população usuária requer a requalificação da ação, com suas particularidades e alternativas. Reside aí um dos maiores desafios para que o Assistente Social, a partir da realidade que se apresenta, desenvolva sua capacidade de decifrá-la e de construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos.

A prática profissional do Assistente Social possui uma particularidade na medida em que permite concentrar os esforços num dado instrumento em um determinado momento. A sua relação com o objeto é intermediada por um instrumento do qual se utiliza num dado momento. O instrumento é sempre orientado por um determinado conhecimento, uma teoria social, ou seja, é sempre utilizado de acordo com a intenção e a proposta do Assistente Social. O uso deste instrumento é determinado pela teoria social, pela proposta de ação de seu executor e pelas condições objetivas do meio. O resultado vai sendo experimentado, avaliado a cada instante, de forma a permitir alterações na utilização que atendam à consecução dos objetivos especificados. A construção deste processo não é apenas uma força interior a ser despertada pelo Assistente Social, mas um conjunto de processos presentes nas relações sociais em que o Assistente Social apreende através de categorias desta realidade e das negociações que se colocam em sua ação profissional. Esta interação com seu instrumento de trabalho facilita e canaliza a expressão da ação de tal forma que o torna um potencializador de forças. A inserção da instrumentalidade neste processo se dá através do modo de elaborar, organizar e agir, posto que a intervenção propriamente dita, neste contexto, requer instrumentos, técnicas e estratégias.

O exercício cotidiano da prática profissional tem ampliado as possibilidades de implantação de novas alternativas de trabalho em um momento em que vivemos mudanças significativas na vida em sociedade. A busca das respostas a partir da reflexão necessária acerca da importância do papel do profissional do Serviço Social na questão social, obrigatoriamente nos remete às suas bases metodológicas, visto que estas favorecem a leitura da realidade e imprimem caminhos à ação profissional.

O Serviço Social na atualidade sintetiza o desafio de decifrar os novos tempos para que nele se possa ser contemporâneo. Exige-se um profissional qualificado no plano executivo, no plano do pensamento, da pesquisa e da análise dos resultados, de modo a interpretar corretamente a realidade alimentada pelo dinamismo das relações sociais. A característica que os tempos modernos exigem do profissional é de um indivíduo capacitado

para efetuar a análise dos processos sociais, tanto em suas dimensões históricas quanto em sua expressão cotidiana. O processo de mudança e de avanço das ações do profissional faz parte da essência da ação do Assistente Social, sua prática necessita ser diretamente ligada à reflexão ética e à análise crítica, que são ingredientes fundamentais do fazer profissional.

Uma análise global das entrevistas relatadas neste trabalho indica que o instrumental de trabalho do Assistente Social é pensado por meio de ações no plano técnico, intelectual e político. À medida que a centralidade dos discursos se direciona para a forma de inserção da profissão na divisão social e técnica do trabalho, vemos que através da instrumentalidade o Serviço Social consolida a sua natureza e explicita-se enquanto um ramo de especialização e, ao mesmo tempo, articula as dimensões técnica, ético-política, pedagógica e intelectual da profissão. De forma bastante interessante, o emprego de elementos balizadores e de uma metodologia abrangente e inerente à instrumentalidade também nos permitem compreender os mecanismos que determinam nossa profissão nos dias de hoje. Os diversos níveis de determinação da realidade, as mediações que se estabelecem no real, e presentes nas condições nas quais o Serviço Social afirma sua instrumentalidade, são os indicadores do seu grau de apreensão dessa realidade.

Outro ponto que devemos ter em mente na análise deste trabalho é que há várias racionalidades que se confrontam na profissão, que determinam o referencial teórico-metodológico que informa a ação profissional e que se expressam nas diferentes formas do agir e pensar dos profissionais frente à realidade. Por esta razão, a análise da instrumentalidade em momentos históricos determinados e o entendimento da correlação de forças entre as diversas racionalidades existentes na profissão possibilitam-nos uma compreensão mais aproximada do significado, do conteúdo e da direção da prática profissional do Assistente Social.

O agente profissional pode e deve desenvolver a sua prática coerentemente de acordo com as demandas sociais, podendo, inclusive, forçar os limites institucionais de forma a construir sua identidade, demarcando seu território de ação e intervenção. O Assistente Social não deve ser confundido com outros profissionais que atuam no campo social.

A tarefa do Assistente Social não é só decifrar os meandros da questão social na contemporaneidade, mas definir formas e mecanismos das iniciativas, vinculadas a um projeto societário que tenha como proposta a construção de uma nova ordem social, tanto na sociedade como para o exercício profissional, baseada na defesa dos direitos fundamentais.

As possibilidades estão na realidade, mas não são automaticamente transformadas em alternativas profissionais.

A ação do Assistente Social de acordo com as entrevistas, é conduzida a partir de um conjunto de estratégias que se orientam por uma concepção teórico-crítica, com vistas a operacionalizar a intervenção na realidade social. Isto é feito através da utilização de instrumental técnico específico. Neste contexto, um ponto de grande importância, discutido nesta tese para o estabelecimento de uma nova instrumentalidade, refere-se ao debate da reconceituação.

Os questionamentos da ordem vigente deram-se sob roupagens novas e progressistas. O movimento de reconceituação resultou em uma mudança no discurso, no direcionamento da prática profissional no sentido de obter um reforço de sua legitimidade junto às instâncias demandantes da profissão, em especial o Estado e as grandes empresas, adequando o Serviço Social à ideologia dos governantes.

Entretanto, tais mudanças se traduziram em uma tecnificação pragmatista do Serviço Social. Embora se opondo ao conservadorismo profissional uma linha de continuidade ocorreu na visão marxista da reconceituação. Tal fenômeno ficou diretamente dependente das formas específicas pelas quais se deu a aproximação do Serviço Social com a tradição marxista: no campo da ação por meio do militantismo político-partidário e no campo da teoria pela banalização da teoria marxista.

Como indica Faleiros (1996) o movimento de reconceituação do Serviço Social se viu prisioneiro de uma antiga contradição, ou seja, a coexistência de categorias e valores definidos como posturas de esquerda e um conhecimento científico de direita. Tal contradição passou para o campo da ação profissional.

Torna-se importante localizar o Serviço Social como uma disciplina inserida na divisão sócio-técnica do trabalho. A partir da concepção que vê a realidade e os sujeitos sociais que a constituem e por ela são constituídos e que pressupõe uma nova forma de olhar, tratar e utilizar os instrumentais.

Pelas idéias apresentadas neste trabalho, acreditamos que o caminho percorrido pelo Serviço Social levou a uma negação da identidade tradicional sem propor uma alternativa viável que a substituísse e conferisse à profissão um novo espaço de atuação, nem mesmo uma nova abordagem ancorada na realidade social. Não obstante, o instrumental tradicional do trabalho profissional não deixou de ser utilizado, porém negou-se a sua legitimidade à medida que este não foi atualizado em consonância com a realidade atual.

Analisar a prática social, hoje, exige a discussão não só da identidade dessa prática no contexto onde ela se realiza, mas também das suas articulações e finalidades. Não podemos pensar as práticas sociais como universais e abstratas ou mesmo como cabendo em qualquer contexto e que sejam capazes de responder a qualquer problema. As práticas são eminentemente construções sócio-políticas, históricas e éticas. Até para que se garanta a legitimidade dessas práticas é indispensável que a realizemos pela via da construção coletiva.

Na discussão da instrumentalidade, a partir das entrevistas dos profissionais que participaram deste trabalho ficou claro o reconhecimento da importância da formação técnica, teórica e política que leve à qualificação necessária para estabelecer o domínio do fazer profissional. Há o entendimento da necessidade de busca da ampliação do horizonte, bem como de se ter uma maior clareza profissional quanto às suas reais possibilidades de intervenção em um processo de relações entre classes sociais tão desiguais como as do meio em que vivemos.

Os profissionais enfatizaram no discurso a necessidade de identificar um posicionamento ideológico que permeia a ação profissional. Não crêem em uma postura neutra para a ação social e apontam a relevância de um processo operacional de intervenção organizado e eficiente para garantir uma ação técnica profissional com dimensionamento político. Ao se referirem aos aspectos mais importantes da profissão, os entrevistados destacaram o exercício profissional qualificado, objetivo e com caráter de emancipação da sociedade.

Não poderíamos deixar de assinalar que a discussão em torno da instrumentalidade do Serviço Social é uma contribuição de inegável importância para o redimensionamento da profissão e para a identificação de uma racionalidade apoiada em teorias consistentes, que trazem em si a perspectiva ideológica favorável à reedificação do homem. Esta constatação, aliada ao aparato metodológico e técnico operativo no Serviço Social, oferece aos profissionais uma possibilidade concreta de tornar visível o compromisso do Serviço Social com uma consciência ética que viabilize a proposta presente na cultura profissional.

Nossa análise buscou fundamentar a metodologia de intervenção, a especificidade profissional e os fundamentos teóricos que desnudam a realidade social existente como eixos para uma nova trajetória de atuação profissional. Cumpre esclarecer que não foi objetivo desse estudo a discussão aprofundada de todos os trabalhos publicados nos últimos vinte anos acerca dos instrumentais técnico-operativos do Serviço Social e, sim, tomá-los como referenciais da produção acadêmica no período.

O objetivo foi mostrar as relações entre os traços gerais positivista, fenomenológico e dialético apropriados pelo Serviço Social que influenciaram as teorizações do projeto profissional bem como a produção acadêmica dos próprios Assistentes Sociais que marcaram o desenvolvimento teórico desta profissão.

O que operacionalizamos neste estudo foi tratar um conjunto complexo de questionamentos. Nosso trabalho discute a questão crucial para o Serviço Social nos dias atuais: a necessidade de se efetuar uma reflexão nos métodos e técnicas utilizados na intervenção profissional. Esta revisão deverá ser plural e condizente com a demanda profissional e realizada a partir de referenciais contemporâneos.

Evidentemente não tivemos a intenção de esgotar esta análise, mas sim de iniciar um debate sobre as dificuldades paradigmáticas deste eixo temático e dar continuidade ao projeto de uma nova prática do Serviço Social.

Esta análise mostra que é necessário rever e redimensionar a formação do Assistente Social, a partir das reais necessidades da sociedade, uma vez que as escolas de Serviço Social vêm crescendo sobremaneira, e colocando um contingente considerável de profissionais no mercado de trabalho. O Serviço Social como profissão, na divisão sócio-técnica do trabalho, sofre alterações nas suas formas interventivas e operativas, demandando competências, procedimentos e atribuições decorrentes das novas tecnologias e das últimas novidades administrativas. Esta modernidade acaba determinando o perfil profissional dos novos Assistentes Sociais. Neste cenário, o que se verifica é o desenvolvimento de tensões no processo de formação profissional, à medida que existe a dificuldade em incorporar e debater estes novos conhecimentos que definem o modus operandi da intervenção social. Entretanto, apesar de todas estas inovações, destaca-se que o instrumental, mais do que um definidor de benefícios deve possibilitar aos Assistentes Sociais, individual ou coletivamente, levar os sujeitos a compreender as causas dos seus problemas e a conhecer seus direitos e deveres sociais, políticos e civis.

Podemos dizer que os temas foram examinados com cuidado na intenção de ser um convite e um estímulo para um debate que enriqueça a pesquisa, a ciência e o saber. Tentamos construir um caminho para que se formule uma nova instrumentalidade na intervenção do Serviço Social, que permita as alterações que desejamos que aconteçam no quadro social vigente.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Antonio Geraldo de A filosofia no currículo de serviço social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 5, n. 15, p. 5-19, ago. 1984.

_____. **Serviço social e filosofia das origens a Araxá**. São Paulo: Cortez, 1985.

AGUIAR, Mirtes Macedo. **Reconceituação do serviço social: formulações diagnósticas**. São Paulo: Cortez, 1981.

ALAYÓN, Norberto. **Desafio al serviço social**. Buenos Aires: Humanitás, 1976.

ALMEIDA, Bernadete de Lourdes Figueiredo de A construção de uma alternativa metodológica de pesquisa qualitativa em serviço social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 11, n. 34, p. 135-147, dez.1990.

ALMEIDA, Anna Augusta A metodologia dialógica: o serviço social num caminhar fenomenológico. Rio de Janeiro: ANPESS/CBCISS, 1990. (Pesquisa em Serviço social).

_____. **Possibilidades e limites da teoria do serviço social**. 4.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

_____. O movimento de reconceituação no Brasil: perspectiva ou consciência. **Debates Sociais**, Rio de Janeiro, ano 11, n.21, p.43-52, out.1975.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologias e aparelhos ideológicos do estado**. Lisboa: Presença, 1970.

AMMANN, Safira Bezerra. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1980.

ANTUNES, Ricardo (Org.) **Neoliberalismo, trabalho e sindicato: reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 1997.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR. 6023**. Informação e documentação – Referências – Elaboração. Rio de Janeiro, ago. 2002.

BAPTISTA, Myrian Veras. Introdução à reflexão sobre problemas da pesquisa histórica no serviço social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 13, n. 39, p. 117-125, ago., 1992.

_____. **Planejamento social: intencionalidade e instrumentação**. São Paulo: Veras, 2000.

BARBAGALO, Leonardo. **Trajetórias profissionais, história e subjetividade: a produção e sentidos no serviço social**. 2005. 408f. Tese (Doutorado em Serviço Social)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

BARBOSA, Mário costa. A práxis do serviço social nas instituições. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 10, n. 34, p. 5-20, dez.1990.

_____. O serviço social como práxis. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 3, n. 6, p. 31-42, jul.1981.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BARROCO, Maria Lúcia. Bases filosóficas para uma reflexão sobre ética e serviço social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 13, n. 39, p. 80-90, maio/ago. 1992.

_____. Os fundamentos sócio-históricos da ética. In: **Capacitação em serviço social e política social: módulo 2**. Brasília-DP, CEAD, 1999.

_____. **Ética e serviço social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

BECKER, Howard. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1997.

BELLO, Ângela Ales. **A fenomenologia do ser humano: traços de uma filosofia no feminismo**. Bauru (SP): EDUSC, 2000.

BENNIS, Warren. **A invenção de uma vida**. São Paulo: Campus, 1999.

BERGAMO, Maria Sanchez. Expectativas da prática profissional: um depoimento. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 6, n.16, p. 72-79, dez. 1984.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **Construção social da realidade**. Tratado de sociologia do conhecimento. 4. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1976.

BICUDO, Maria Aparecida Viggiani. **Fenomenologia: confrontos e avanços**. São Paulo: Cortez, 2000.

BIESTEK, Félix P. **O relacionamento em serviço social de casos**. Porto Alegre: PUC, 1960.

BILLIG, Michael. **Arguing and thinking: a rhetorical approach to social psychology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

_____. **Ideology and opinions, studies in rhetorical psychology**. London: Sage, 1991.

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo democracia**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BONETTI, Dilsea Adeodata et al. **Serviço social e ética: um convite a uma nova práxis**. São Paulo: Cortez, 1996.

BOTTOMORE, Tom (Org.) **dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

BORDIEU, Pierre. **Razões práticas sobre a teoria da ação**. Campinas: Papyrus, 1999.

BOUDON, Raymond. **Os métodos em sociologia**. São Paulo: Ática, 1988.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Educação popular**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. (Primeiros vãos, 22).

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 3. ed. Campinas: UNICAMP, 1999.

BRANDÃO, Marcus Lira. **As bases biológicas do comportamento: uma introdução à neurociências**. São Paulo: Pedagógica Universitária. 2004.

BRANDÃO, Zaia; BONAMINO, Alícia Catalano. **A crise dos paradigmas e a educação**. São Paulo: Cortez, 2002.

BRUGINSKI, Zenilda Batista. Proposta metodológica para supervisão em serviços social de comunidade. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 5, n. 15, p.30-43, ago. 1984.

BUARQUE, Cristovam. **A revolução nas prioridades**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

BUNGE, Mário. **Epistemologia: curso atualização**. 2. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1998.

CAPALBO, Creuza. Fenomenologia: tendências históricas e atuais. **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 4, p. 23-36, maio 1991.

CARDOSO, Elizete. Diagnóstico em serviço social a nível de comunidade: perspectiva de ajustamento social e transformação social. **Serviço Social e Sociedade**, ano 2, n. 4, p. 119-149, dez. 1980.

CARDOSO, Franci Gomes. Os movimentos sociais populares no processo de transformação social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 10, n. 33, p. 5-30, ago.1990.

CARDOSO, Isabel Cristina da Costa et al. Proposta básica para o projeto de formação profissional: novos subsídios para o debate **Cadernos ABESS**, São Paulo, n.7, p.15-57, nov.1997.

CAVALCANTI, Tânia Lúcia Vasconcellos. Reflexões sobre o ensino e sua repercussão no serviço social. **Serviço Social e Sociedade**, ano 5, n.15, p. 44-66, ago. 1984.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. O projeto da formação profissional do assistente social na conjuntura brasileira. **Cadernos da ABESS**, São Paulo, n.1, p. 17-42, out. 1986.

_____. **A questão da transformação e do trabalho social**. São Paulo: Cortez, 1985.

_____. A pesquisa no debate contemporâneo e o serviço social. **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 5, 1992.

CARVALHO, Anésia de Souza. **Metodologia da entrevista: uma abordagem fenomenológica**. Rio de Janeiro: Agir, 1987.

CASTEL, Robert **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: vozes, 1998.

CASTORIADIS, Cornélio. **A instituição imaginária da sociedade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

CASTRO, Cláudio de Moura. **A prática da pesquisa**. São Paulo: MacGraw-Hill, 1977.

CASTRO, Graziela. **Relação de ajuda e serviço social**. São Paulo: Cortez, 1995.

CELATS. **Serviço social crítico: problemas e perspectivas**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1986.

CERQUEIRA, Gilásio F. **A questão social no Brasil: crítica do discurso político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 1982.

CHIZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 1995. (Biblioteca da Educação. Série 1. Escola, 16).

COENEN-HUTHER, Jacques. A sociologia de Tönnies e o estudo das formas de sociabilidade. In. MIRANDA, Orlando de. (Org.) **Para ler Ferdinand Tönnies**. São Paulo: Edusp, 1995.

COLLETTI, Lucio. **Ultrapassando o marxismo e as ideologias**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983.

COLOGNESE, Silvio Antônio & MELO, José Bica de. A técnica de entrevista na pesquisa social. **Cadernos de Sociologia. Pesquisa social empírica: métodos e técnicas**. Porto Alegre: n. 9, p. 143-159, 1998.

COMUNE, Maria José Acorsi et. al. Reflexão sobre a coerência do discurso e prática na formação profissional de serviço social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 3, n. 8, p. 99-110, mar. 1982.

CORREIA, Cláudia P. Diniz. O papel da ética na construção do projeto político-profissional do assistente social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 40, p. 118-156, dez. 1992.

CORTEZ, José Pinheiro. Serviço social numa era de transição – exigências de uma nova realidade. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 6, n. 18, p. 11-19, ago. 1985.

COSTA, Suely Gomes. Formação profissional e currículo de serviço social: referências para debate. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 10, n. 32, p. 18-51, maio/ago. 1990.

COZAC, Claudia Maria Daher. **As práticas profissionais dos assistentes sociais: dimensão interventiva na agro indústria canavieira – Região de Ribeirão Preto**. 1998. 257 f. Tese (Doutorado em Serviço Social)- Universidade Estadual Paulista – UNESP, Campus de Franca. Franca, 1998.

COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci e as ciências sociais. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 10, n. 34, p. 21-40, dez. 1990.

_____. Notas sobre cidadania e modernidade. **Praia Vermelha Estudos de Política e Teoria Social**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 145. 1997.

_____. **O estruturalismo e a miséria da razão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. Pluralismo: dimensões teóricas e políticas. **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 4, p. 5-17, maio. 1991.

_____. Olhar: uma herança da fenomenologia. **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 4, p. 18-22, maio. 1991.

COVRE, Maria Lourdes Manzini; BRUNO, Lúcia; SACCARDO, Cleuza (Orgs.) **A fundação da técnica: organização do trabalho e tecnologia**. São Paulo: Atlas, 1986.

GRESS – CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL. 7. Região. **Assistente Social: ética e direitos**. Coletânea de Leis e Resoluções. 4. ed. Rio de Janeiro: Lidador, 2002.

CRUZ NETO, O. O trabalho de campo como descoberta e criação. In. MINAYO, M. C. S. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

CUEVA, Augustín. **O desenvolvimento do capitalismo na América Latina**. São Paulo: Global, 1989.

DANTAS, José Lucena. Perspectivas do funcionalismo e seus desdobramentos no serviço social. **Cadernos ABESS**, n. 4, p. 37-63, maio. 1991.

BRUYNE, Paul. et al. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1972.

DESCARTES, René. **Discurso do método**. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 1992.

DEMO, Pedro. **O charme da exclusão social**. Campinas: Autores Associados, 1998.

_____. **Introdução à metodologia da ciência**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

DOCUMENTO DE TERESÓPOLIS. Metodologia do Serviço Social. Seminário de Teresópolis. **Debates Sociais**, Rio de Janeiro, n. 4, supl., jan. 1970.

DOOLEY, Robert; LEVINSOHN, Stephen. **Análise do discurso: conceitos básicos em lingüística**. São Paulo: Cidade Editora, 2003.

DOWBOR, Ladislau. **A reprodução social: proposta para uma gestão centralizada**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

DURKHEM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Nacional, 1977.

ECO, Humberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 5. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1989.

FALEIROS, Vicente de Paula. A questão da metodologia em serviço social: reproduzir-se e representar-se. **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 3, p. 117-132, mar. 1989.

_____. Avaliação e perspectivas da área de serviço social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 11, n. 34, p. 41-64, dez. 1990.

_____. **Estratégias em serviço social**. São Paulo: Cortez, 1990.

_____. Serviço social: questões presentes para o futuro. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 17, n. 50, p. 9-39, abr. 1996.

_____. **Saber profissional e poder institucional**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1985.

_____. Reconceituação do serviço social: uma questão em movimento? **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 26, n. 84, p. 21-36, nov. 2005.

FERNANDES, Florestan. **A sociologia numa era de revolução social**. São Paulo: Nacional, 1963.

FERREIRA, Maria da Glória Nin. **Um modelo genérico para o serviço social**. Rio de Janeiro: Agir, 1981.

FLEURY, Silvia. **Estado sem cidadãos: seguridade social na América Latina**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994.

FOCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. 3. ed. Rio de Janeiro: NAU, 2002.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

FONSECA, Lady Marques. Uma reflexão metodológica para o trabalho social: conhecer e intervir para transformar. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 3, n. 9, p. 85-95, ago. 1982.

FREITAS, Marcos Cezar (Org.) **A reinvenção do futuro: trabalho, educação, política na globalização do capitalismo**. São Paulo: Cortez, 1996.

FRITSCH, Rosângela. Planejamento estratégico: instrumental para a intervenção do serviço social? **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 17, n. 52, p. 127-145, dez. 1996.

GALVÃO, Antonio Mesquita. **Crise da ética: o neoliberalismo como causa da exclusão social**. 4. ed. São Paulo: Vozes, 2001.

GIANNI, Vitalina Maria Pereira. Procedimentos metodológicos e suas implicações no estudo sobre a convivência social do idoso francano. **Serviço Social & Realidade**, Franca, ano 4, n. 2, p. 23-34. 1995.

- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.
- GOMES, R. A. Análise de dados em pesquisa qualitativa. In. MINAYO, Maria Cecília Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- GOOD, Willian; HATT, Paul. **Métodos em pesquisa social**. São Paulo: Nacional, 1968.
- GOUVEIA, Maria Alice da Fonseca. Procedimentos metódicos de uma intervenção num fenômeno social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 3, n. 9, p. 127-147, ago. 1982.
- GRACIANO, Maria Inês Gândara. Conhecer sobre malformação congênitas lábio-palatais: um quadro geral de orientação à prática de Serviço Social. **Serviço Social & Realidade**, Franca, ano 7, n. 2, p. 51-88. 1998.
- _____; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza; NEVES FILHO, Albério. Critérios de avaliação para classificação sócio-econômica: elementos de atualização: parte II. **Serviço Social & Realidade**, Franca, ano 5, n. 2, p. 171-201. 1996.
- GRAMSCI, Antônio. Notas críticas sobre uma tentativa de ensaio popular de sociologia. In. _____. **Concepção dialética da História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- _____. **Concepção dialética da História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- _____. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.
- GUERRA, Yolanda. Instrumentalidade do processo de trabalho e serviço social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 21, n. 62, p. 5-34. 2000.
- _____. **A instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortes, 1995.
- _____. Ontologia do ser social: bases para a formação profissional. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 18, n. 54, p. 9-25, jul. 1997.
- GUIMARÃES, Eduardo. **Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem**. Campinas: Pontes, 1995.
- HABERMAS, Jurgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HAGUETTE, Tereza Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- HAMILTON, Gordon. **Teoria e prática do serviço social de casos**. Rio de Janeiro: Agir, 1973.
- HARTFORD, Margaret. **Grupos em serviço social**. Rio de Janeiro: Agir, 1983.
- HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

HILL, Ricardo. **Caso individual**. São Paulo: Moraes, 1981.

_____. **Metodologia básica em serviço social**: considerações teóricas sobre a integração de métodos na América Latina. São Paulo: Moraes, 1980.

HOLLIS, Florence. **Serviço social de caso (Casework: a psychosocial therapy)**. England: Random House, 1972.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. 20. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1985.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Ensino e pesquisa no serviço social: desafios na construção de um projeto de formação profissional. **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 6, p. 101-116, set. 1993.

_____. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. **Em Questão Atribuições Privativas do Assistente Social**, Brasília, p. 13-46, 2002.

_____; CARVALHO, Raul Nobre Pontes. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico metodológica. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1982.

_____. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1998.

IANNI, Octávio. (Org.) **Homem e sociedade**. 12. ed. São Paulo: Nacional, 1980.

INSTITUTO DE FÍSICA DE SÃO CARLOS – IFSC-USP. Mapa político. 2006. Apresenta reproduções para localização das principais cidades do Estado de São Paulo. Disponível em: http://www.osa.ifsc.usp.br/escolaavancada/patrocinadores/mapa_jpg. Acesso em 31 ago. 2006.

JAMESON, Fredric. **Pós-modernismo**: a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 1996.

JORGE, Maria Rachel Tolosa. A pesquisa qualitativa: premissas, possibilidades e posturas. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 6, n.2, p. 159-171, dez. 1997.

_____; PINTO, Rosa Maria Ferreiro. Metodologia no serviço social: proposta pedagógica. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 10, n. 31, p. 119-132, out. 1989.

JOSÉ FILHO, Mario. **A família como espaço privilegiado para a construção da cidadania**. Franca: UNESP-FHDSS, 2002 (Série Dissertações e Teses 5).

JUNQUEIRA, Helena Iracy. Quase duas décadas de reconceituação do serviço social: uma abordagem crítica. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 2, n. 4, p. 1-38, dez. 1980.

_____; SILVA, Maria Lucia C; GONÇALVES, Hebe. Algumas notas em torno de reflexões sobre desenvolvimento de comunidade. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 3, n. 6, p. 147-155, jul. 1981.

KAMAYANA, Nobuco. A prática profissional do serviço social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 3, n. 6, p. 147-155, jul. 1981.

_____. Metodologia: uma questão em questão: concepção de teoria metodológica. **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 3, p. 99-104, mar. 1989.

_____. A trajetória da produção de conhecimentos em serviço social: avanços e tendências (1975-1997). **Cadernos ABESS**, n. 8, p. 33-76, nov. 1998.

KONOPKA, Gisela. Diferenças culturais e a filosofia do serviço social. **Debates Sociais**, Rio de Janeiro, ano 8, n. 14, p. 5-12, maio. 1972.

_____. **Teoria do serviço social em grupo**. Rio de Janeiro: Temas Sociais, 1973.

KARSCH, Ursula Maria. **O serviço social na era dos serviços**. São Paulo: Cortez, 1987.

KFOURI, Nadir Gouvêa. Universidade brasileira: o desenvolvimento e o papel do serviço social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 29-35, mar. 1980.

KISNERMAN, Natálio. **Introdução ao trabalho social**. São Paulo: Moraes, 1983.

KOJÈVE, Alexandre. **Introdução à leitura de Hegel**. Rio de Janeiro: Contraponto-Uerj, 2002.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

KORSCH, Karl. **Marxismo y filosofia**. México: Era, 1971.

LAINO, André. A interdisciplinaridade na pesquisa. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 21, p. 18-36, 1986.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1977.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

LENIN, Vladimir. **Imperialismo, fase superior do capitalismo**. 5. ed. São Paulo: Global, 1987.

LESSA, Sérgio. O processo de produção p reprodução social: trabalho e sociabilidade. In. **Curso de Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Brasília: CEAD – Universidade de Brasília, 1999, Módulo 2.

LIMA, Arlete Alves. **Serviço social no Brasil: a ideologia de uma década**. São Paulo: Cortez, 1982.

LIPPI, Luiza Baierl S; CARVALHO, Maria Lucia; WANDERLEY, Mariângela Belfiore. Seminário Nacional de Desenvolvimento e Comunidade – Síntese. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 36, 1991.

LOJKINE, Jean. **A revolução informal**. São Paulo: Cortez, 1995.

LOPES, Josefa Batista. **Objeto e especificidade do serviço social**. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.

LOSCHI, Elza Maria Verlangieri. Metodologia de ação do serviço social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 6, n. 17, p. 90-106, abr. 1985.

LUKÁCS, Georges. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. In. **Núcleo de Estudos e Aprofundamento Marxista**. Ontologia social, formação profissional e política. São Paulo: PUC-SP, Cortez, 1997, v. 1.

LUNA, Sérgio Vasconcelos de. **Planejamento de pesquisa: elementos para uma análise metodológica**. São Paulo: Educ, 1996.

MARTINELLI, Maria Lúcia; KOUMROUYAN, Elza. Um novo olhar para a questão dos instrumentais técnico-operativos em serviço social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 15, n. 45, p. 137-141, ago. 1994.

_____. (Org.) O uso de abordagens qualitativas em pesquisa em serviço social um instigante desafio. **Caderno do Núcleo de Estudos e Pesquisa Sobre Identidade – NEPI**, São Paulo, n. 1, 1994.

_____. **Serviço social: identidade e alienação**. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

MARTINS, Lilia Christina de Oliveira. Reflexões preliminares sobre as possibilidades de ação dos assistentes sociais nas instituições sociais. **Serviço Social & Realidade**, São Paulo, ano 3, n. 3, p. 11-19, 1994.

MARTINS, W; BAUER, George Gaskell. **Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MERLEAU-PONTY, Marcel. **O visível e o invisível**. São Paulo: Perspectiva, 2003. (Coleção Debates 40).

MERQUIOR, José Guilherme. **O marxismo ocidental**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

MINAYO, Maria Cecília (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

MORIN, Edgar. **Saberes globais e saberes locais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

_____. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed. São Paulo: Cortez, Brasília: Unesco, 2000.

_____. **Introdução ao pensamento complexo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1990.

MOTA, Ana Elizabeth (Org.). **A nova fábrica de consensos**. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **O feitiço da ajuda**: as determinações do serviço social na empresa. São Paulo: Cortez, 1985.

NEVES, Noemia Pereira. Serviço social no Brasil, de 1936 a 1968 – Memória. **Serviço Social & Realidade**, Franca, ano 5, n. 2, p. 87-109. 1996.

OLIVEIRA, Lourdes Maria Soares. O modelo funcional em serviço social de casos. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 3, n. 9, p. 101-126. 1982.

OLIVEIRA, Cirlene Aparecida Hilário da Silva. A prática profissional na área de saúde e seus saberes. **Serviço Social & Realidade**, Franca, ano 7, n. 2, p. 9-28. 1998.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **As formas do silêncio no movimento dos sentidos**. 5. ed. Campinas: UNICAMP, 2002.

_____. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 3. ed. Campinas: Pontes, 2001.

_____. **Discurso e leitura**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

PALMA, Diego. **A prática política dos profissionais**: o caso do serviço social. São Paulo: Cortez, 1986.

PANÚNCIO-PINTO, Maria Paula. **O sentido do silêncio dos professores diante da violência doméstica**. 2006. 178 f. Tese (Doutorado em Psicologia)- Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

PARRA FILHO, Domingos. **Metodologia científica**. São Paulo: Futura, 1998.

PAULO NETTO, José. A construção do projeto ético-político do serviço social frente à crise contemporânea. In. **Capacitação em Serviço Social**. Brasília: UNB/CEAD, 1999, Módulo 1.

_____. O movimento de reconceituação – 40 anos depois. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 26, n. 84, p.25-46, 2005.

_____. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. Notas para a discussão da sistematização da prática e teoria em serviço social. **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 3, p. 141-153, mar. 1989.

_____. **Ditadura e o serviço social**: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. O serviço social e a tradição marxista. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 10, n. 30, p. 89-102, abr. 1989.

PAVÃO, Ana Maria Braz. **O princípio da autodeterminação no serviço social: visão fenomenológica**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1981.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso – estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes, 1990.

PEREIRA, Potyara A. P. Abordagem da pesquisa em serviço social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 7, n. 21, p. 37-46, ago. 1986.

PINTO, João Bosco. A pesquisa e a construção da teoria do serviço social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 7, n. 21, p. 47-54, ago. 1986.

PINTO, Rosa Maria Ferreiro. **Política educacional e serviço social**. São Paulo: Cortez, 1986.

PIZZANTE, Margarida. Bibliografia sobre a evolução histórica do serviço social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 4, n. 12, p. 153-175, ago. 1983.

PONTES, Raul Nobre. **Mediação e serviço social**. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. Reinaldo Nobre. A propósito da categoria de mediação. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 10, n. 31, p. 5-25, dez. 1989.

POTTER, Jonathan; WETHERELL, M. **Discourse and social psychology: beyond attitudes and behaviour**. Londres: Sage, 1987.

_____. Analyzing discourse. In. BRYMAN, A.; BURGESS, B. **Analyzing qualitative data**. London: Routledge, 1994.

_____. Discourse analysis. In. SMITH, J; HARRÉ, R; VAN-LANGENHOVE, R. **Rethinking methods in psychology**. London: Sage, 1995.

PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO CONTINUADA PARA ASSISTENTES SOCIAIS. Brasília: CEAD, 1999, 3. v.

QUEIROZ, Marcos. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. Resenha. Disponível em: <http://www.scielo.php?script=sci_pdf&pid=S0102. Acesso: 10 dez. 2005.

RAICHELLIS, Raquel. Assistência social e esfera pública: os conselhos no exercício do controle social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 19, n. 56, p. 77-96, mar. 1998.

REY GONZALES, Fernando. **Pesquisa qualitativa e subjetividade – os processos de construção da informação**. São Paulo: Thomson, 2005.

_____. **Legitimação popular e poder**. São Paulo: Cortez, 1988.

RICHARDSON, Roberto Jarray. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1987.

RICO, Elizabeth de Melo. Palestra: alternativas da prática social para o atendimento das principais necessidades dos empregados. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 11, n. 18, p. 51-60, ago. 1985.

RICHMOND, Mary. **Caso social individual**. Buenos Aires: Humanitás, 1962.

RODRIGUES, Maria Lúcia. Metodologia de ação: o estar em questão do serviço social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 7, n. 21, p. 107-114, ago. 1986.

_____. Prática profissional: reinventando o espaço da microatuação. **Serviço Social & Realidade**, Franca, ano 6, n. 1, p. 91-104, dez. 1998.

SÁ, Jeanete L. Martins. **Conhecimento e currículo em serviço social**. São Paulo: Cortez, 1995.

SADER, Emir. **O anjo torto: esquerda e direita no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

_____. **Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores na grande São Paulo (1970-1980)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, v. 2.

SANTANA, Raquel Santos. Um novo desafio para o serviço social: a construção do instrumental na perspectiva do método materialista dialético. **Serviço Social & Realidade**, Franca, ano 4, n. 2, p. 103-140, jan. 1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Um discurso sobre as ciências**. Porto: Afrontamento, 1998.

SCHEFFER, Ruth. **Aconselhamento psicológico**. São Paulo: Atlas, 1975.

SCHENKEIN, Jim. **Studies in the organization of conversational interaction**. New York: Academic Press, 1978.

SCHLITHLER, Célia Regina Belizia. Grupo operativo em instituição: análise de uma experiência. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 32, 1990.

SCHWARZ, Norbert. Self reports: how the questions shape the answers. **American Psychologist**, 1999.

SELLITZ, C. et al. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: EPU, 1987.

SEMINÁRIO de Teorização do Serviço Social. Documentos de Araxá. **Debates Sociais (CBCISS)**, Araxá, ano 3, n. 4, supl., p. 19-26, mar. 1967.

_____. Documentos de Sumaré. **Debates Sociais (CBCISS)**, Araxá, n. 8, p. 20-24, nov. 1978.

SERRANI, S. M. **A linguagem na pesquisa sociocultural: um estudo da repetição na discursividade**. Campinas: UNICAMP, 1993.

SETUBAL, Aglair Alencar. Do sincretismo da prática sem sincretismo **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 14, n. 43, p. 93-107, dez. 1994.

_____. Alguns aspectos da história do serviço social no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 4, n. 12, p. 109-139, ago. 1983.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2002.

SPERBER, D; WILSON, D. **Relevance, communication and cognition**. 2. ed. Oxford: Blackwell, 1995.

SILVA, Mario Camarinha; BRAYNER, Sônia. **Normas técnicas de editoração**: teses, monografias, artigos e papers. 3. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. A crise dos projetos de transformação social e a prática profissional do serviço social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 13, n. 40, p. 101-117, dez. 1992.

_____. **Formação profissional do assistente social**. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **O serviço social e o popular**: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. São Paulo: Cortez, 1995.

SILVA, Ademir Alves da. Os paradigmas do conhecimento e seus rebatimentos no cotidiano do ensino, da pesquisa e o exercício profissional. **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 6, 1998.

SILVA, Ilda Lopes Rodrigues da. **Mary Richmond**: um olhar sobre os fundamentos do serviço social. Rio de Janeiro: CBCISS, 2004.

SILVEIRA, Ubaldo. A ética profissional na virada do século. **Serviço Social & Realidade**, Franca, ano 8, n. 2, p. 89-101, dez. 1999.

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci**: sua teoria, incidência no Brasil, influência no serviço social. São Paulo: Cortez, UFSC, 1995.

SIMÕES, Carlos. O drama do cotidiano e a teia da história – direito, moral e ética do trabalho. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 11, n. 32, p. 52-73, maio. 1990.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego**. São Paulo: Contexto, 1998.

SLATER, Phil. **Origem e significado da escola de Frankfurt**: uma perspectiva marxista. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

SOUZA, Maria Luíza. **Questões teórico – práticas do serviço social**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. A formação profissional e as exigências do serviço social no cotidiano de sua prática. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 5, n. 15, p. 82-102, ago. 1984.

- _____. **Desenvolvimento de comunidade e participação**. São Paulo: Cortez, 1999.
- _____. Reflexões sobre o agir do serviço social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 3, n. 8, p. 85-98, mar. 1982.
- SPOSATI, Aldaíza. **Mapa da exclusão social da cidade de São Paulo**. São Paulo: EDUC, 1996.
- _____. et al. A prática da assistência social: elementos para uma caracterização. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 6, n. 19, p. 57-73, dez. 1985.
- STENGER, Isabelle. **Quem tem medo da ciência? Ciência e poderes**. São Paulo: Siciliano, 1990.
- TEORIZAÇÃO do serviço social. Documento do Alto da Boa Vista. **Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS)**. Rio de Janeiro: Agir, 1988.
- THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1988.
- TONET, Ivo. Fundamentos filosóficos para nova proposta curricular do serviço social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 5, n. 15, p. 20-29, ago. 1984.
- TONNIES, Ferdinand. **Community and society**. New York: Evanston and London Harper Torch Books, 1957.
- TRAGO, Sebastião. Olhar: uma herança da fenomenologia. **Cadernos da ABESS**, n. 6. São Paulo: Cortez, 1998.
- TRIVINOS, Augusto. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.
- UNIDADES de Ensino Serviço Social. Relação completa de cursos de graduação em Serviço Social no Estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.cress-sp.org.br>; acesso em 23 nov. de 2005.
- VAISBICH, Stella Bardavid. **Serviço social: tipologia de diagnóstico: subsídios**. 3. ed. São Paulo: Moraes, 1981.
- VASCONCELOS, Ana Maria. Serviço social e prática reflexiva. **Revista em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 10, 1993.
- _____. **Intenção ação no trabalho social**: uma contribuição ao debate sobre a relação assistente social – grupo. São Paulo: Cortez, 1985.
- VIEIRA, Balbina Ottoni. **Serviço social, processos e técnicas**. Rio de Janeiro: Agir, 1988.
- _____. **Teorização do serviço social, documento do Alto da Boa Vista**. Rio de Janeiro: Agir, 1988.

VIEIRA, Evaldo Amaro. **Política social**. São Paulo: Cortez, 1991.

VILHENA, Vasco de Magalhães (Org.). **Marx e Hegel**: Marx e o “Caso” Hegel. Lisboa: Livros Horizonte, 1985.

VINTER, R. **Princípios para la práctica del servicio social de grupo**. Buenos Aires, Humanitás, 1969.

WANDERLEY, Mariângela Belfiore. **Metamorfose do desenvolvimento de comunidade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

YAZBEK, Maria Carmelita. Serviço social como especialização no trabalho coletivo. In. **Curso de Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Brasília: CEAD, CFESS, ABEPSS, 1999, Módulo 2.

_____. Os fundamentos do serviço social na contemporaneidade. In. **Curso de Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Brasília: UNB/CEAD, 2000, Módulo 4.

_____. Projeção de revisão curricular da faculdade de serviço social da PUC/SP. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 14, 1984.

_____. **Classes subalternas e assistência social**. São Paulo: Cortez, 1993.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)